UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROF. MARIANO DA SILVA NETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

LARYSSE SEPÚLVEDA SILVA

HISTÓRIA E MEMÓRIA DO GRUPO ESCOLAR AFONSO MAFRENSE EM ALTOS-PIAUÍ (1938 a 1971)

TERESINA – PI
2026

LARYSSE SEPÚLVEDA SILVA

HISTÓRIA E MEMÓRIA DO GRUPO ESCOLAR AFONSO MAFRENSE EM ALTOS-PIAUÍ (1938 a 1971)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEd), do Centro de Ciências da Educação Professor Mariano da Silva Neto (CCE), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação

Orientadora: Profa. Dra. Jane Bezerra de Sousa

TERESINA – PI
2026

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação
Serviço de Representação da Informação

S586h Silva, Larysse Sepúlveda
História e memória do Grupo Escolar Afonso Mafrense em Altos-Piauí (1938 A 1971) / Larysse Sepúlveda Silva. – 2026.
118 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2026.
"Orientadora: Profa. Dra. Jane Bezerra de Sousa."

1. História da Educação. 2. Grupo Escolar. 3. Educação. 4. Cultura Escolar. I. Sousa, Jane Bezerra de. II. Título.
CDD 370.9

Bibliotecário: Hernandes Andrade Silva – CRB-3/936

LARYSSE SEPÚLVEDA SILVA

HISTÓRIA E MEMÓRIA DO GRUPO ESCOLAR AFONSO MAFRENSE EM ALTOS-PIAUÍ (1938 a 1971)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEd), do Centro de Ciências da Educação Professor Mariano da Silva Neto (CCE), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação

Orientadora: Profa. Dra. Jane Bezerra de Sousa

Data da aprovação: 27/02/2026.

BANCA EXAMINADORA

Jane Bezerra de Sousa
Profa. Dra. Jane Bezerra de Sousa – UFPI
Presidente

Maria Solange Rocha da Silva
Profa. Dra. Maria Solange Rocha da Silva
Avaliadora Titular Interna – UFPI

Fernanda Barros
Profa. Dra. Fernanda Barros
Avaliadora Titular Externa – UFG

AGRADECIMENTOS

A Deus por me proporcionar a felicidade de concluir mais uma etapa de crescimento pessoal e profissional através desta formação.

Ao meu esposo, Izânio da Silva Monteiro, pelo incentivo tanto na busca por novos conhecimentos e aprendizagens quanto pela motivação para que eu me tornasse uma pessoa melhor pessoal e profissionalmente, agradeço o companheirismo, dedicação e amor.

Aos meus pais, Liduína Sepúlveda e Joaquim Alves, por me apoiarem e proporcionarem as oportunidades de uma vida plena e feliz, sendo também exemplo e base para que eu pudesse fazer as escolhas que me levaram a ser a profissional dedicada que sou.

À minha irmã Laynara Sepúlveda, que esteve ao meu lado proporcionando confiança ao me acompanhar na busca pelos participantes da pesquisa, abrir os diálogos ao me apresentar e contribuir para que todos pudessem participar, colaborando com as entrevistas. Esse apoio fez um diferencial enorme nesta dissertação.

À minha orientadora Jane Bezerra de Sousa, por acreditar em mim e nesta pesquisa, por tornar este caminho sereno e iluminado. Sua orientação foi fundamental para a realização deste trabalho acadêmico.

Às amigas que estiveram ao meu lado, Gerlândia Luz e Luana Cabral, que tanto me ajudaram, e que dividiram ideias, angústias e alegrias durante o mestrado.

Às minhas amigas do CMEI Clarice Lispector, por torcerem por mim e me incentivarem a alcançar esse objetivo, em nome de Adriana Nobre, Ana Benedita Coelho, Maria da Conceição Costa, Juciellysse Castro, e todos que me ajudaram nessa jornada.

A todos que participaram desta pesquisa, em nome da professora Maria Carmelita Monte, pois suas memórias me auxiliaram a escrever este texto.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, e aos queridos professores com quem pude compartilhar aprendizagens e experiências, especialmente Antonio de Pádua Lopes e Maria do Amparo Ferro.

Aos amigos do NESC (Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão, Educação, Sociedade e Cultura), em nome de Hortência Rocha, Cristiano de Assis e Enayde Fernandes.

SILVA, Larysse Sepúlveda. **História e memória do Grupo Escolar Afonso Mafrense em Altos-Piauí (1938 a 1971)**. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, 2026.

RESUMO

Este trabalho acadêmico resulta de uma investigação na área da História da Educação, tendo como objeto de análise a história e a memória do Grupo Escolar Afonso Mafrense, localizado em Altos, estado do Piauí, no período de 1938 a 1971. O recorte temporal justifica-se pelo fato de que, em 1938, a então escola agrupada foi elevada à categoria de grupo escolar, passando a denominar-se Grupo Escolar Afonso Mafrense. Já em 1971, a reforma educacional nacional culminou na promulgação da Lei nº 5.692/71, que unificou o ensino primário e o ginásio, instituindo o 1º grau. Apresentamos como objetivo geral: analisar a história e a memória do Grupo Escolar Afonso Mafrense na sistematização do ensino público de Altos (1938 a 1971). Para alcançar o objeto proposto, elencamos os seguintes objetivos específicos: compreender os processos de implantação e consolidação; examinar os processos de organização e funcionamento; discutir os aspectos da cultura escolar existente no Grupo Escolar Afonso Mafrense. A pesquisa é de natureza qualitativa, fundamentada nos pressupostos teórico-metodológicos da Nova História Cultural, baseada na obra de Roger Chartier (1990). Nesse sentido, apresenta as seguintes categorias de análise e seus autores, a saber: as Instituições Educativas: Magalhães (2004); Grupos Escolares: Vidal (2006), Souza (2008), Lopes (2006), Sales (2002), Souza (2007, 2008, 2017), Faria Filho (2007), Souza e Faria Filho (2006), Queiroz (2013); Cultura Escolar: Dominique Júlia (2001), Viñao Frago e Escolano (1998); Memória: Le Goff (2003), Felix (1998); História Oral: Verena Alberti (2008). Além destes, destacamos outros autores que abordam temas relacionados à cidade de Altos, como: Dias (2013, 2016), Rodrigues (1991), Raulino Neto e Dias (2016). Ademais, utilizamos os relatos orais dos participantes da pesquisa, fotografias, jornais e Diário Oficial do Piauí, bem como outros documentos existentes no Arquivo Público do Estado do Piauí como fontes para consolidar a investigação. A pesquisa tanto amplia os conhecimentos sobre a educação no município de Altos no século XX quanto contribui para os estudos sobre a história da educação piauiense e brasileira. Concluímos que o Grupo Escolar Afonso Mafrense fortaleceu positivamente a educação na cidade de Altos, implantando práticas culturais significativas que foram difundidas pelos alunos em articulação com a sociedade local, cujas representações, portanto, estão presentes na memória e na história dos altoenses.

Palavras-chave: História da Educação; Grupo escolar; Educação; Cultura escolar.

SILVA, Larysse Sepúlveda. **History and Memory of the Afonso Mafrense School Group in Altos, Piauí (1938–1971)**. 118 pages. Dissertation (Master's Degree in Education) – Graduate Program in Education, Center for Education Sciences, Federal University of Piauí, 2026.

ABSTRACT

This academic study results from an investigation in the field of the History of Education, focusing on the history and memory of the Afonso Mafrense School Group, located in the municipality of Altos, in the state of Piauí, from 1938 to 1971. The chosen time frame is justified by the fact that, in 1938, the former grouped school was elevated to the status of a school group and became known as the Afonso Mafrense School Group. In 1971, the national educational reform culminated in the enactment of Law No. 5,692/71, which unified primary education and lower secondary education, establishing *1º grau* (the first level of basic education). The general objective of this study is to analyze the history and memory of the Afonso Mafrense School Group in the systematization of public education in Altos (1938 to 1971). To achieve this objective, the following specific goals were established: to understand the process of implementation and consolidation; to examine its organizational and operational processes; and to discuss aspects of the school culture present in the Afonso Mafrense School Group. The research is qualitative in nature and is grounded in the theoretical and methodological assumptions of New Cultural History, based on the work of Roger Chartier (1990). Accordingly, the study adopts the following analytical categories and respective authors: Educational Institutions: Magalhães, (2004); School Groups: Vidal (2006), Souza (2008), Lopes (2006), Sales (2002), Souza (2007, 2008, 2017), Faria Filho (2007), Souza and Faria Filho (2006), Queiroz (2013); School Culture: Dominique Julia (2001), Viñao Frago & Escolano (1998); Memory: Le Goff (2003), Felix (1998); and Oral History: Verena Alberti (2008). In addition, other authors who address themes related to the city of Altos were considered, such as Dias (2013, 2016), Rodrigues (1991), and Raulino Neto and Dias (2016). Furthermore, oral testimonies from research participants, photographs, newspapers, the Official Gazette of the State of Piauí, and other documents from the Public Archive of the State of Piauí were used as sources to support the investigation. This research expands knowledge about education in the municipality of Altos during the twentieth century and contributes to studies on the history of education in Piauí and Brazil. The study concludes that the Afonso Mafrense School Group played a positive role in strengthening education in the city of Altos by implementing significant cultural practices that were disseminated by students in interaction with the local society, whose representations are therefore present in the memory and history of the people of Altos.

Keywords: History of Education; School Group; Education; School Culture.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AL	Aliança Liberal
BR	Brasil Rodovia Federal
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CCE	Centro de Ciências da Educação
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
DO	Diário Oficial do Piauí
EJA	Educação de Jovens e Adultos
GE	Grupo Escolar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NESC	Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão, Educação, Sociedade e Cultura
PI	Piauí
PPGED	Programa de Pós-graduação em Educação
PSD	Partido Social Democrático
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPI	Universidade Federal do Piauí

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Piauí com a inclusão do município de Altos em 1922 24
Figura 2 - Centro de Altos: feira livre 26
Figura 3 - Prédio da Prefeitura Municipal de Altos 27
Figura 4 - Matéria sobre problemas do Piauí 28
Figura 5 - Avenida Francisco Raulino, Altos - Piauí 29
Figura 6 - Solicitação de licença para professora de escola mista do povoado de Altos 31
Figura 7- Documento da Prefeitura Municipal de Altos 33
Figura 8 - Documento solicitando melhorias no prédio escolar 35
Figura 9 - Decreto de implantação do Grupo Escolar Afonso Mafrense 38
Figura 10 - Localização e parte da estrutura do prédio escolar 39
Figura 11 - Prédio do Grupo Escolar Afonso Mafrense 42
Figura 12 - Notícia sobre a obrigatoriedade do ensino primário no Brasil 45
Figura 13 - Notícia sobre a Cruzada Nacional de Educação no Brasil 46
Figura 14 - Documento da Diretoria do Departamento de Ensino 55
Figura 15 - Documento da Diretoria do Departamento de Ensino 58
Figura 16 - Diploma de conclusão do curso de formação de professores primários 60
Figura 17 - Documento da Diretoria do Departamento de Ensino 62
Figura 18 - Documento de nomeação de professora normalista 63
Figura 19 - Alunos utilizando uniforme escolar em fotografia escolar nos anos 70 84
Figura 20 - Alunos do Grupo Escolar Afonso Mafrense uniformizados 86
Figura 21 - Certificado de conclusão do ensino primário 93
Figura 22 - Fotografias da turma de 196 94
Figura 23 - Relação de materiais para aquisição pelo Estado do Piauí 98
Figura 24 - Rlação de materiais para aquisição pelo Estado do Piauí 100
Figura 25 - Documento do Departamento do Ensino 101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Trabalhos acadêmicos sobre grupos escolares no Piauí..... 17

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11

1.1 Caminhos e diálogos 12

1.2 Levantamento bibliográfico 17

1.3 História de Altos e do Grupo Escolar Afonso Mafrense 19

2 A CIDADE DE ALTOS: CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO E EDUCACIONAL (1922-1971) 23

2.1 Um olhar sobre o agrupamento escolar em Altos 29

2.2 Grupo Escolar Afonso Mafrense: o primeiro grupo escolar altoense 37

3 O GRUPO ESCOLAR AFONSO MAFRENSE (1938-1971): ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO 44

3.1 As professoras do Grupo Escolar Afonso Mafrense 54

3.2 Aulas e avaliações 64

3.3 Gestão e inspeção: normas e disciplinamento na escola 72

4 A CULTURA ESCOLAR NO GRUPO ESCOLAR AFONSO MAFRENSE 77

4.1 O uniforme escolar: identidade e disciplinamento 82

4.2 Comemorações e festividades escolares: instrumentos de formação cívica e cultural 88

4.3 Os materiais escolares e a produção da cultura material da escola 96

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 103

REFERÊNCIAS 107

ANEXOS 115

1 INTRODUÇÃO

Conhecer e estudar a história da educação brasileira é indispensável para compreender e refletir sobre a relevância da educação para a constituição da sociedade. As pesquisas na área da História da Educação, sobretudo as que têm em sua centralidade as instituições educativas, vêm contribuindo para uma maior análise da importância social da escola no desenvolvimento do modelo de cidadão e sociedade, moldados pelo processo educativo.

Sobre a educação no Brasil, é importante ressaltar que mulheres, negros e as classes mais populares da sociedade, até meados do século XIX, ainda encontravam dificuldades de acesso à educação, apesar da obrigatoriedade do ensino público em 15 de outubro de 1827, instituído pela Lei Geral do Ensino. Sua efetivação, porém, ocorreu de maneira lenta e desigual no território brasileiro.

No que diz respeito ao Piauí, a situação não se diferenciava daquilo que era encontrado no restante do país, visto que o governo tinha dificuldades em desenvolver na prática a expansão do ensino público, devido à falta de prioridade e de financiamento na área educacional por parte da província, pois, de acordo com Queiroz (2013, p. 97), "a educação formal não teve pressa em acontecer no Piauí", evidenciando a despreocupação das autoridades políticas com o investimento em educação, como por exemplo, na criação de escolas e contratação de professores, necessários ao desenvolvimento do sistema de ensino público que deveria ser implantado pelo território piauiense.

Tendo em vista a omissão das autoridades com a implantação das instituições escolares nos municípios espalhados pelo Piauí, Queiroz (2013, p. 98) afirma que "no início do século XIX, ter acesso a uma cultura letrada era privilégio de uma minoria que podia pagar um professor particular para ensinar seus filhos, pois, não havia, nesta época, uma só escola pública em funcionamento no Piauí".

Para a autora, havia uma situação de negligência vivenciada pela população do Piauí com relação a ampliação da instrução pública, pois pessoas dos estratos sociais mais baixos enfrentavam dificuldades de acesso à educação escolar e ficavam à margem dos demais segmentos da sociedade pela falta de instituições públicas que resolvessem esse problema, pois na década de 1830, no Piauí, só existiam 14 escolas, dentre as quais apenas em 7 delas havia professores (Queiroz, 2013).

Diante da precária realidade enfrentada pela província e pelos piauienses no final do século XIX e início do século XX, primeira fase da República brasileira (1889 a 1930), existiam fragilidades econômicas que protelavam a municipalização dos povoados piauienses, entre elas

estavam os efeitos da 1ª Guerra Mundial (1914-1918), que afetaram os preços dos produtos exportados pelo Piauí, trazendo prejuízos à economia do estado (Santos; Kruel, 2009).

Apresentamos a seguir, em "Caminhos e diálogos", a relevância e a justificativa do tema desta dissertação, as questões norteadoras, os objetivos geral e específicos, bem como a metodologia aplicada na pesquisa e a estrutura deste trabalho. Em seguida, em "Levantamento bibliográfico", abordamos trabalhos anteriores que tratam da temática dos grupos escolares. Por fim, em "História de Altos e do grupo escolar Afonso Mafrense", uma breve história da cidade e do grupo escolar ora pesquisado.

1.1 Caminhos e diálogos

O presente trabalho de pesquisa na área da História da Educação trata sobre a história e memória do Grupo Escolar Afonso Mafrense e sua importância para o desenvolvimento educacional e cultural do município de Altos (PI), cujo foco concentra-se em investigar sua implantação, organização e a cultura escolar, pois de acordo com Oliveira e Gatti Junior (2002, p.73), "historiar uma instituição educativa carece não perder de vista sua especificidade, mas, ao mesmo tempo, compreender sua totalidade". Nesse sentido, defendemos que é essencial, para a análise de uma determinada instituição escolar, conhecer aspectos de sua cultura escolar.

O tema surgiu com base nos diálogos da disciplina História da Educação, do curso de Licenciatura em Letras Libras, no ano de 2023. Esses diálogos se desenvolveram por meio do estudo do texto de Fátima Letícia Gomes e Jane Bezerra Sousa (2019), intitulado "Processo de escolarização dos surdos no Piauí nos anos 1970", que aborda a Escola de Educação Especial Professora Consuêlo Pinheiro, primeira instituição educativa para alunos surdos no Piauí.

A partir dessa leitura, lancei um olhar sobre a trajetória das instituições educativas, considerando sua história e memória. Desse movimento surgiu o interesse em pesquisar sobre as instituições do município de Altos. As leituras da historiografia local evidenciaram que o Grupo Escolar Afonso Mafrense foi o primeiro grupo escolar do município. Dessa análise das fontes, consolidou-se o tema desta pesquisa.

Nessa perspectiva, investigar a história e a memória do Grupo Escolar Afonso Mafrense justifica-se pelo fato de ser a primeira instituição pública estadual de ensino do município de Altos, que se encontra em pleno funcionamento de suas atividades educacionais, atuando com o ensino médio e utilizando a denominação de Centro de Ensino de Tempo Integral Afonso Mafrense. Com isso, almejamos preservar a história e a memória dessa instituição que contribuiu e ainda contribui para o processo formativo de uma parcela significativa da

população altoense, visto que “as instituições educativas desenvolvem uma identidade com base na relação e no contexto” (Magalhães, 2004, p.68).

Mediante as características do tema, constatou-se a necessidade eminente de investigar as seguintes questões: Como ocorreu o processo de implantação e consolidação do Grupo Escolar Afonso Mafrense? Como se deu a organização e o funcionamento do Grupo Escolar Afonso Mafrense? Como era o cotidiano escolar do Grupo Escolar Afonso Mafrense? Quais os métodos e materiais didáticos eram utilizados e faziam parte da cultura escolar da instituição?

Nessa ótica, o problema de pesquisa resumiu-se na seguinte pergunta-síntese: Qual a história e a memória do Grupo Escolar Afonso Mafrense no que se refere a sua implantação, consolidação, organização e funcionamento? Assim, definiu-se como objetivo geral: analisar a história e a memória do Grupo Escolar Afonso Mafrense na sistematização do ensino público de Altos (1938 a 1971). Como objetivos específicos: compreender os processos de implantação e consolidação; examinar os processos de organização e funcionamento; e discutir os aspectos da cultura escolar existente no Grupo Escolar Afonso Mafrense (1938 a 1971).

De acordo com Andrade (2006, p. 121), “pesquisa é um conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de método científico”. Esta investigação é, portanto, de natureza básica, pois busca gerar conhecimentos novos e úteis, relacionados a verdades e interesses comuns às ciências.

A abordagem adotada é qualitativa, considerando a natureza do objeto de estudo e sua relevância para a História da Educação. Nesse sentido, conforme Lakatos e Marconi (2006, p. 270), a pesquisa qualitativa “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, que não pode ser traduzido em números”.

A pesquisa realizada envolveu levantamento bibliográfico, com o objetivo de analisar obras que tratam da temática em questão, e também análise documental. Segundo Le Goff (2003), a partir da chamada “revolução documental” houve um alargamento das fontes disponíveis, sendo necessário que os documentos resultantes do trabalho de pesquisa sejam submetidos à crítica do pesquisador.

Nesse sentido, buscou-se explorar diferentes tipos de documentos, como fontes escritas, imagéticas, orais, hemerográficas e materiais, entre outras que estavam à disposição. Conforme destacam Galvão e Lopes (2010, p. 72), “pinturas, desenhos, esculturas, fotografias e cartões-postais também podem falar sobre o passado e, particularmente, sobre a educação em outras

épocas".

O trabalho de pesquisa foi desenvolvido com base na abordagem teórico-metodológica da Nova História Cultural. Segundo Magalhães (2004), essa perspectiva proporciona uma história interdisciplinar e problematizadora, capaz de propor temas e conceitos inovadores. Por outro lado, Chartier (1990, p. 16-17), "tem por principal objeto identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler". Ou seja, como as pessoas dão sentido ao mundo em que vivem.

Além disso, adotou-se a História Oral como método e técnica, buscando ouvir os participantes da pesquisa. Conforme Alberti (2008, p. 155), "a História oral permite o registro de testemunho e o acesso a 'histórias dentro da história' e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado". Nessa mesma direção, Thompson (1992, p. 137) afirma que "a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história".

A técnica de coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, o que possibilitou à pesquisadora construir as autobiografias dos participantes, reunindo narrativas sobre suas experiências de vida relacionadas ao Grupo Escolar Afonso Mafrense. Compreende-se que, na prática da pesquisa histórica, conforme aponta Certeau (1982), o historiador não edifica sozinho um império: ele precisa atuar nas margens, explorando o que ainda não foi investigado, as zonas silenciosas.

Nesse processo, buscamos estabelecer relações com diferentes materiais e documentos, transformando-os em fontes de pesquisa, sejam escritos, imagéticos, materiais ou orais, sempre na perspectiva de que "para fazer história, é necessário, antes de mais nada, estar radicalmente disposto a ler, ver, ouvir e contar o outro" (Galvão e Lopes, 2010, p. 12).

Quanto ao levantamento teórico, este seguiu norteado pelo posicionamento dos seguintes autores: da Nova Historia Cultural, com Chartier (1990); da Historia Oral: Verena Alberti (2008); Instituição Educativa: Magalhães (2004); dos Grupos Escolares: Vidal (2006), Souza (2008), Lopes (2006), Sales (2002), Souza (2007), Faria Filho (2007), Souza e Faria Filho (2006); da Memória: Le Goff (2003), Felix (1998); da Cultura Escolar: Dominique Júlia (2001), Viñao Frago e Escolano (1998); e autores que abordam temas relacionados a cidade de Altos, Dias (2013, 2016), Rodrigues (1991), Raulino Neto e Dias (2016), entre outros.

Sobre conduta ética nas pesquisas, Prodanov e Freitas (2013, p. 45) afirmam:

> Ética na pesquisa científica indica que o estudo em questão deve ser feito de modo a procurar sistematicamente o conhecimento, por observação, identificação, descrição, investigação experimental, produzindo resultados reprodutíveis, realizado de forma moralmente correta.

Considerado a importância da escolha dos participantes e do campo da pesquisa para o alcance dos objetivos, pretendeu-se realizar a pesquisa com o apoio de (04) quatro categorias de participantes, a saber: ex-gestores, ex-professores, ex-alunos, ex-funcionários e comunidade escolar (zelador, merendeira, porteiro), que tivessem participado da história do Grupo Escolar Afonso Mafrense no período escolhido para recorte temporal da pesquisa (1938 a 1971). Devido ao recorte temporal e as dificuldades de encontrar os participantes, no entanto, só foi possível realizar as entrevistas com (01) ex-professora e (04) ex-alunos, ou seja, (02) duas categorias.

Para a pesquisa, os participantes foram convidados pessoalmente e por telefone. Logo após o convite, eles assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Depois, foi agendado um encontro antes da fase de entrevistas, para esclarecimentos sobre a realização da coleta de dados e a definição de horário e local para a entrevista, conforme parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa de número 7.459.364, com o CAAE 85246624.1.0000.5214.

Como critérios de inclusão, destacamos que era necessário que o convidado tivesse estudado e/ou trabalhado nos seguintes cargos: diretor, docente, zelador, porteiro, ou inspetor, no Grupo Escolar Afonso Mafrense no período de 1938 a 1971. Como critérios de exclusão, definiu-se que não poderiam participar da pesquisa pessoas que tivessem realizado sua matrícula inicial ou exercido alguma função na instituição escolar fora do recorte temporal de investigação da pesquisa, ou seja, a partir do ano de 1972.

É importante ressaltar que a pesquisadora realizou a busca dos nomes dos participantes tanto em documentos no Arquivo Público do Estado do Piauí quanto no Arquivo da Secretaria de Estado da Educação-SEDUC, bem como também em diálogo com outros participantes e cidadãos altoenses. Aos participantes, nesse caso, foram fornecidas todas as informações referentes à realização da pesquisa, garantindo-lhes conhecimento e assegurando, evidentemente, seus direitos. Ademais, os esclarecimentos possibilitaram que todos compreendessem a relevância de sua participação para o desenvolvimento do estudo, a partir da aceitação da proposta.

A pesquisa aconteceu com apoio de um roteiro de questões e auxílio de um aparelho smartphone para a captura de áudio e vídeo das entrevistas. Cada categoria de participantes (ex-alunos, ex-professores) contou com seu próprio modelo de roteiro para a entrevista, além da apresentação de algumas fotografias do grupo escolar, de estudantes e professoras, visto que na ótica de Kossoy (2012), as imagens têm grande potencial como documento a serem exploradas.

O trabalho feito a partir das transcrições das entrevistas foi organizado e apresentado

aos participantes. Dessa forma, eles puderam avaliar o material e decidir o que seria usado na pesquisa, bem como pode escolher se aceitariam ter suas identidades divulgadas, considerando a importância de suas respostas para o estudo histórico sobre o grupo escolar. Caso preferissem, poderiam participar de forma anônima.

A pesquisa sobre uma instituição educativa deve explorar as múltiplas facetas e possibilidades de abordagem, a fim de descrever, compreender e analisar as instituições educativas (Magalhães, 2004). Assim, este trabalho está organizado da seguinte forma: primeira seção, corresponde à Introdução, que aborda uma visão geral da pesquisa, apresentando o tema, questões norteadoras, objetivos: geral e específicos, bem como a metodologia, o referencial teórico, um levantamento bibliográfico sobre o objeto da pesquisa e a importância do tema.

A segunda seção, denominada "A Cidade de Altos: Contexto Político, Econômico e Educacional (1938-1971)", trata sobre o contexto do município de Altos, do processo de implantação do Grupo Escolar Afonso Mafrense (leis da implantação, inauguração, representação da personalidade que dá nome ao prédio, o prédio escolar e sua arquitetura), elementos necessários para conhecer a história do grupo escolar.

A terceira seção, intitulada de "Grupo Escolar Afonso Mafrense: Organização e Funcionamento", aborda as leis que regiam o sistema educacional no período, com foco no Regulamento Geral do Ensino – Piauí, de 1933, Lei Orgânica do Ensino Primário de 1946, e apresenta as professoras, sua formação e as práticas adotadas por elas na organização do ensino e no cotidiano escolar. Além disso, explicita o trabalho realizado pelos(as) diretores(as) e inspetores(as) de ensino do período na organização e disciplinamento escolar.

A quarta seção, denominada de "A Cultura Escolar no Ensino Primário do Grupo Escolar Afonso Mafrense", discute a produção da cultura na instituição, o cotidiano das vivências entre os participantes da comunidade escolar no período em questão, aborda o momento do recreio e as brincadeiras realizadas, o uniforme e a cultura do material escolar, bem como as festas escolares que eram vistas como símbolo do civismo e da construção da cultura dos cidadãos altoenses.

Nas Considerações Finais, apresentamos os desafios enfrentados na construção desta dissertação, especialmente quanto às lacunas nas fontes documentais, supridas pela contribuição de ex-alunos e ex-professora do grupo escolar, que compartilharam memórias e experiências vividas em seu cotidiano escolar. O trabalho também percorreu caminhos e diálogos construídos em minhas andanças pela cidade de Altos, minha cidade natal, reafirmando o objetivo de valorizar a memória coletiva e destacar a relevância da instituição ora pesquisada.

Pesquisar sobre história e a memória do Grupo Escolar Afonso Mafrense no município de Altos (PI) é significativo tanto para a sociedade quanto para o meio acadêmico, pois a pesquisa apontou contribuições relevantes sobre documentos, bibliografias, fatos, informações, imagens e narrativas da história e memória desta instituição escolar, bem como sobre os sujeitos envolvidos no processo educativo (professores, alunos, gestores, entre outros), além de, evidentemente, contribuir para as pesquisas em História da educação.

Para Galvão e Lopes (2010, p.37) "O pesquisador, então, deve saber usar as informações que aparecem (e aparecem porque ele faz perguntas) nas diversas fontes com as quais trabalha", utilizando-se delas para encontrar respostas sobre os questionamentos emergentes ao longo da pesquisa. Nesse sentido, a pesquisa também produz visibilidade ao Grupo Escolar Afonso Mafrense, que influenciou por tantas décadas a formação e a vida dos cidadãos altoenses, buscando compreender retrocessos e continuidades na organização do ensino público, visto que permitiu o acesso à instrução pública para muitos estudantes de diversos extratos sociais ao longo de 87 anos de existência. Seu funcionamento em Altos, portanto, implicou na construção da sociedade local, no desenvolvimento municipal e na sistematização do ensino público.

1.2 Levantamento bibliográfico

Ao realizar um levantamento das pesquisas sobre os grupos escolares piauienses no passado, identificamos trabalhos que abordam essa temática. Assim, a partir dessa busca, direcionamos a análise para as produções referentes ao Grupo Escolar Afonso Mafrense, localizado na cidade de Altos, Piauí. A análise dessas pesquisas anteriores permitiu compreender a relevância do presente estudo.

Quadro 1 - Trabalhos acadêmicos sobre grupos escolares no Piauí

TÍTULO	ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR
Superando a pedagogia sertaneja: grupo escolar, escola normal e modernização da escola primária pública piauiense (1908 - 1930)	2001	Universidade Federal do Piauí	Antônio de Pádua Carvalho Lopes
Picos e a constituição de sua rede escolar: do Grupo Escolar ao Ginásio Estadual;	2005	Universidade Federal do Piauí	Jane Bezerra de Sousa

História e memória da educação em Oeiras-Piauí	2006	Universidade Federal do Piauí	Amada de Cássia Campos Reis
O colégio Afonso Mafrense patrimônio cultural de Altos -Pi	2009	Universidade Estadual do Piauí	Rosa Silva Reis Porto
História das primeiras instituições escolares de José de Freitas – PI (1928- 1971)	2012	Universidade Federal do Piauí	Maria do Amparo Holanda da Silva
Educação e sociedade em Altos: um estudo sobre a Unidade Escolar Afonso Mafrense (1980-1990)	2016	Universidade Estadual do Piauí	José Williames Pereira Gomes
Grupo Escolar Coelho Rodrigues: um estudo histórico sobre a cultura escolar primária na cidade de Picos/PI (1954- 1971)	2022	Universidade Federal do Piauí	Danila da Silva Nascimento Gomes
Grupo Escolar Agrônomo Parentes: Formação e cultura escolar na cidade de Floriano (PI) entre os anos de 1928-1971	2024	Universidade Federal do Piauí	Jessica Oliveira da Costa
História e Memória do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco (1928-1971)	2025	Universidade Federal do Piauí	Hortência Almeida Medeiros da Rocha

Fonte: Elaboração própria realizada a partir de levantamento realizado no site do PPGEd e na Biblioteca Pública Municipal João Bastos em Altos.

Os trabalhos acadêmicos sobre os grupos escolares no Piauí listados na tabela acima revelam as particularidades de como ocorreu o processo de implantação da educação primária pública em algumas cidades do Estado. Eles apresentam aspectos importantes da história e da memória das instituições educativas no processo de desenvolvimento e sistematização do ensino piauiense.

Entre os trabalhos mencionados, destacamos duas monografias apresentadas para conclusão do curso de Licenciatura Plena em História, pela Universidade Estadual do Piauí, os dois trabalhos tratam sobre o Grupo Escolar Afonso Mafrense. O primeiro, cujo título é “O

colégio Afonso Mafrense patrimônio cultural de Altos -Pi", de Porto (2009), apresenta aspectos sobre a instituição, trazendo um recorte geral da educação em Altos e da história da escola. O segundo, intitulado "Educação e sociedade em Altos: um estudo sobre a Unidade Escolar Afonso Mafrense (1980-1990)", de Gomes (2016), retrata as influências da redemocratização do ensino no período pesquisado, a educação de jovens e adultos (EJA), relações de poder na instituição, caracterizando o grupo escolar como unidade escolar, devido ao recorte temporal pesquisado.

Nesse sentido, esta pesquisa sobre a história e memória do Grupo Escolar Afonso Mafrense difere dos trabalhos já produzidos sobre a instituição por explorar aspectos pouco abordados, como a formação das professoras atuantes no grupo escolar, a organização do ensino, a construção da cultura escolar e a influência da escola na vida social do município, especialmente por meio de práticas voltadas para a moralidade e a civilidade de crianças e jovens.

Além disso, diferencia-se pelo recorte temporal adotado: inicia-se em 1938, ano marcado pelo Decreto nº 51 que instituiu o Grupo Escolar Afonso Mafrense, e se estende até 1971, quando a Lei nº 5.692 promoveu a fusão do ensino primário e do ginásio, dando origem ao 1º grau. Por sua vez, o recorte espacial da pesquisa concentra-se na cidade de Altos, Piauí, local onde está situado o Grupo Escolar Afonso Mafrense.

1.3 História de Altos e do Grupo Escolar Afonso Mafrense

No tocante ao território de Altos, recorte espacial desta pesquisa, registra Soares (1972, p. 22): "Em 1922, pela Lei nº 1.041, de 18 de julho, do então governador Dr. João Luís Ferreira, o povoado de Altos de João de Paiva foi elevado à categoria de vila, com a denominação simplificada de Altos, sendo instalada em 12 de outubro do mesmo ano". Assim, a partir do povoado denominado "Altos de João de Paiva", surgiu oficialmente o município de Altos, localizado na microrregião de Teresina, a 40 km da capital.

A cidade de Altos recebeu este nome em razão de sua localização em uma porção elevada do território, sendo nomeado pelo cearense João de Paiva, que juntamente com sua família deram origem ao tal povoado. No início, portanto, a cidade "era o centro de uma extensa fazenda, em torno da qual surgiram os lugares Alto Franco, Alto da Casa-Nova e Alto de João de Paiva, que passaram a ser ocupados pelos seus filhos. Mais tarde unificados passaram a se chamar Altos de João de Paiva" (Rodrigues, 1991, p. 14).

Com o passar do tempo, após a municipalização, a cidade de Altos foi aos poucos se

desenvolvendo de maneira social, cultural, política e econômica, trazendo modificações e organização na estrutura da cidade, proporcionando melhores condições de vida para a população ali estabelecida.

Segundo Rodrigues (1991, p. 20),

> A instalação da iluminação pública ocorreu em 1932. Em 1935 foi criada a alfaiataria do Sr. Pedro Reis Cavalcante e a sapataria do Sr. Pedro Lucinda. Em 1936 o IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra Secas) construiu a Caixa D'água da rua 12 de outubro. No ano seguinte (1937) desfilou pelas ruas de Altos o primeiro bloco carnavalesco, intitulado "Bloco dos Artistas", sob a organização dos mestres Paulistano e Abdias. O primeiro aparelho de rádio foi trazido para Altos pelo Coronel Laurindo de Castro Lima, em 1938. No mesmo ano foi instalada a primeira padaria pelo Sr. José Roldão Castelo Branco.

Nesse processo de desenvolvimento em decorrência da municipalização, é possível elencar o surgimento de novos elementos referentes à urbanização, entre eles a abertura de casas comerciais e a implantação de serviços públicos, como a instalação da caixa d'água.

Quanto à questão educacional, Dias (2016) afirma que nesse período havia algumas professoras na cidade que tomaram para si a iniciativa de construção de salas de aula para atender as crianças, dentre elas D.ª Santa e D.ª Hilda Ribeiro, ambas reconhecidas como mulheres alegres e simpáticas. As salas de aula ficavam localizadas no centro da cidade, e sua junção possibilitou o surgimento da "Escola Isolada", depois "Escola mista", já contando com alguns itens de mobiliário, entre os quais carteiras, mesa e quadro para a escrita das atividades.

Posteriormente, as escolas isoladas no município foram substituídas pelas escolas reunidas ou agrupadas, que favoreciam a promoção da educação para um número maior de crianças no mesmo ambiente escolar. Quanto a isso, Dias (2013, p. 17) assegura que "a título de exemplo, as Escolas Isoladas da cidade foram fundidas, através do Decreto Estadual n° 1.401, de 21 de junho de 1932, sob a denominação de Escolas Reunidas Afonso Mafrense".

Na cidade de Altos, esse modelo de instituição, formado pela reunião de escolas em um mesmo prédio, perdurou durante alguns anos (1932-1938), corroborando com a afirmação de Lopes (2006, p. 88) de que "a predominância inicial do modelo escolas reunidas ocorreu, principalmente, em decorrência de seu baixo custo em relação ao grupo escolar", pois, mesmo com os ideais de progresso e mudanças sociais planejados no período para o país, os investimentos em educação eram escassos. Nesse sentido, para atingir o maior número de crianças e jovens durante a interiorização das instituições escolares, as escolas reunidas ou agrupadas foram usadas como solução para o problema, pois eram modelos mais viáveis financeiramente, visto que os grupos escolares, da maneira como eram pensados, necessitavam

de infraestrutura e novos profissionais com maior qualificação.

No contexto do século XX, na década de 1930, o país passava por um processo de modernização planejado pelo governo do presidente Getúlio Vargas. Esse período foi fértil no que se refere aos pensamentos dos intelectuais sobre educação. Em seu bojo, trouxe reformas e manifestos que provocaram reflexões sobre a ampliação do acesso à escolarização. No que diz respeito à educação primária, o modelo de grupo escolar representava mudanças nos moldes educacionais e na sociedade, pois difundia o perfil de cidadão considerado necessário para o desenvolvimento da nação.

Sobre a representação dos grupos escolares pelo Brasil, Souza (2008, p. 42) pontua:

> Desde o início, os grupos escolares encarnam o modelo ideal de escola pública primária. Instalados com núcleos urbanos, em prédios especialmente construídos para escolas ou edifícios adaptados e contando quase sempre com um quadro de professores normalistas melhor remunerados, as condições materiais e pedagógicas desse tipo de escola ancoraram as representações contrastantes entre a superioridade delas em relação à simplicidade das escolas isoladas.

A respeito do surgimento desse novo modelo institucional, o grupo escolar, é importante destacar que, segundo Souza e Faria Filho (2006, p. 27), "esse modelo escolar em circulação, considerado moderno e o mais adequado para a universalização do ensino primário, foi adotado no estado de São Paulo em 1893, no contexto da reforma da instrução pública". Com o tempo, apresentou um movimento expansivo que ampliou sua implantação no país, já que essas escolas seriadas eram mais organizadas e tinham capacidade de atender um maior número de alunos.

Sobre os grupos escolares no Piauí, Lopes (2006, p. 81) afirma: "Criados legalmente, no Piauí, pela reforma de 1910, os grupos escolares foram inicialmente propostos em 1905. No discurso reformista que então era gestado, aparecem como elemento modernizador do sistema escolar piauiense". Esses estabelecimentos eram concebidos pela sociedade como espaços adequados ao processo educativo, superando os modelos anteriores de casa-escola, escolas isoladas e agrupadas, modelos utilizados para a escolarização de crianças e jovens.

Nessa perspectiva, Souza (2017, p. 116) complementa que "a construção de uma representação exaltadora das vantagens dos grupos escolares, considerando-os escolas modelares, ocorreu sobre uma representação negativa das escolas isoladas e escolas reunidas". Entretanto, na prática, em razão das condições econômicas, houve, portanto, uma continuidade dos modelos anteriores pelo território piauiense, revelando um paralelo entre o proposto e executado pelo Estado.

Quanto ao município de Altos, Dias (2013, p. 17) pontua que "já no governo Leônidas

Mello, pelo Decreto nº 51, de 08 de março de 1938, a Escola Agrupada Afonso Mafrense é elevada à categoria de Grupo Escolar.” Portanto, o Grupo Escolar Afonso Mafrense, em Altos, faz parte da história educacional e do processo de sistematização do ensino público da cidade, sendo o primeiro grupo escolar do município. Como bem afirma Magalhães (2004, p.67), “a instituição educativa é local, tradição, representação”.

Atualmente, o grupo escolar está localizado no centro da cidade, nas proximidades da Igreja Matriz de São José, da Prefeitura, da Biblioteca João Bastos e do Mercado Público. É importante destacar que a instituição permanece em pleno funcionamento, sob a denominação de Centro de Ensino de Tempo Integral Afonso Mafrense, oferecendo ensino médio e ocupando posição de destaque entre as escolas do município. Esse reconhecimento se deve não apenas à relevância de suas atividades educacionais, mas também à preservação de sua arquitetura imponente, característica dos grupos escolares surgidos no período republicano, cuja estética reforça valores de representação e identidade social.

Conforme observa Sales (2002, p. 341), “o valor simbólico do prédio escolar é fruto, portanto, de uma espécie de consenso social, em que as representações desempenham um papel importante no processo de legitimação da instituição de ensino que o prédio escolar encerra”. O edifício, portanto, não se limita a ser um espaço físico de aprendizagem, mas constitui também um marco cultural e histórico para a comunidade. Nesse sentido, definiu-se historicizar o Grupo Escolar Afonso Mafrense, em Altos–Piauí (1938 a 1971), a fim de preservar a história e a memória desta instituição que, ao longo de 87 anos, integra a formação dos cidadãos altoenses, analisando sua implantação, organização, as práticas de professores, funcionários e alunos, bem como o cotidiano escolar no período pesquisado.

2 A CIDADE DE ALTOS: CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO E EDUCACIONAL (1922-1971)

Nesta seção, discorremos sobre a cidade de Altos, o início da povoação territorial, sua localização privilegiada em relação à capital do Estado do Piauí, condição que favorecia as relações políticas, econômicas e comerciais com as cidades vizinhas, bem como sua urbanização e o estabelecimento da instrução pública primária, além dos melhoramentos da infraestrutura da cidade que levaram à criação e implantação, pelo governo estadual, do Grupo Escolar Afonso Mafrense.

De acordo com a historiografia piauiense, o município de Altos, localizado no Estado do Piauí, atualmente com 103 anos de emancipação política, foi povoado inicialmente por João de Paiva e seus familiares, oriundos do Estado do Ceará por volta do ano de 1800, em busca de terras para o exercício das atividades agropecuárias.

Durante décadas, a cidade foi considerada apenas um povoado, integrando o território de Teresina. Sua estruturação organizacional teve início na década de 1920, quando, conforme Soares (1972), passou de povoado à vila pela Lei nº 1.401/1922. Posteriormente, transformou-se em comarca, tendo como distrito Alto Longá, e, em seguida, tornou-se município em 12 de outubro de 1922, por decreto do governador do estado do Piauí, João Luís Ferreira.

O mapa político do Piauí em 1922, ano da emancipação de Altos, retrata a localização geográfica do município, considerada privilegiada pela sua proximidade com a capital, Teresina, e a sua importância como rota de ligação para o norte do estado, aproximando-se de cidades importantes como Campo Maior, Piripiri, Piracuruca, Parnaíba e com o litoral piauiense, que estavam em pleno desenvolvimento urbanístico e econômico.

As relações políticas da cidade de Altos com as esferas do governo estadual e nacional eram de afinidade, desenvolvidas a partir das práticas coronelistas, com indicações de familiares e correligionários aos diversos cargos públicos, prática comum em várias regiões do Brasil. Segundo Dias (2013), durante a Era Vargas (1930-1945), o poder municipal concentrou-se nas mãos de duas famílias tradicionais, os Raulino e os Barbosa, que exerciam forte influência política e econômica. Lourenço Barbosa, prefeito em diferentes períodos (1922-1924, 1925-1928, 1934-1936, 1936-1937, 1937-1940), promoveu obras de educação e infraestrutura, como escolas, estradas e projetos de urbanização, contando com apoio de Leônidas Melo e Getúlio Vargas. Ele permaneceu no comando da prefeitura até o fim do Estado Novo (1945).

Figura 1 - Mapa do Piauí com a inclusão do município de Altos em 1922



Fonte: Facebook - Patrimônio Cultural de Altos-PI[1]

As ligações entre os municípios piauienses eram feitas por estradas, caminhos ou pela navegabilidade dos rios Poti e Parnaíba, caminhos que foram percorridos pelos desbravadores do território piauiense e foram fundamentais para a delimitação dos municípios.

Sobre os caminhos que ajudaram a organizar e povoar o Piauí, Melo (1985, p. 65-66) pontua:

> Os caminhos são vias de comunicação e sempre nascem da necessidade do intercâmbio entre pessoas e grupos cujo isolamento espacial precisa ser compensado

[1] Disponível em: https://www.facebook.com/share/p/1EdeuPFZdt/. Créditos: José Gil Barbosa Terceiro. Acesso em: 16/06/2024. Grifo nosso: destaque para o município de Altos.

> pela aproximação física. Os caminhos no Piauí surgiram para realizar esta aproximação entre curraleiros e ainda para servir de ponto de ligação entre fazenda e a cidade ou vila.

O município de Altos está localizado na porção norte do estado do Piauí, a cerca de 40 km da capital do estado, Teresina. E no período possuía relações comerciais importantes com as cidades vizinhas pelo estabelecimento de estradas carroçais. Segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (Ferreira, 1959, p. 416),

> A ligação com os demais municípios vizinhos se faz por estradas carroçáveis: José de Freitas- 42 quilômetros; Alto Longá- 48 quilômetros; e Beneditinos - 60 quilômetros. A distância da sede municipal ao município de Campo Maior é de 42 quilômetros, sendo a mesma para a capital do Estado.

A proximidade e as relações econômicas com cidades já estabelecidas, como por exemplo, Teresina, Campo Maior, União e Livramento (atualmente cidade de José de Freitas), favoreceu o contexto de desenvolvimento da urbanização da cidade, oportunizando o desenvolvimento das estruturas municipais.

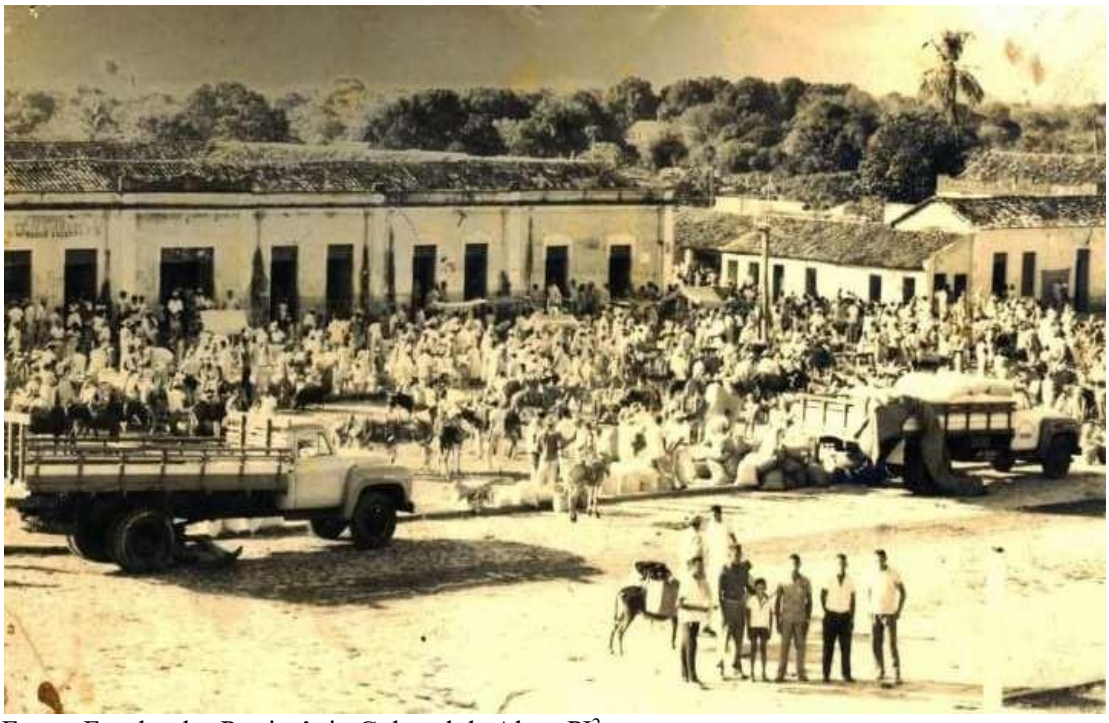
Após a municipalização de Altos, a década de 1930 do século XX foi um período de grande desenvolvimento urbanístico e populacional. Isso é o que registra o IBGE, em sua coleção de Monografias, série B, número 159 (1969, p. 1-2), quando afirma que "a partir de 1930, acentuou-se o progresso de Altos, com a construção do mercado, implantação de um campo experimental de plantas têxteis, criação de escolas, construção de estradas, abertura de poços e outros melhoramentos, que favoreceram o aumento da população".

Nessa perspectiva, com o crescente desenvolvimento de diversas áreas ligadas à urbanização e à organização municipal para acolher a população que passava a concentrar-se na zona urbana, em virtude dos serviços e da estrutura oferecidos, a cidade de Altos foi, aos poucos, tornando-se atrativa para a sociedade. Esse processo também favoreceu o desenvolvimento da economia local, pautada na agricultura e na pecuária, fortalecendo o comércio. Isso corrobora o pensamento de Veiga (2000, p. 401), quando afirma que "as cidades precisariam tornar-se um local de deslocamento, de trabalho, mas também de culto à pátria, de comunhão cívica, da recepção estética, do cultivo do belo, da harmonia e da ordem".

Segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959), constavam entre a produção agropecuária do município de Altos a produção de arroz, macaxeira, milho e a criação de gado. O centro da cidade é visto como local para o estabelecimento das relações comerciais, onde os agricultores e pecuaristas da região se organizavam para apresentação e venda de seus produtos para a população. Essa organização, por sua vez, se tornou cultural, perpassou as décadas do

século XX, sendo na atualidade ainda um símbolo das relações econômicas do lugar.

Figura 2 - Centro de Altos: feira livre



Fonte: Facebook - Patrimônio Cultural de Altos-PI[2]

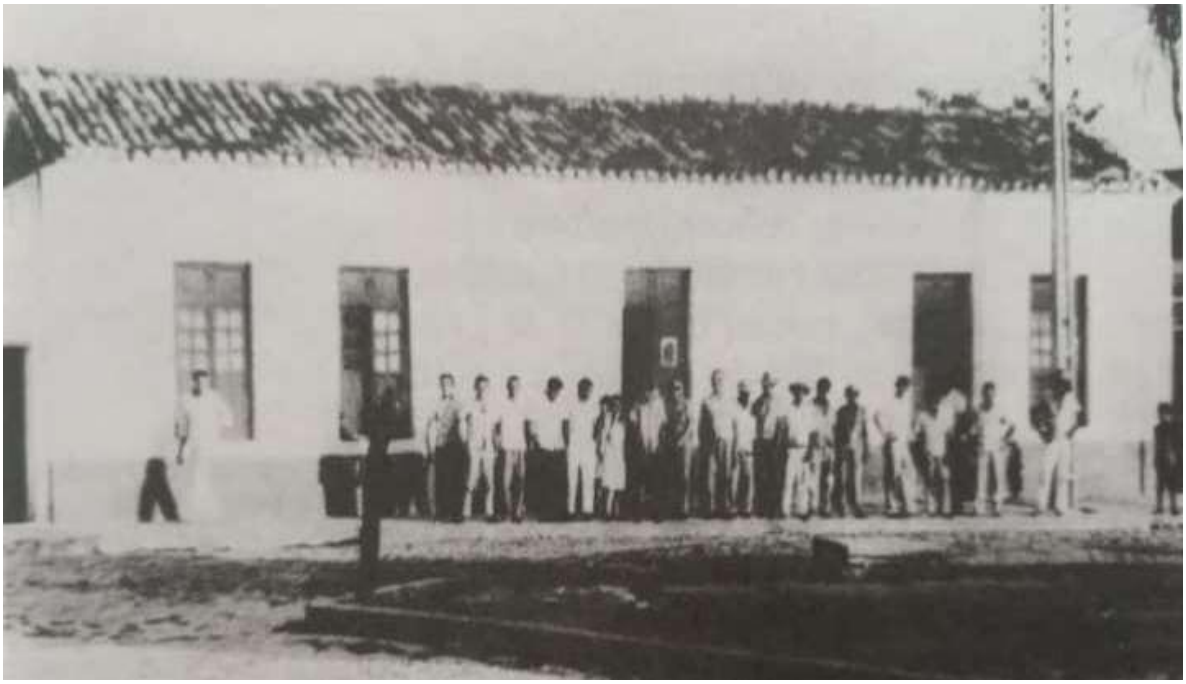
A feira livre de Altos é a representação da cultura dos primeiros comerciantes locais, sendo uma característica marcante da trajetória do município, visto que fortalece a economia municipal, provoca o envolvimento social e produz práticas culturais importantes. Conforme Soares, Batista e Braga (2016, p. 136), "toda sociedade é constituída de valores e marcas que a caracterizam, assim as sociedades urbanas são formadas através da educação e da cultura, sendo estas o alicerce para a fundamentação social e característica de cada cidade", ou seja, para os autores, cada sociedade tem seus próprios valores e símbolos que a tornam única. No caso das cidades, esses valores se formam principalmente pela educação e pela cultura, e são elas que dão base para a organização social e para a identidade de cada cidade. No caso de Altos, a feira livre é o símbolo de uma cultura que vai se perpetuando pela história local.

Neste período de melhorias da urbanização do município de Altos, estiveram à frente do poder municipal os seguintes prefeitos: "Vicente Soares da Silva Pestana: 1930 – 1931; Odorico de Almeida Saraiva: 22.07 a 31.12.1931; Tenente Plínio Mozart de Morais: 1932 – 1934; e

[2] Disponível em: https://www.facebook.com/share/1ACiJmufnN/. Créditos: José Gil Barbosa Terceiro. Acesso em: 16/06/2024.

Lourenço Saraiva Barbosa: 27.03.1936 – 16.11.1945" (Dias, 2004, p. 71). Nesse sentido, podemos atribuir os avanços do município às ações desses prefeitos enquanto gestores municipais. Na esfera estadual, por sua vez, estiveram no poder os interventores Landri Sales (Aliança Liberal - AL) e Leônidas Melo (Partido Social Democrático - PSD).

Figura 3 - Prédio da prefeitura municipal de Altos



Fonte: Facebook - Patrimônio Cultural de Altos-PI[3]

O estado do Piauí, durante a governança de Leônidas Melo, buscava alcançar o desenvolvimento político, educacional e econômico. Para tanto, além da municipalização do território das vilas e da construção de escolas, outro aspecto referente a essas questões ganhou relevância nesse período, visto que relacionava-se à construção de estradas, pois elas eram vistas como instrumento de desenvolvimento, consequentemente auxiliariam no escoamento das produções agropecuárias e extrativistas por toda a sua extensão territorial.

No passado, obviamente, as estradas foram consideradas essenciais para reduzir desigualdades regionais, pois possibilitavam maior acesso a bens e serviços e conectavam áreas isoladas aos centros urbanos.

No Piauí, a construção de estradas é tida como elemento importante para o seu crescimento. Para tal afirmação, verifica-se que elas foram tema de matéria divulgada no

[3] Disponível em: https://www.facebook.com/share/1BpVwqaSc1/ Créditos: Tony Rodrigues. Acesso em: 16/06/2024.

Almanaque de Parnaíba na década de 1930 do século XX. Como podemos analisar, a dificuldade em suas execuções é representada como um dos problemas que influenciavam o atraso do desenvolvimento piauiense.

Vejamos a matéria intitulada de “Os magnos problemas do Piauhy”:

Figura 4 – Matéria sobre Problemas do Piauí



1938 ALMANAQUE DA PARNAIBA 53

Os Magnos problemas do Piauhy

Especial para o "Almanaque da Parnahyba"

O que estorva a marcha do progresso no Estado do Piauhy, é a deficiencia de meios de communicação.

Estradas, são pois, incontestavelmente, o factor por excellencia do progresso geral de uma região.

Facilitando o transporte dos recursos materiaes para a exploração do solo, beneficiamento, distribuição e consumo regulares dos productos da terra, as estradas concorrem de maneira decisiva para o desenvolvimento agricola e industrial e influem grandemente na confraternisação dos povos.

As estradas promovendo o adeantamento das industrias mineralogica e extractiva, o estabelecimento de laços mais vivos de união entre os habitantes e a circulação das riquezas naturaes são, por isso, de incontestaveis beneficios para o Piauhy.

***

Até 1928, quando construiram-se as rodovias modelos Rio-Petropolis e Rio-S. Paulo, as estradas carroçaveis do Estado do Piauhy, como a de Floriano a Oeiras, eram consideradas as melhores do paiz. O Brasil possúe extensa kilometragem de estradas carroçaveis que constituem já um systema anachronico de viação. Mais de 15.000 do total de 33.000 kilometros de estradas de ferro nacionaes, estão nos Estados de S. Paulo e de Minas Geraes, os quaes representam apenas um decimo da nossa superficie. Disso se deduz que, apesar de termos algumas bôas estradas, muito há ainda a fazer no sector das realizações ferroviarias.

Com o auxilio de bôas estradas, factor de grande alcance politico, social e economico, o Piauhy adquirirá o relevo de que carece para fazer ouvir no paiz inteiro, a voz da concordia, que lhe é uma tradição da politica interna e do sentimento do povo piauhyense.

Quando portanto, a industria do babassú e da carnahuba estiverem convenientemente desenvolvidas com o auxilio das estradas, e quando tivermos tambem, mais acentuadamente a cooperação federativa nas nossas realizações, o Piauhy será, sem duvida, uma potencia economica em relação ás outras unidades da Federação.

A construção do porto, a conclusão dos trabalhos de construcção da Estrada de Ferro Central do Piauhy, da Estrada de Ferro Petrolina-Theresina e da ponte sobre o rio Parnahyba, constituirão assim, os magnos problemas do Piauhy.

Fenelon SILVA.

Rio-Maio, 1937.

Fonte: Almanaque da Parnaíba (1938).

Note-se que as estradas sempre foram símbolo de chegada de progresso e desenvolvimento para as regiões mais longínquas do estado. O autor da matéria em questão destaca ideias importantes sobre a realidade da época, como “O que estorva a marcha do progresso no Estado (...)”, “As estradas promovendo o adentramento das indústrias mineralógica e extractiva (...)”, “Até 1928, quando construíram-se as rodovias modelos Rio-Petrópolis e Rio-S. Paulo (...)” e “Com o auxílio de boas estradas (...)”. Esses argumentos, portanto, reforçam de forma clara e objetiva a relevância da construção de estradas como fator decisivo para o avanço econômico e social do Piauí, sustentando a visão de que a infraestrutura viária foi e continua sendo um dos pilares do progresso regional.

No que afeta a cidade de Altos, ela é atravessada pela rodovia federal BR-343, estrada

que atravessa o Piauí, e faz ligação entre Teresina ao litoral piauiense, e ao adentrar nos limites do perímetro urbano da cidade, ela recebe o nome de Avenida Francisco Raulino.

Figura 5 – Avenida Francisco Raulino, Altos – Piauí



Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959).

A avenida Francisco Raulino foi a primeira a ser construída no município, portanto é considerada a mais importante na cidade, tendo recebido esse nome em homenagem ao capitão Francisco Raulino, comerciante e político que contribuiu com o desenvolvimento municipal altoense. Desse modo, foi e se perpetua como localização privilegiada para o comércio local, com a presença de lojas, supermercados, agência bancária, serviços postais, prefeitura e câmara de vereadores.

No contexto da organização do município e da implantação dos serviços básicos essenciais à urbanização de Altos, o aumento da população na região urbana trouxe também a demanda pela instrução pública primária destinada aos jovens altoenses. É sobre esse aspecto que trataremos a seguir.

2.1 Um olhar sobre o agrupamento escolar em Altos

Com o desenvolvimento do processo de urbanização municipal de Altos e a chegada de novos habitantes, tornou-se necessária a organização dos serviços para atender à população. Entre esses serviços, a educação se apresentava como um desafio, pois deveria ser planejada e difundida por todo o país, já que a partir dela se moldaria um novo cidadão para a sociedade em construção. Nesse contexto, Gatti, Inacio Filho e Gatti Junior (2006, p. 126) destacam que "quando a República passou a reger o país tornou-se necessário discutir questões político-educacionais, uma vez que não era possível trabalhar sem uma política que não estivesse

centrada numa ideia de educação nacional".

De acordo com Gonçalves Neto (2015, p. 22),

> A República, em função de sua aproximação com as ideias liberais e com os novos interesses econômicos que se afirmavam na realidade brasileira, como os industriais-urbanos, colocava entre seus objetivos mais caros o desenvolvimento da instrução popular, considerada o fundamento necessário para a formação do povo e a prática da cidadania, que são o sustentáculo numa ordem que se pretenda democrática.

Essa concepção de educação que elevaria e fortaleceria a nação brasileira, contribuiu para a difusão das escolas públicas pelas regiões brasileiras. No município de Altos, nas primeiras décadas do século XX, no que tange à educação da sociedade, de acordo com o jornal O Altoense (ano I, nº 3, outubro de 1987, p. 3), a matéria de Luiza Lopes de Almeida, intitulada de "Educação em Altos", há uma descrição de como era a representação da educação primária na cidade, sob a ótica do trabalho dos mestres-escola.

> A educação é o complemento essencial na vida de um povo. Altos, como qualquer outra cidade, tem suas origens, no setor educacional. Como sabemos, a nossa cidade, era apenas uma pequena vila, passando a cidade somente a 12 de outubro de 1922, quando, nesta época, existiam apenas mestres-escolas, que ensinavam a ler, escrever e contar de um modo muito rudimentar. Por informação dos nossos antecedentes existiu aqui em nossa cidade o famoso mestre Jeremias, que residia à Rua João de Paiva. Com o referido mestre estudaram muitos altoenses. Existiu também a Mestra D. Maria Veneranda de Morais (D. Baú), cuja geração de sua descendência, que existe, muito se sobressaiu nas letras e outras ciências (Almeida, 1987, p. 3).

Pela análise da notícia, compreende-se que, no início do século XX, a educação ofertada para os altoenses era realizada por professores particulares, os chamados mestres-escola. Nesse sentido, mesmo sendo executado um trabalho rudimentar de ensinar a ler, escrever e contar, os desdobramentos do ensino por eles realizados conferiam oportunidades de ascensão em outras áreas do conhecimento, como por exemplo, nas ciências.

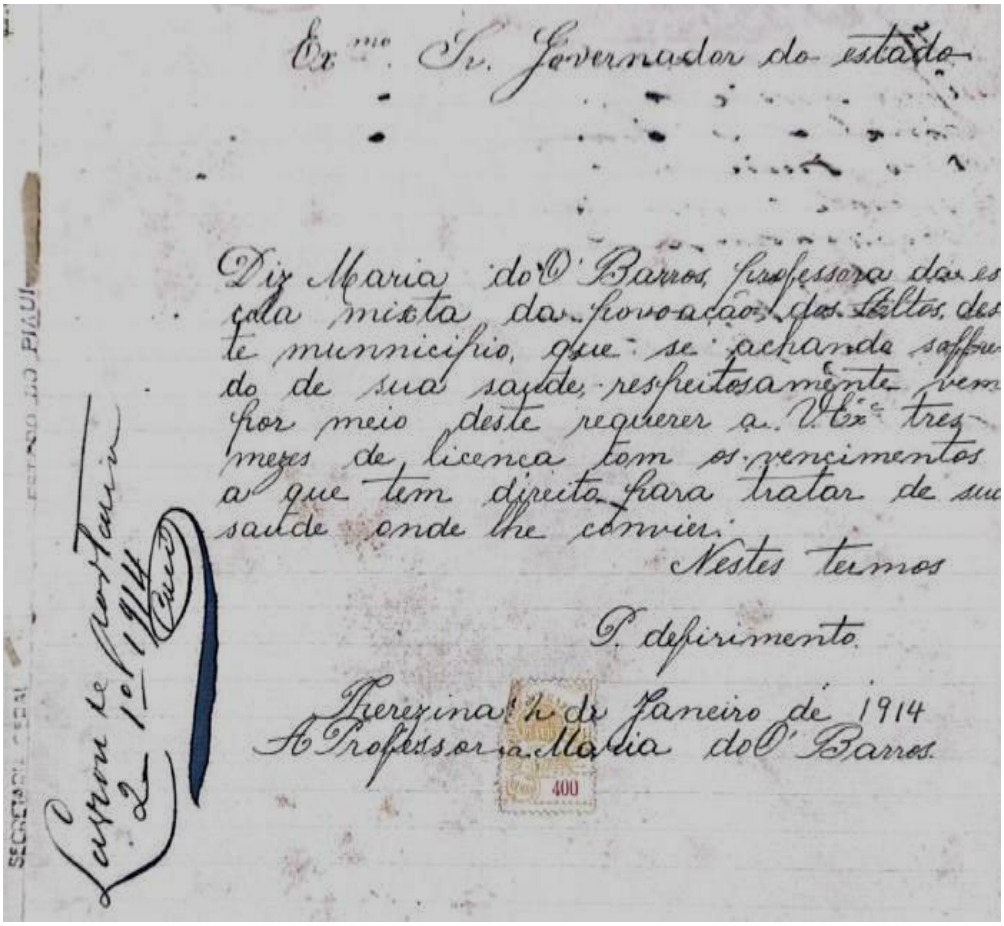
A definição de mestre-escola, para Vasconcelos (2005, p. 13), é a seguinte:

> Mestre-escola - eram mestres que ministravam aulas em sua própria casa para crianças e jovens de diversas famílias, na maioria das vezes de faixas etárias diferentes. Os alunos recebiam aulas na casa do mestre em dias e horários determinados... Podiam ser contratadas apenas aulas que interessassem aos alunos. O pagamento do mestre-escola era feito pelos pais de cada criança atendidas.

A partir da análise da matéria jornalística e a definição de mestre-escola, podemos afirmar que no início do século XX, tanto em Altos como em outras partes do Piauí, a educação ainda era privilégio de uma pequena camada da sociedade em condições de custear os estudos

de seus próprios familiares, com isso dificultando a oportunidade de acesso à instrução primária de pessoas dos estratos sociais mais baixos.

Fontes oficiais, entretanto, confirmam a existência de uma escola mista na povoação de Altos, já na primeira década do século XX. Entre as fontes analisadas, destaca-se um documento em que a professora Maria do Ó Barros, responsável pela escola mista da povoação, solicita ao governador do Estado do Piauí o afastamento para gozo de licença por motivo de saúde. Nesse documento, observa-se que a professora requer a continuidade do pagamento de seus vencimentos, evidenciando o vínculo funcional com o governo estadual, de modo que, ao receber seus pagamentos durante a licença, pudesse realizar o tratamento necessário no local que lhe fosse mais conveniente.


Ex.mo Sr. Governador do estado

Diz Maria do Ó Barros, professora da escola mista da povoação dos Altos deste municipio, que se achando soffrendo de sua saúde, respeitosamente vem por meio deste requerer a V. Ex.ª tres mezes de licença com os vencimentos a que tem direito para tratar de sua saúde onde lhe convier.

Nestes termos

P. deferimento.

Therezina 1º de Janeiro de 1914

A Professora Maria do Ó Barros

400

Figura 6 - Solicitação de licença para professora de escola mista do povoado de Altos
Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí (1914).

O documento evidencia que já existiam iniciativas voltadas ao provimento da instrução no território altoense antes mesmo da municipalização ocorrida em 1922. Em 1932, a Diretoria Geral da Instrução Pública divulgou, no Diário Oficial do Piauí de 27 de janeiro, a realização do censo infantil oficial no Estado. O objetivo era quantificar e localizar geograficamente as

crianças entre 7 e 11 anos, faixa correspondente à idade escolar, a fim de estabelecer critérios de criação de escolas primárias em diferentes regiões do Piauí. Essa medida visava cumprir o Regulamento Geral do Ensino, que determinava a obrigatoriedade da instrução para a infância naquele período.

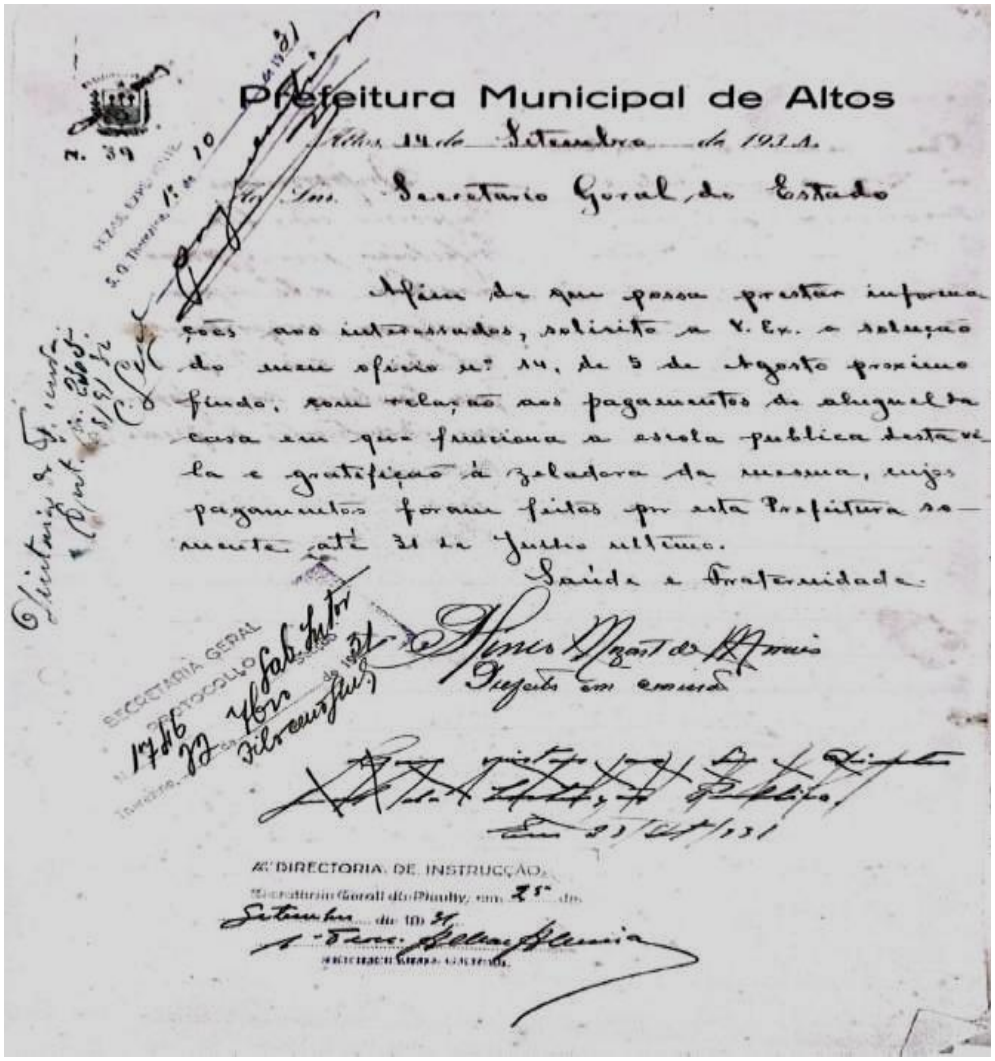
> A instalação e creação oficial de escolas públicas têm sido feitas, até hoje, segundo um critério empírico, em que não fôram consultadas as condições demográficas do meio. A distribuição de escolas, não somente no interior, mas na própria Capital, vinha sendo autorizada sem o respeito ás necessidades de cada núcleo estadual, de vez que faltava o conhecimento essencial da verdadeira população infantil. Tão grande mal que cumulou, sem dúvida na ausência de critério distributivo de nossos estabelecimentos primários, procura remediá-lo a Diretoria Geral de Instrução, dando início aos serviços do censo escolar (Piauí, 1932, p. 2-3).

A partir dessa matéria publicada no Diário Oficial, percebe-se que o Piauí passava por um momento de reorganização, visando atender às determinações legais para garantir condições de acesso ao ensino gratuito destinado ao público-alvo da educação primária. Para isso, o Estado deveria conhecer a população, de modo que pudesse criar instituições escolares em seu território e contemplar a demanda do ensino obrigatório para a infância de forma assertiva e de acordo com a necessidade, superando os modelos escolares anteriores: casa-escola e escola isolada.

Segundo Gatti, Inacio Filho e Gatti Junior (2006), a oferta de instrução primária na República estava ligada à urbanização, e privilegiava o espaço da cidade em detrimento do campo. Portanto, a escola possuía papel elementar na urbanização, higienização, apropriação da cultura letrada, escrita, atuando como instrumento de poder, um elemento civilizador da sociedade. Desse modo, mesmo com dificuldades na implantação de escolas primárias pelo Brasil, "a escola primária registra a história da democratização da cultura. Ela, ainda que marcada pela exclusão social, dá a conhecer o significado da educação escolar para mulheres e homens comuns" (Souza e Faria Filho, 2006, p. 46).

Na década de 1930 do século XX, Altos contava com escola pública para atender a população, fato constatado pela análise de documento oficial encontrado na caixa de Altos, no Arquivo Público do Piauí. Nesse sentido, podemos compreender que havia uma escola pública estadual funcionando em uma casa alugada pelo Estado, a qual contava com os serviços de uma zeladora, o que evidencia que já existia a preocupação com as questões relacionadas à higienização do espaço escolar. Além disso, confirmamos a participação da iniciativa municipal na promoção da instrução pública para o atendimento dos altoenses, em colaboração com o governo estadual, já que solicita o pagamento do aluguel do prédio onde funcionava a escola, bem como o pagamento da zeladora escolar.

Figura 7- Documento da Prefeitura Municipal de Altos



Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí (1931).

O aumento da população na zona urbana faz emergir a necessidade de educar o público que passa a habitar a cidade, pois segundo (Gatti, Inacio Filho e Gatti Junior, 2006, p. 133), “o intuito de se investir em educação era justamente o de preparar jovens que, no futuro, pudessem ser responsáveis pelo desenvolvimento e progresso da cidade”.

Para os autores citados, diante do crescimento urbano, a educação era mais que um serviço básico, tratava-se de uma estratégia de construção social e econômica, pois preparar jovens significava formar cidadãos capazes de sustentar o progresso coletivo e garantir continuidade ao desenvolvimento da cidade. Além disso, a escola funcionava como instrumento de integração social, reduzindo desigualdades e ampliando oportunidades.

Nessa perspectiva, a urbanização do território altoense proporcionou o agrupamento de escolas isoladas existentes, dando surgimento à Escola Agrupada Afonso Mafrense no município de Altos, através do Decreto Estadual n° 1.401, de 21 de junho de 1932. Esse modelo

de reunião de escolas num mesmo prédio, chamado escolas agrupadas, surge no Piauí como uma alternativa à construção do grupo escolar, em razão das difíceis condições financeiras, pois mostrava-se mais viável para atender a demanda crescente pelo ensino primário em muitos municípios piauienses (Lopes, 2006).

A existência da escola agrupada em Altos pode ser confirmada por meio de uma petição enviada pelo prefeito municipal à Secretaria Geral de Ensino, publicada no Diário Oficial do Estado em 27 de janeiro de 1932. No documento, os senhores Lourenço Barbosa & Irmão requerem autorização para o pagamento da quantia de 60$[4], referente ao aluguel do prédio de sua propriedade, localizado na vila de Altos, onde funcionavam duas escolas públicas, relativo ao mês de janeiro recém-encerrado (Piauí, 1932).

A Escola Agrupada Afonso Mafrense[5] recebeu este nome em homenagem a Domingos Afonso Mafrense, também conhecido como Domingos Afonso Sertão, um dos bandeirantes que ocuparam o território piauiense em busca de riquezas, apropriando-se de terras para a instalação de fazendas de gado (Melo, 1985).

Sua biografia revela aspectos relevantes para a compreensão de seu papel na ocupação do Piauí. Segundo Franco (1983, p. 15-16),

> Domingos Afonso Sertão era grande fazendeiro em Pernambuco, residindo na fazenda Sobrado, à margem esquerda do rio São Francisco. Português da região da Mafra, de que se origina a legenda Mafrense, Domingos Afonso era homem de empresa, bem sucedido em seus empreendimentos, de modo que, associado à Casa da Torre, o maior feudo da região do São Francisco, para aqui viera associado a Francisco Garcia D'Ávila em um principal da família, que representava na época os grandes interesses da dita Casa, na conquista do Piauí, com o fim de maior expansão da criação de gado. Mafrense, não se sabe se antes ou depois da conquista do Piauí e Canindé, entrou na extensa e rica região do rio Gurguéia, ali se estabelecendo com fazendas de gado, várias delas, escolhendo uma para sua residência, precisamente a que foi situada à margem direita do rio, no lugar onde mais tarde construiu a igreja (ainda existente) que originou a aldeia e mais tarde a vila de Santo Antônio de Jerumenha, que viera a receber o predicamento de vila, no ano de 1761, por Carta Régia.

A Escola Agrupada Afonso Mafrense foi a primeira escola estadual do município. Mesmo sendo instituição de referência para o município, apresentava-se à população altoense em péssimas condições estruturais e de higiene, distanciando-se das ideias planejadas para as escolas primárias pelo Brasil.

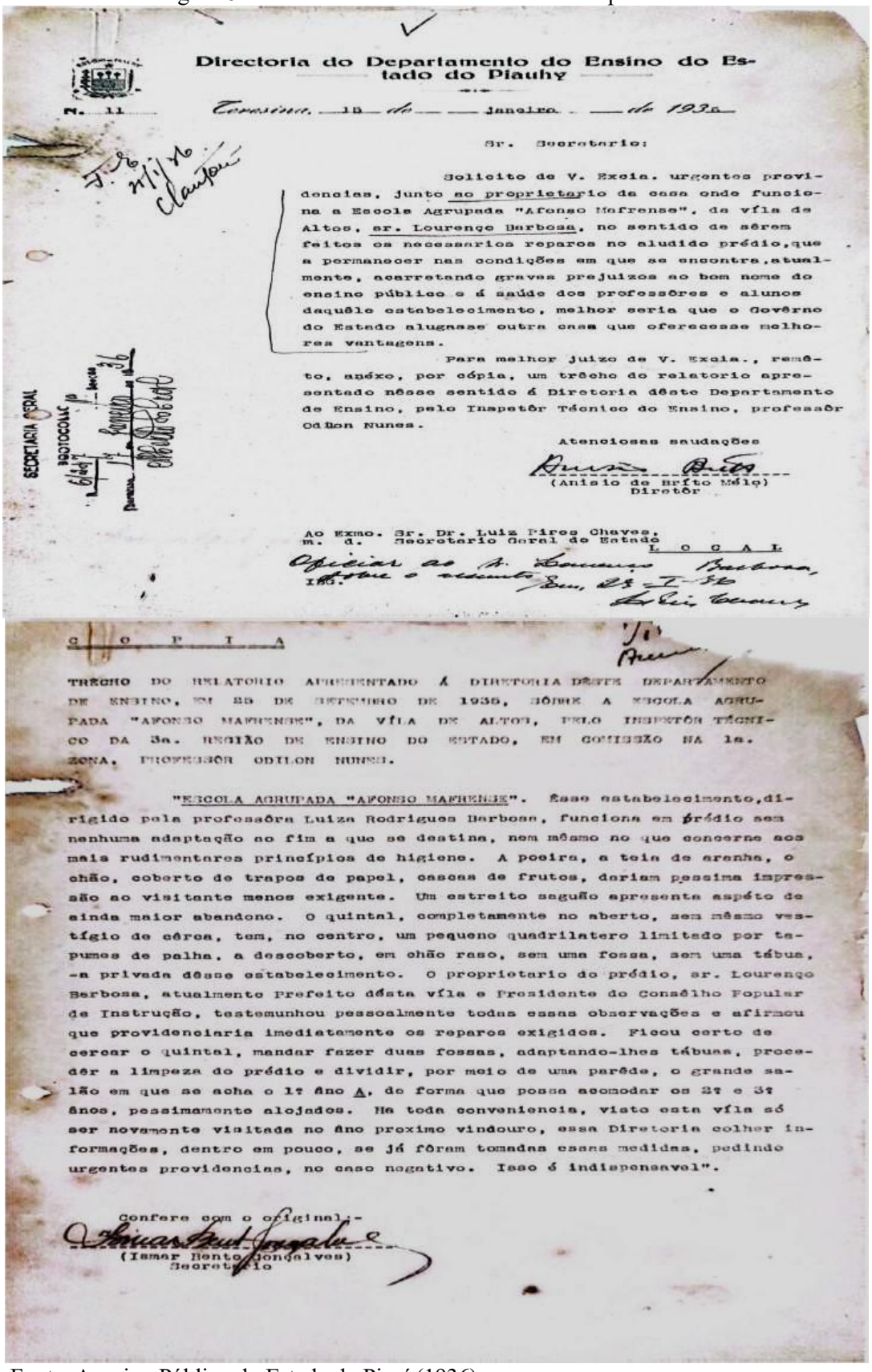
Vejamos o que informa o documento abaixo:

---

[4] $ (Réis), 1 Réis equivale atualmente a R$ 0,123.

[5] Em Teresina, capital do Piauí, existe uma instituição escolar que recebe o nome de Escola Municipal Domingos Afonso Mafrense. Ela atua no segmento do Ensino Fundamental e está localizada no Bairro Mafrense, zona norte da cidade. É importante ressaltar que foi a partir da zona norte que Teresina se constituiu. O bairro Mafrense está entre os mais antigos da capital.

Figura 8 - Documento solicitando melhorias no prédio escolar



Directoria do Departamento do Ensino do Estado do Piauhy

N. 11 — Teresina, 18 de janeiro de 1936

Sr. Secretario:

Solicito de V. Excia. urgentes providencias, junto ao proprietario da casa onde funciona a Escola Agrupada "Afonso Mafrense", da vila de Altos, sr. Lourenço Barbosa, no sentido de sêrem feitos os necessarios reparos no aludido prédio, que a permanecer nas condições em que se encontra, atualmente, acarretando graves prejuizos ao bom nome do ensino público e á saúde dos professôres e alunos daquêle estabelecimento, melhor seria que o Govêrno do Estado alugasse outra casa que oferecesse melhores vantagens.

Para melhor juizo de V. Excia., remêto, apéxo, por cópia, um trêcho do relatorio apresentado nêsse sentido á Diretoria dêste Departamento de Ensino, pelo Inspetôr Técnico do Ensino, professôr Odilon Nunes.

Atenciosas saudações

(Anisio de Brito Mélo)
Diretôr

Ao Exmo. Sr. Dr. Luiz Piros Chaves,
m. d. Secretario Geral do Estado

L O C A L

Oficiar ao S. Lourenço Barbosa, [illegible] o assunto. Em 23-I-36

C O P I A

TRECHO DO RELATORIO APRESENTADO Á DIRETORIA DÊSTE DEPARTAMENTO DE ENSINO, EM 28 DE SETEMBRO DE 1935, SÔBRE A ESCOLA AGRUPADA "AFONSO MAFRENSE", DA VÍLA DE ALTOS, PELO INSPETÔR TÉCNICO DA 3a. REGIÃO DE ENSINO DO ESTADO, EM COMISSÃO NA 1a. ZONA, PROFESSÔR ODILON NUNES.

"ESCOLA AGRUPADA "AFONSO MAFRENSE". Esse estabelecimento, dirigido pela professôra Luiza Rodrigues Barbosa, funciona em prédio sem nenhuma adaptação ao fim a que se destina, nem mêsmo no que concerne aos mais rudimentares princípios de higiene. A poeira, a teia de aranha, o chão, coberto de trapos de papel, cascas de frutos, dariam pessima impressão ao visitante menos exigente. Um estreito saguão apresenta aspéto de ainda maior abandono. O quintal, completamente no aberto, sem mêsmo vestígio de cêrca, tem, no centro, um pequeno quadrilatero limitado por tapumes de palha, a descoberto, em chão raso, sem uma fossa, sem uma tábua, -a privada dêsse estabelecimento. O proprietario do prédio, sr. Lourenço Barbosa, atualmente Prefeito dêsta vila e Presidente do Conselho Popular de Instrução, testemunhou pessoalmente todas essas observações e afirmou que providenciaria imediatamente os reparos exigidos. Ficou certo de cercar o quintal, mandar fazer duas fossas, adaptando-lhes tábuas, proceder a limpeza do prédio e dividir, por meio de uma parêde, o grande salão em que se acha o 1º âno A, de forma que possa acomodar os 2º e 3º âno, pessimamente alojados. Ha toda conveniencia, visto esta vila só ser novamente visitada no âno proximo vindouro, essa Diretoria colher informações, dentro em pouco, se já fôram tomadas essas medidas, pedindo urgentes providencias, no caso negativo. Isso é indispensavel".

Confere com o original.-

(Ismar Bento Gonçalves)
Secretario

Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí (1936).

No documento oficial do Departamento de Ensino, de 1936, o inspetor escolar descreve

minuciosamente a situação do prédio onde funcionava a escola de Altos. Em seu relatório, solicita ações do governo estadual para que sejam adequadas ou modificadas as instalações da escola agrupada no município, a fim de que sejam sanadas as péssimas condições do prédio, discorrendo sobre a limpeza e a organização.

No Piauí, assim como no Brasil, a precariedade dos prédios escolares era evidente nas primeiras décadas do século XX, uma vez que "casas alugadas eram transformadas em escolas e tornavam-se focos de alastramento de epidemias. Faltava ar. Faltava luz. As doenças se propagavam: a bexiga (varíola), a gripe, a tuberculose, a meningite cérebro-espinhal" (Nunes, 2000, p. 377).

O relatório do inspetor, após a visita ao prédio escolar de Altos, solicita a estruturação de paredes para dividir as turmas de 1º, 2º e 3º ano que ali funcionavam, o que demonstra que, mesmo com a seriação, os alunos das variadas turmas da escola encontravam-se em ambiente único no momento das aulas, denominado "salão". Ademais, o relatório afirma que os alunos estavam "pessimamente alojados".

A visita do inspetor Odilon Nunes[6], realizada na Escola Agrupada Afonso Mafrense, contou com a participação do prefeito de Altos, Lourenço Barbosa. Nesse sentido, é relevante informar que o prefeito também era o proprietário do imóvel que estava alugado pelo Estado para o funcionamento da escola, retratando práticas comuns no município decorrentes do chamado coronelismo, da influência do poder privado sobre o público.

De acordo com Leal (2012, p.23), "o 'coronelismo' é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras", expondo a influência das relações de interesse e poder entre quem estava na gestão municipal sobre a educação pública.

Nessa perspectiva, o coronelismo estava implicado inclusive no modo de contratação de professoras para as escolas públicas. Segundo Dias (2013), pelas relações coronelistas foi indicada a professora Modestina do Monte para lecionar em escola rural de Altos, pelo intendente municipal Lourenço Barbosa, em 1934, sendo ambos, prefeito e professora, também primos.

No final da década de 1930 do século XX, as Escolas Agrupadas Afonso Mafrense são elevadas a título de Grupo Escolar, com o mesmo nome, em homenagem a Afonso Mafrense, tornando-se o primeiro grupo escolar da cidade.

---

[6] Professor, historiador, diretor da Escola Normal Oficial, Inspetor técnico do ensino e Diretor da Instrução Pública do Estado do Piauí

2.2 Grupo Escolar Afonso Mafrense: o primeiro grupo escolar altoense

Os grupos escolares surgiram no Brasil como escolas modelares, seriadas e estruturadas, inspirados em um modelo escolar vindo da Europa, e que deveriam ser replicados por todo o país por serem símbolos de modernidade. Nesse sentido, Vidal (2006) aponta que:

> Surgidos no corpo das leis de 1893, em São Paulo e no Rio de Janeiro, regulamentados e instalados a partir de 1984 no estado de São Paulo, os Grupos Escolares emergiram ao longo das duas primeiras décadas republicanas nos estados do Rio de Janeiro (1897); do Maranhão e do Paraná (1903); de Minas Gerais (1906); da Bahia, do Rio Grande do Norte, do Espírito Santo e de Santa Catarina (1908); do Mato Grosso (1910); de Sergipe (1911); da Paraíba (1916) e do Piauí (1922) [...] (Vidal, 2006, p.7).

No Piauí, os grupos escolares surgiram somente nas décadas iniciais do século XX, sendo o primeiro o Grupo Escolar Miranda Osório, de Parnaíba, anos depois da implantação dos primeiros grupos implantados pelo país, provavelmente devido às dificuldades econômicas enfrentadas pelo Estado para a construção de prédios escolares.

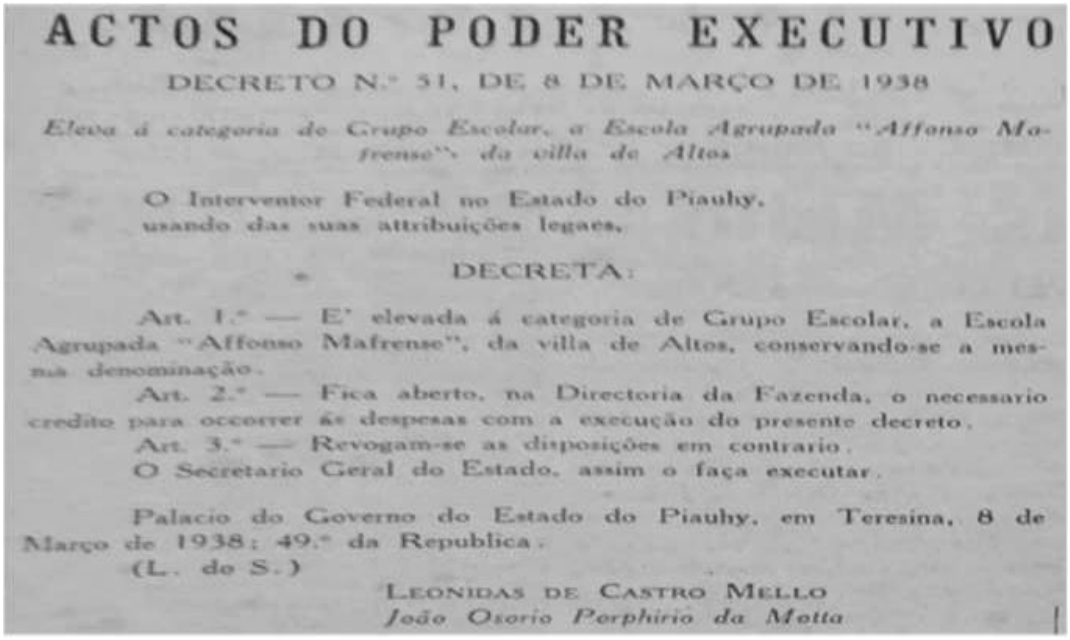
> Assim, a implantação dos grupos escolares, no Piauí, foi antecedida pela implantação das escolas reunidas, no período de 1905 a 1922. Em 1922, temos, como marco divisório, a criação do Grupo Escolar Miranda Osório, em Parnaíba, pelo que representou de diferenciação em relação às escolas reunidas situadas na capital, Teresina, fundadas em 1910 (Lopes, 2006, p.82).

A estruturação da educação em Altos apresentou avanços na década de 1930, período marcado por importantes transformações. Entre elas, destaca-se a passagem das escolas isoladas para escolas agrupadas em 1932. Posteriormente, foi decretada a elevação da escola à categoria de grupo escolar, tendo o Regulamento Geral do Ensino do Piauí, de 1933 (Decreto nº 1.438), como norteador da educação no Estado. Este Regulamento, no Capítulo IV, que trata das escolas públicas, explicita o papel da escola e os tipos de escola pública primária existentes no Estado naquele período. Conforme Piauí (1933, p. 28):

> Art. 94 – A escola pública primária, em geral, criada e mantida pelo Estado, é o centro de integração da criança na vida social, de modo a facultar-lhe, com a instrução básica e com a educação, o uniforme desenvolvimento mental, moral e físico, necessário a torná-la, após o currículo escolar, elemento ativo na sociedade.
> Parágrafo único – Sem quebra de sua necessária unidade fundamental, a escola primária respeitará, tanto quanto possível, as diferenciações locais, amoldando-se às singularidades da região a que servir, mediante inteligente orientação das suas atividades.
> Art. 95 – São escolas públicas primárias:
> I – Fundamentais:
> a) - as escolas singulares;
> b) - as escolas agrupadas;
> c) - os grupos escolares e a Escola Modelo, nos três primeiros anos do curso [...].

Em 8 de março de 1938, por decreto publicado no Diário Oficial, consta a elevação da Escola Agrupada Afonso Mafrense à categoria de Grupo Escolar Afonso Mafrense, sendo este o primeiro grupo escolar em Altos. A partir desse momento, passou a ter a responsabilidade de educar e civilizar os futuros cidadãos altoenses.

Figura 9 - Decreto de implantação de Grupo Escolar Afonso Mafrense



ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N.º 51, DE 8 DE MARÇO DE 1938

Eleva á categoria de Grupo Escolar, a Escola Agrupada "Affonso Mafrense", da villa de Altos

O Interventor Federal no Estado do Piauhy, usando das suas attribuições legaes,

DECRETA:

Art. 1.º — E' elevada á categoria de Grupo Escolar, a Escola Agrupada "Affonso Mafrense", da villa de Altos, conservando-se a mesma denominação.

Art. 2.º — Fica aberto, na Directoria da Fazenda, o necessario credito para occorrer ás despesas com a execução do presente decreto.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario Geral do Estado, assim o faça executar.

Palacio do Governo do Estado do Piauhy, em Teresina, 8 de Março de 1938; 49.º da Republica.

(L. do S.)

LEONIDAS DE CASTRO MELLO

João Osorio Perphirio da Motta

Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí (Diário Oficial, de 09. 03.1938).

O estabelecimento do grupo escolar em Altos denota a afirmação da urbanização do município na década de 1930 do século XX, pois de acordo com o Regulamento geral do ensino de 1933, os grupos escolares deveriam ser implantados em locais onde houvesse 180 crianças em idade escolar. Isso, portanto, corrobora com as fontes encontradas que explicitam o progresso municipal no período.

Nesse sentido, a educação e as instituições escolares eram vistas como um novo elemento capaz de civilizar a sociedade e levar a nação ao progresso, pois "a instituição escolar surgia como um novo poder, o do saber, lugar da libertação da ignorância, por isso precisava estar localizada em um lugar central, compondo a parte urbana principal" (Cruz e Stamatto, 2018, p. 3).

O prédio que abrigava o Grupo Escolar Afonso Mafrense, localizado na avenida Francisco Raulino, era o mesmo que anteriormente abrigou a escola agrupada. Ele funcionava em importante via pública do município de Altos. Apesar da localização privilegiada, na porção central da cidade, não possuía os elementos de modernização cultuados no republicanismo.

> [...] para que um prédio escolar seja valorizado socialmente, ele deve apresentar estrutura física grande, área de lazer, conforto, segurança, boa aparência, sinais de modernidade ou de tradicionalidade, bem como apresentar, em sua fachada, signos que lembrem as escolas confessionais; não devendo ser edificado em espaços geográficos desvalorizados (periferias, bairros pobres, por exemplo), nem ser construído com materiais pouco valorizados socialmente, como taipa, palha e sobras de madeira ou outros, materiais esses muito associados aos segmentos sociais mais pobres da população (Sales, 2002, p. 341).

Para a instrução pública gozar de valorização social, era necessária a construção de prédios escolares com condições modernas e mais adequadas à proposta de valorização da educação primária no município. Uma vez que a implantação do grupo escolar emergiu a partir das escolas agrupadas existentes, ocorreu a utilização do mesmo prédio. Em sua implantação, no entanto, o prédio não atendia aos requisitos estruturais de uma construção socialmente valorizada, com ampla estrutura, conforto, segurança e higiene.

Em Altos, assim como em grande parte do território brasileiro, percebe-se a precariedade na estruturação das instituições escolares. Essa realidade pode ser evidenciada na afirmação de Nunes sobre a educação em Salvador no início do século XX: "Na cidade de Salvador, por exemplo, as poucas escolas públicas encontradas eram antigas residenciais, muitas em ruínas. O professor custeava com seus próprios vencimentos o aluguel da sala ou do prédio. Não havia mobiliário escolar" (2000, p. 377).

Figura 10 - Localização e parte da estrutura do prédio escolar



Fonte: Acervo do professor Carlos Dias[7]

[7] Professor e historiador, autor de livros que contribuem para a historiografia de Altos.

Quanto à estrutura física do prédio escolar na década de 1940, a ex-aluna e ex-professora do grupo escolar, Maria Carmelita Sousa do Monte[8], relembra: “O primário eu fiz aqui. Quando eu comecei, era lá na Avenida Francisco Raulino. Os alunos não tinham bebedouro, era um pote com tampa, o coco[9]; o banheiro era lá fora, não tinha sanitário, as salas eram separadas. Não tinha merenda, era muito carente” (Monte[10], Entrevista, 2025).

Os relatos evidenciam que, mesmo com a elevação da instituição à categoria de grupo escolar, pouco se modificou na infraestrutura. A escola continuou funcionando no mesmo prédio onde antes se localizava a Escola Agrupada Afonso Mafrense, mantendo condições precárias de funcionamento, com carência de recursos básicos e instalações inadequadas para atender às necessidades dos alunos.

Sobre a afirmação a respeito da precariedade da escola em Altos na década de 1940 do século XX, a mensagem do governador José da Rocha Furtado enfatiza a situação do departamento da Educação no Piauí.

> Em nenhum outro órgão da Administração Pública do Estado poderia a situação financeira que nos aflige exercer influências tão maléficas, quanto ao Departamento da Educação. O desequilíbrio orçamentário teve o seu reflexo mais prejudicial no campo da Instrução Pública, coibindo o Governo, pela escassez de recursos, de fazer qualquer realização de monta em seu benefício (Piauí, 1950, p. 19).

A fonte analisada apresenta indícios de que somente na década de 1950 do século XX teria sido construído, em Altos, um prédio escolar dentro dos padrões planejados pelo Departamento de Obras Públicas do Estado do Piauí. De acordo com Castro e Castellanos (2015, p. 462-463), “A construção de prédios para alojar os grupos escolares e o tempo em que foram criados em diferentes estados estiveram na dependência da prosperidade econômica, da vontade política”. O atraso na construção das edificações escolares, portanto, ratifica a afirmação de que o Piauí encontrava-se em desvantagem econômica em relação a outros estados brasileiros.

A análise da matéria intitulada “A escola em Altos”, escrita pela professora Neuza de Almeida Morais, publicada no jornal O Altoense (ano I, nº 4, novembro de 1987, p. 1), informa sobre a localização da Escola Agrupada Afonso Mafrense e sobre a mudança para o novo prédio escolar na década de 1950 do século XX.

---

[8] Nascida em 1936, a professora Carmelita Monte, como é conhecida em Altos, estudou o primário no G.E. Afonso Mafrense. Formou-se professora em 1958, sendo nomeada professora em 1959, início de sua carreira no magistério aos 23 anos de idade, sendo lotada no mesmo grupo escolar onde estudou.
[9] Casca de coco seco, utilizada como instrumento para retirar água do pote de barro.
[10] MONTE, Maria Carmelita Sousa do. Entrevista concedida à Larysse Sepúlveda Silva. Altos, 2025.

> [...] nosso primeiro grupo escolar, o "Afonso Mafrense" que funcionou primeiramente em uma antiga casa de telha, ainda existente, situada na Avenida Francisco Raulino. Na década de cinquenta o "Afonso Mafrense" foi transferido para o prédio atual, iniciado pelo prefeito Francisco Raulino e concluído pelo prefeito Anísio Lima. A primeira diretora do tradicional educandário altoense foi a professora Modestina Rosa do Monte (Morais, 1987, p. 1).

Na década de 1950 do século XX, conforme relatos do ex-aluno José de Ribamar Morais Simeão[11], aconteceu a construção do novo prédio escolar do grupo Afonso Mafrense.

> Quando eu me entendi, o Afonso Mafrense funcionava naquela esquina mesmo (av. Francisco Raulino), porque ele funcionou lá até 54. Aquele prédio escolar, o atual prédio, ele foi começado a construir em 54. Quando foi em 55, ele entrou em funcionamento. Aí, foi desativado o antigo, e os alunos e as turmas vieram pra lá. Eu estudei lá de 55 a 59 (Simeão[12], Entrevista, 2025).

O novo prédio do Grupo Escolar Afonso Mafrense contava com uma estrutura moderna, amplo espaço e condições higiênicas mais adequadas. Agora situado na Rua 12 de outubro, no centro da cidade, surge um monumento a ser apreciado pela sociedade, simbolizando o progresso e a modernidade, tão presentes nos discursos republicanos.

De acordo com Souza (1998, p. 126):

> Nas cidades do interior, o grupo escolar encontrava-se localizado, geralmente, no centro do núcleo urbano ou em suas imediações, ocupando na trama urbanística um lugar de destaque ao lado de outras instituições públicas: a igreja, a coletoria, o correio, a Câmara Municipal, o que denota o grau de importância desses estabelecimentos de ensino. Elemento de convergência, o grupo reunia crianças de todos os cantos da cidade, inclusive alguns da zona rural. Dessa forma, o ir e vir da escola correspondia a uma apropriação do espaço urbano, um itinerário de reconhecimento da cidade por meninas e meninos, a coabitação das ruas, praças, calçadas por diferentes grupos sociais.

Assim como acontecia em outras cidades do Piauí, a construção dos grupos escolares simbolizava a importância da educação naquele momento histórico. O edifício escolar deveria destacar-se pela estrutura arquitetônica distinta das casas e demais construções ao seu redor, despertando na população tanto o encanto por sua estrutura física quanto a expectativa em relação ao ensino público oferecido às crianças e jovens do primário. Esses prédios simbolizavam, portanto, o ideal republicano de uma nação próspera, civilizada e moralmente fortalecida.

---

[11] Nascido em 1946, ele foi aluno do G.E. Afonso Mafrense no ensino primário na década de 50 do século XX, se formou licenciado em Geografia, pela UFPI, e trabalhou em algumas escolas estaduais em Teresina e Altos, entre elas o Grupo Escolar Matias Olímpio, e o grupo escolar Afonso Mafrense.

[12] SIMEÃO, José de Ribamar Morais. Entrevista concedida à Larysse Sepúlveda Silva. Altos, 2025.

Figura 11 - Prédio do Grupo Escolar Afonso Mafrense



Fonte: Acervo da Autora (2025)

O prédio escolar pode ser compreendido como um verdadeiro monumento. Conforme destaca Le Goff (2003, p. 536), “o monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.” Um legado destinado à memória coletiva, ele transmite testemunhos que, em sua maioria, não se encontram registrados por escrito”. Nesse sentido, a escola se apresenta à sociedade altoense não apenas pela imponência de sua arquitetura, mas também pela força simbólica de sua representação social.

A partir da estrutura arquitetônica do novo prédio escolar do G. E. Afonso Mafrense, construído e inaugurado na década de 1950 do século XX, verificamos a representação da modernidade escolar, as novas formas de organização, de espaços e materiais utilizados no ensino primário. Para Magalhães (2004), análise da estrutura arquitetônica do prédio, sua localização e organização são analisadas para compreender a importância da instituição educativa. Isso significa que o edifício escolar não deve ser visto apenas como um espaço físico destinado ao ensino, mas como um símbolo que traduz valores sociais, políticos e culturais de seu tempo.

A arquitetura do prédio escolar foi elaborada pelo engenheiro civil e diretor do Departamento de Agricultura, Viação e Obras Públicas do Estado do Piauí, Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, responsável pelo plano de construções de prédios escolares pelo Piauí. O

prédio possuía características modernas para o período, a mesma planta utilizada para a construção do prédio do Grupo Escolar Afonso Mafrense, do grupo Escolar Fenelon Castelo Branco em União, Grupo Escolar Padre Sampaio em José de Freitas, Grupo Escolar Coelho Rodrigues em Picos e do Grupo Escolar Domingos Jorge Velho em Teresina.

Arquitetura neoclássica, janelas grandes para a entrada de luz e ventilação, levando em consideração questões higienistas, contava com 5 salas, diretoria e se diferenciava dos demais edifícios construídos pela cidade, sendo um marco para a modernização municipal. Desta forma, mostrava para a sociedade o lugar de prestígio dado à educação e à escola. Assim, surgia uma nova estética, ligada às questões higienistas e o aformoseamento das cidades (Veiga, 2000).

Sobre o planejamento dos aspectos arquitetônicos dos prédios escolares, Souza (1998, p. 139) pontua o seguinte:

> Toda a projeção do lugar visava à concentração, à imersão nos estudos e nas tarefas escolares. As grandes janelas que permitiam a invasão da luz na sala de aula "obscureciam" o ambiente externo, o jardim, a calçada, a rua, a cidade. Vemos assim como um critério de adequação arquitetônica corresponde às necessidades disciplinares. A disposição retangular da sala de aula facilita a concentração da atenção dos alunos em uma das extremidades, isto é, onde fica o professor e o quadro-negro. Facilita ainda a visualização e a disposição das carteiras, o mais importante móvel escolar.

Considerados como verdadeiros símbolos da modernidade, os prédios, com seus espaços preparados especificamente para abrigar escolas, deveriam seguir os padrões estéticos adotados pelo Piauí, com observância aos preceitos higiênicos e sanitaristas da época, que intencionavam afastar das escolas as epidemias que atingiam a infância naquele período.

Nesse sentido, os prédios construídos para abrigar os grupos escolares no século XX eram considerados verdadeiros palácios. Segundo Souza (2017, p. 119), “o uso de termos como templos e palácios para referir-se a esses estabelecimentos de ensino é denotativo das representações que se cristalizaram no imaginário social sobre a escola pública no início do século XX”, visto que em sua suntuosidade deveriam dar visibilidade às políticas voltadas para a expansão da educação pública brasileira.

3 O GRUPO ESCOLAR AFONSO MAFRENSE (1938-1971): ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Com o propósito de compreender a organização e o funcionamento do Grupo Escolar Afonso Mafrense, nesta seção apresentamos elementos importantes sobre a educação no período, destacando a obrigatoriedade e a necessidade de expansão do ensino. A partir desse movimento expansionista, surgem demandas como a obrigatoriedade de matrículas e a formação e contratação de professoras normalistas para atuarem nos grupos escolares, em benefício da construção de uma nova sociedade, capaz de superar mazelas sociais por meio da utilização de novos métodos e materiais adequados ao ensino. Nesse contexto, também abordamos a gestão e a inspeção escolar, visto que, no processo de consolidação da escola como ambiente moralizador e civilizador, reforçavam a exigência de normas e padrões comportamentais para disciplinar os estudantes tanto no espaço escolar quanto fora dele.

Primeiro, é importante destacar que o ensino primário se expande pelo Brasil paulatinamente e com adversidades em sua implantação, apresentando-se como uma via para dar a visibilidade almejada ao projeto político governamental. Deste modo, os esforços realizados em favor da educação desejavam incutir na sociedade um novo modo de organização social para o período.

Nesse sentido, a educação primária passa a ser compreendida com elemento civilizador. Assim, iniciam-se a disseminação e as propagandas a favor do ensino, bem como sua obrigatoriedade pelo interior do país. Segundo afirma Bressan (2013, p.41), “a sociedade seria automaticamente reformada, na medida em que sua população fosse inserida no caminho das letras, da moral e da civilidade”. Isso significa que a educação era vista como o meio principal para transformar a população e melhorar a vida em sociedade. Ao destacar letras, moral e civilidade, ele reforça que não se tratava apenas de ensinar conteúdos escolares, mas também de formar cidadãos conscientes, disciplinados e preparados para contribuir com o progresso da sociedade.

Em tempo, organizam-se as discussões em torno da gratuidade do ensino, visto que esta estaria condicionada à situação social das famílias dos educandos. Assim, para aqueles que tinham condições financeiras de custear os estudos, era prevista uma contribuição mensal destinada à caixa escolar.

Isso é o que observamos na leitura e análise do Diário Oficial do Estado (Piauí, 1938, p. 1), destacando que o ensino primário é obrigatório e gratuito, conforme o Artigo 130 da Constituição. No entanto, essa gratuidade não exclui o dever de solidariedade: famílias que não

fossem notoriamente pobres poderiam ser convidadas a contribuir financeiramente para a manutenção das escolas. Em nossa análise, "a contribuição voluntária" mostra um esforço institucional para equilibrar o direito à educação com a sustentabilidade das escolas públicas. No entanto, a proposta seria boa se realmente mantivesse o caráter voluntário, sem jamais substituir o dever do Estado de financiar integralmente a educação básica.

Figura 12 - Notícia sobre a obrigatoriedade do ensino primário no Brasil



SERVIÇO ESPECIAL DA AGENCIA NACIONAL

NOTICIAS INTERNAS

Pela Constituição vigente o ensino primario é obrigatorio no Brasil

RIO, 11 — A Prefeitura do Districto está avisando pelo "O Paiz", o seguinte: —"Pela constituição vigente o ensino primario no Brasil é obrigatorio". Diz o art. 130 da Constituição: "O ensino primario é obrigatorio e gratuito. A gratuidade não exclue o dever de solidariedade, de menos, para com os mais necessitados, assim, por occasião da matricula será exigida, aos que não allegarem, ou notoriamente não poderem allegar a escassez de recursos, uma contribuição modica e mensal, para a caixa escolar". A contribuição a que refere o texto constitucional é a "taxa dos 2$000", que, entretanto, como está claro no artigo, só será paga pelos que poderem. Este aviso vem a proposito do encerramento, amanhã, das matriculas nas escolas primarias.

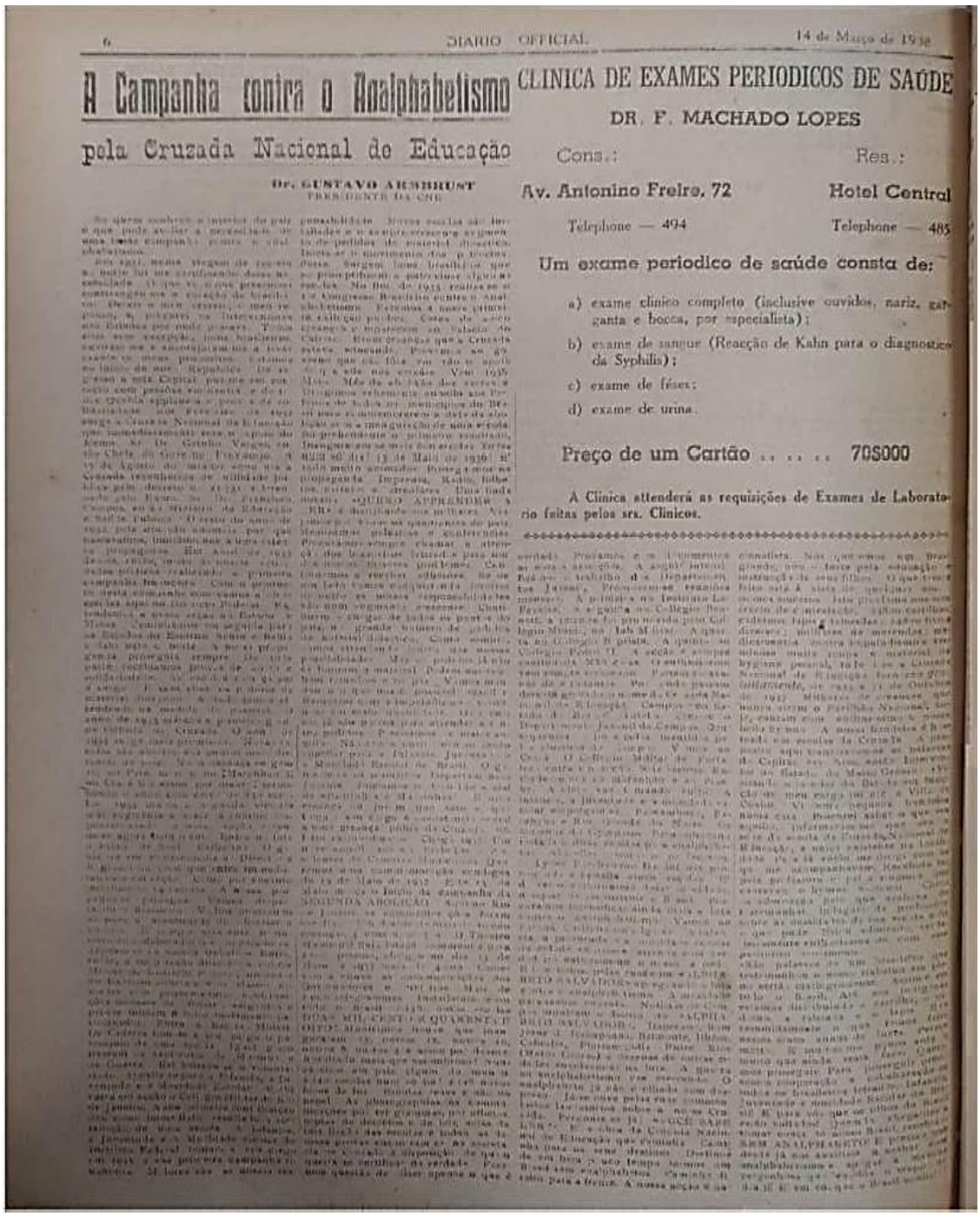
Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí (Diário Oficial, 12.03.1938, p. 1).

A partir do decreto de obrigatoriedade do ensino primário pela Constituição brasileira, no ano de 1938, uma campanha contra o analfabetismo é instaurada no Brasil, visando erradicá-lo da população brasileira. A campanha, evidentemente, conta com o apoio do presidente Getúlio Vargas e do então ministro da Educação e Saúde Pública Francisco Campos.

O Diário Oficial do Estado (Piauí, 1938, p. 6), apresenta a matéria com o título "A

Campanha contra o Analphabetismo: pela Cruzada Nacional de Educação", escrita pelo médico e professor Gustavo Armbrust.

Figura 13 - Notícia sobre a Cruzada Nacional de Educação no Brasil



6 DIARIO OFFICIAL 14 de Março de 1938

A Campanha contra o Analphabetismo

pela Cruzada Nacional de Educação

Dr. GUSTAVO ARMBRUST
PRESIDENTE DA CNE

CLINICA DE EXAMES PERIODICOS DE SAÚDE

DR. F. MACHADO LOPES

Cons.: Av. Antonino Freire, 72 — Telephone — 494

Res.: Hotel Central — Telephone — 485

Um exame periodico de saúde consta de:

a) exame clinico completo (inclusive ouvidos, nariz, garganta e bocca, por especialista);

b) exame de sangue (Reacção de Kahn para o diagnostico da Syphilis);

c) exame de fézes;

d) exame de urina.

Preço de um Cartão .. .. .. 70$000

A Clinica attenderá as requisições de Exames de Laboratorio feitas pelos srs. Clinicos.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí (Diário Oficial, de 14.03.1938, p. 6).

Na notícia, Gustavo Armbrust fala sobre o papel da Cruzada Nacional de educação em prol da erradicação do analfabetismo na população brasileira, do apoio para a construção de

escolas e da disponibilização de diversos materiais educativos como cartilhas, cadernos, lápis e de higienização pessoal, como ações importantes realizadas pela campanha. Em suas palavras, Armbrust, que foi coordenador da Cruzada, enfatiza o desejo de tornar o Brasil uma nação grande e forte a partir da educação proporcionada pelo governo para a população.

Em Altos, é possível compreender o desenvolvimento educacional do município nas primeiras décadas do século XX a partir da análise da matéria publicada no jornal O Altoense, intitulada "A escola em Altos". O texto destaca que "no início a Educação era difícil, ou melhor, precária. Não havia escolas oficiais. Havia as escolas particulares, onde os mestres ensinavam a ler, escrever e a contar. Estas escolas eram pagas e eram comuns os castigos corporais" (Ferreira Filho, 1987, p.1). Nesse contexto, a realidade local não se diferenciava do restante do Piauí, nem mesmo do Brasil: a educação escolar estava voltada principalmente para os filhos das famílias pertencentes às camadas sociais mais altas da época.

Apesar das dificuldades pelo território brasileiro, havia inúmeras ações pela democratização do ensino primário, entre elas a construção e implantação dos grupos escolares. Na perspectiva de Veiga (2000, p. 405), "os monumentos, os palácios escolares foram erguidos, grupos escolares e escolas normais cada vez mais faziam parte do cotidiano das cidades, mesmo que grande parte da população estivesse fora dela", levando a educação para o interior do Brasil, na tentativa de alcançar o maior número possível de crianças.

Nesse período, a finalidade da escola primária, conforme Souza (2008, p. 37-38) era a seguinte:

> À escola primária foram atribuídas inúmeras finalidades e grandes expectativas. Caberia a ela moldar o caráter das crianças, futuros trabalhadores do país, incutindo-lhes especialmente valores virtudes morais, normas de civilidade, amor ao trabalho, o respeito pelos superiores, o apreço pela pontualidade, pela ordem e pelo asseio.

Nas décadas iniciais do século XX, o Piauí começa a dar passos rumo ao progresso, e a buscar melhorar o sistema de instrução pública buscando organizar a implantação de escolas agrupadas e grupos escolares pelo território.

Segundo Aguiar Júnior e Fontineles Filho (2022, p. 65),

> É interessante observar que o Piauí passou a ser retratado como um estado que possuía condições para entrar na estrada do progresso na Interventoria de Landri Sales. Entretanto, foi no Governo de Leônidas Melo que o Estado passou a ser visualizado por marcar uma nova etapa em seu desenvolvimento, em vários setores, sobretudo na área da saúde, das obras públicas e da instrução.

Quanto às obras na área da instrução, a construção dos grupos escolares representava o

desenvolvimento, por serem escolas modernas, com prédios imponentes nos centros urbanos, seriação de alunos, presença de funcionários administrativos e professoras normalistas, que deveriam ser formadas pela Escola Normal. Esses grupos escolares superavam os modelos anteriores e exigiam uma estrutura adequada para o atendimento das crianças matriculadas no ensino primário.

Assim, os grupos escolares tornaram-se signos de modernidade e progresso. Em Altos, o Grupo Escolar Afonso Mafrense, localizado no centro do município e próximo a importantes instituições públicas, como a prefeitura, a câmara municipal de vereadores, a biblioteca pública, a praça e a igreja matriz, constituiu-se em elemento modernizador do espaço urbano. A construção de seu prédio imponente na região central representava o valor atribuído à educação naquele período, pois, como afirmam Viñao Frago e Escolano (1998), os grupos escolares simbolizavam a modernidade e o progresso educacional.

> A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos. Ao mesmo tempo, o espaço educativo refletiu obviamente as inovações pedagógicas, tanto em suas concepções gerais como nos aspectos mais técnicos (Viñao Frago e Escolano (1998, p. 26).

É a partir do grupo escolar que a escola, como a conhecemos nos dias atuais, ganha forma. Embora antes de sua implantação já existisse uma determinada organização escolar, é somente com eles que se consolida uma cultura escolar com características que remetem ao que vemos hoje: a divisão do tempo e do espaço, as disciplinas curriculares, a seriação com diferentes professores e os prédios apropriados, dotados de condições estruturais e higiênicas para atender à população dentro de um projeto educacional pensado para o progresso nacional.

Para compreender o funcionamento do G. E. Afonso Mafrense, contamos com o apoio das memórias e relatos dos participantes da pesquisa. Como afirma Halbwachs, "Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias" (1990, p.25).

Os participantes da pesquisa relataram que o grupo escolar funcionava nos dois turnos. Entretanto, todos os entrevistados afirmaram ter frequentado a escola no turno da manhã, como nos recorda Antonio Ferreira de Sousa Sobrinho[13], ex-aluno do G. E. Afonso Mafrense.

[13] Nascido em abril de 1948, foi aluno do Grupo Escolar Afonso Mafrense, licenciado em Letras e Pedagogia, Mestre em educação, foi professor na Escola Normal Antonino Freire e na Universidade Federal do Piauí.

> Estudava pela manhã, de sete até onze horas. Quando se chegava na escola, tinha o porteiro que recebia, às vezes era uma professora que estava lá, ou alguém da escola que trabalhava na secretaria, para receber os alunos. E aí ficávamos na porta, esperando abrir a porta principal, e entrávamos para fazer fila no corredor, sala de um lado e outro. Aí íamos cantar o hino nacional, todos uniformizados, e com a diretora e a professora também presentes, todo mundo da escola (Sousa Sobrinho[14], Entrevista, 2025).

Na análise do relato do ex-aluno, é possível perceber que a escola dispunha de porteiro e servidores administrativos, responsáveis pela recepção dos estudantes antes do início das aulas. Estes tinham a função de organizá-los e orientá-los para as suas respectivas filas, como preparação para o momento cívico do canto do Hino Nacional. Em seguida, os alunos seguiam para as suas classes acompanhados de suas respectivas professoras, o que caracterizava a organização disciplinar escolar defendida pelo grupo escolar.

Com a organização da instrução pública e a implantação dos grupos escolares pelo estado, novos profissionais surgem à medida que o ensino elementar passa a contar com a organização estruturada e o aumento da demanda pelo ensino. Duas novas funções emergem na instituição, a direção e a portaria escolar (Lopes (2006). Estes profissionais, assim como inspetores e zeladores, atuariam na organização e fiscalização do cotidiano escolar.

A escola ganha destaque para a sociedade e, nesse momento de organização e implantação do Grupo Escolar Afonso Mafrense em Altos, o discurso presente no Regulamento Geral do Ensino do Piauí de 1933 estabelecia a obrigatoriedade da matrícula e da frequência escolar de crianças de 7 anos completos a 14 anos incompletos nas instituições de educação primária, desde que estivessem em plenas condições físicas e mentais e houvesse instituição escolar nas proximidades de sua residência.

Dessa forma, a demanda por educação no município foi ampliada, e crianças em idade escolar passaram a ser encaminhadas da zona rural para a cidade pelos familiares, a fim de cursarem o ensino primário, como ocorreu com o ex-aluno José de Ribamar Morais Simeão.

> Eu comecei meus estudos no interior do município de Altos, no Bom Gosto, em 1953. Tinha uma professora que era minha tia, Antônia Dias. Aí, em 1954, eu vim estudar em Altos no Colégio Landry Sales[15]. Minha professora, a primeira professora, chamava-se Antônia Almeida, e tinha uma professora auxiliar chamada Dona Ana. Quando foi em 1955, eu fui estudar no Grupo Escolar Afonso Mafrense (Simeão, Entrevista, 2025).

A partir dos relatos de Simeão, identificamos que a sociedade Altoense tinha o desejo

[14] SOUSA SOBRINHO, Antonio Ferreira. Entrevista concedida à Larysse Sepúlveda Silva. Altos, 2025.
[15] O Grupo Escolar Governador Landry Sales foi criado no município de Altos em 1939.

de instruir os seus descendentes. Pela dificuldade de acesso às escolas, aqueles que possuíam condições financeiras mais favoráveis contratavam professores particulares para educar os seus familiares. O ex-aluno, por exemplo, iniciou seus estudos ainda na zona rural do município com professora particular contratada pelo seu pai.

Quanto à contratação de professores particulares, Vilanova (2014, p. 71), declara:

> A contratação de professores particulares para ensinar as primeiras letras às crianças era uma prática muito comum em regiões interioranas do país. Ao que tudo indica, no caso do Piauí, essa prática aponta sinais da falta de escolas nas áreas rurais, oriunda da ineficácia do poder público na oferta de ensino, transformando a educação em privilégio da elite.

Portanto, é a partir da implantação do Grupo Escolar Afonso Mafrense que surgiu a possibilidade de educar crianças em idade escolar de diferentes classes sociais. Contudo, é importante destacar que, embora o ensino primário fosse gratuito e obrigatório, a maioria dos alunos do grupo escolar vinha de famílias com posses rurais no município de Altos.

Como lembra Simeão (Entrevista, 2025), "os alunos eram filhos dos proprietários rurais; naquele momento, a estrutura política era quase toda rural, os vereadores eram quase todos do interior". Esse relato evidencia que o ideal de democratizar o acesso à educação ainda estava distante da realidade.

O depoimento mostra que o alunado era formado, em grande parte, por crianças e jovens de famílias em melhores condições sociais e econômicas, o que revela as dificuldades enfrentadas pelas camadas mais pobres para ingressar e permanecer na escola. As que viviam na zona rural, em especial, encontravam barreiras ainda maiores para acessar a instrução pública.

Esse distanciamento entre as crianças em situação vulnerável e o ensino primário estava ligado tanto às limitações econômicas das famílias para manter os filhos na escola quanto à localização das instituições, geralmente instaladas nos centros urbanos.

Para tornar-se atrativa ao seu público-alvo, a escola buscava adotar metodologias fundamentadas no currículo escolar vigente. A Lei Orgânica do Ensino Primário, instituída pelo Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946, regulamentava a organização do ensino primário e estabelecia como base os conhecimentos essenciais que deveriam compor a formação dos alunos.

No Título II – Da Estrutura do Ensino Primário, encontram-se as diretrizes para os cursos elementar e complementar, a saber:

> Art. 7º O curso primário elementar, com quatro anos de estudos, compreenderá: I.

> Leitura e linguagem oral e escrita. II. Iniciação matemática. III. Geografia e história do Brasil. IV. Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho. V. Desenho e trabalhos manuais. VI. Canto orfeônico. VII. Educação física.
> Art. 8° O curso primário complementar, de um ano, terá os seguintes grupos de disciplinas e atividades educativas: I. Leitura e linguagem e oral e escrita; II. Aritmética e geometria; III. Geografia e história do Brasil, e noções de geografia geral e história da América; IV. Ciências naturais e higiene; V. Conhecimentos das atividades econômicas da região; VI. Desenho; VII. Trabalhos manuais e práticas educativas referentes às atividades econômicas da região; VIII. Canto orfeônico; IX. Educação física.
> *Parágrafo único.* Os alunos do sexo feminino, aprenderão, ainda, noções de economia doméstica e de puericultura (Brasil, 1946).

Portanto, com tal composição, o currículo escolar visava atender às novas necessidades emergentes do ensino, contemplando a formação integral do aluno e abrangendo aspectos morais e cívicos. Como afirma Souza (2017, p.130), "o espírito cívico-patriótico deveria perpassar todas as disciplinas e estar presente em todas as atividades escolares". Nesse sentido, os alunos eram encaminhados pelos novos rumos definidos para o ensino primário, que, além de estimular as noções nacionalistas, deveriam desenvolver conhecimentos práticos para a vida em sociedade, cuidados com a higiene e preparação para o mundo do trabalho. Conforme destaca Boto (2017, p.285), "o modelo escolar de civilizar é também uma maneira de engendrar o ritmo da vida em cidades", construindo, a partir do currículo educacional, as habilidades necessárias para a organização e fortalecimento da sociedade.

Sobre os componentes curriculares, a ex-aluna Teresa Maria de Araújo[16]faz um relato sobre as disciplinas que estudou no Grupo Escolar, recordando sobre as atividades realizadas nas aulas de educação física.

> Estudei mais ou menos na década de 60. Nas primeiras salas, tinha o primeiro ano, o segundo, o terceiro, o quarto e o quinto, o exame de admissão. Terminava o primário e ia para o exame de admissão. Tinha todas as matérias, Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física, tudo o que existia. Eu só lembro que a professora de Educação Física, parece que era a dona Belita. Ela cantava, atirei o pau no gato, mas o gato não morreu... e a gente correndo [...] (Araújo[17], Entrevista, 2025).

Sobre a aplicação do currículo na escola, a ex-aluna também revela as disciplinas trabalhadas e alguns aspectos sobre as questões relacionadas. Além disso, lembra das brincadeiras, das músicas da aula de educação física, das questões relacionadas à saúde e higiene dos alunos, bem como a importância das professoras em sua vida e para o desenvolvimento das ações curriculares na escola.

---

[16] Nascida em 1953, foi aluna do G.E. Afonso Mafrense, tendo estudado todo o ensino primário no grupo escolar, fez o pedagógico e se aposentou como professora da Rede Estadual de Ensino do Piauí.
[17] ARAÚJO, Maria Teresa. Entrevista concedida à Larysse Sepúlveda Silva. Altos, 2025.

> Ah, tinha uma professora que olhava nosso corpo. Ela olhava a unha da gente, pra falar da higiene. Era até a minha madrinha Maroquinha Alencar, e a Francisquinha Figueiredo que também era professora, olhavam a gente... Nossa, eu tinha muita brotoeja, no pescoço. Aí, ela dizia: "*Teresa Maria, o que que você tem aqui*?" Eu dizia: "*Betueja*", não sabia chamar direito (Araújo, Entrevista, 2025).

Conforme Mignot (2003, p. 5), "abrir velhos baús de memórias significa, muitas vezes um reencontro com a própria vida". Nesse sentido, para a ex-aluna, abrir velhos baús de memórias significa reviver momentos do passado que marcaram a vida. Ao recordar essas experiências, a pessoa se reencontra com sua própria história, reconhecendo o valor das lembranças e o papel que tiveram em sua formação.

A ex-aluna do grupo escolar lembra com nostalgia as aulas de educação física e a atenção das professoras com a saúde e os cuidados com o corpo dos alunos. Segundo Souza (1998, p.179), "a educação física (ginástica) era destacada pela sua influência moralizadora e higiênica. Tornar os corpos ágeis, fortes, robustos, vigorosos. Desenvolver a coragem, o patriotismo". As professoras tinham também o papel de orientar e preparar os alunos para a vida em sociedade.

Sobre as disciplinas estudadas no grupo escolar e o papel das professoras como orientadoras das práticas curriculares, o ex-aluno Simeão relata:

> Ah, eu estudava português, Língua Portuguesa. Olha, naquele tempo, os professores, quase assim, eles tinham que dar aula de todas as disciplinas. Polivalência, Matemática, História, Geografia... Com muita Gramática, Língua portuguesa, História do Brasil, História do Piauí. E Geografia também e do Piauí (Simeão, Entrevista, 2025).

De acordo com o relato de Simeão, a professora era responsável por ministrar todas as disciplinas do programa de forma tradicional e conteudista, em um ensino de caráter enciclopédico. Havia ênfase em história e geografia, que, "embora fizessem parte das ciências, prestavam-se mais à formação do caráter" (Souza, 1998, p.179), além da gramática da língua portuguesa. Isso se confirma nas memórias de Sousa Sobrinho, que descreve como eram conduzidas as aulas no grupo escolar.

> Todos nós tínhamos um livro didático e a professora tinha um livro dela. Ela seguia muito, era muita aula expositiva e botava pra escrever ditado. Muito ditado! E as leituras, botava pra fazer leitura coletiva, leitura em voz alta, às vezes fazia lá da cadeira, ela pedia pra levantar e fazia de lá, e às vezes pedia pra ir pra frente. Alguns gaguejavam mais, mas em geral essa turma era muito boa nesse sentido de aprendizagem. Lia com facilidade. Acho que pela exigência da professora. Ela botava muito pra escrever também as questões do quadro. Usava muito o caderno. Eram basicamente o livro e o caderno, lápis, borracha, apontador de lápis, os materiais escolares. Não tinha dever pra casa, era feito na escola. No meu período ainda teve tabuada. Eventualmente ela cobrava. Mas o foco maior era na leitura e escrita, a língua

portuguesa (Sousa Sobrinho, Entrevista, 2025).

No relato de Sousa Sobrinho, ex-aluno do grupo escolar, analisamos a importância dada à leitura realizada pelos alunos do grupo escolar, com ênfase na leitura em voz alta, realizada de forma coletiva ou individual. Vidal (2000, p.505), tratando dessa questão, declara que "fortemente ritualizada, a leitura em voz alta exigia do leitor uma postura correta, o domínio da respiração concomitante às pausas da pontuação e uma dicção perfeita". Dessa forma, a professora deveria estar preparada para utilizar essa e outras práticas para a alfabetização dos alunos.

As professoras do grupo escolar deveriam possuir formação pela Escola Normal, tendo o certificado de professoras normalistas, para que pudessem atuar como professoras. Assim, um novo modelo de professor deveria ser construído para o contexto de reorganização da nação, que visava superar o analfabetismo e colocar o Brasil nos caminhos da modernidade.

O Regulamento de Ensino do Piauí, de 1933, promoveu alterações no currículo dos cursos de formação dos professores primários. Posteriormente, o Decreto-Lei nº 1402/47, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Normal, regulamentou a formação dos professores, destacando não apenas as metodologias e práticas de ensino, mas também outras habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos. No Piauí, esse decreto trouxe modificações no ensino normal, conforme aponta Soares (2004, p. 103),

> A partir de 1947, o ensino normal desdobrou-se em dois ciclos: o primeiro, com duração de quatro anos formava o Regente de Ensino e era ministrado exclusivamente nas Escolas Normais Regionais localizadas no interior do Estado; o segundo ciclo, com três anos de duração, formava o Professor Primário e era ministrado na Escola Normal "Antonino Freire" ou nos estabelecimentos que apresentassem outorga de mandato expedido pelo Ministério da Educação e Saúde [...].

As professoras normalistas, formadas no ensino normal e preparadas para o exercício do magistério, eram figuras centrais no processo educacional brasileiro. Elas podiam seguir dois ciclos de formação distintos: o curso de quatro anos, voltado para a preparação de regentes de ensino, e o curso de três anos, destinado à formação de professores do ensino primário. Essa formação era altamente valorizada, pois cabia às normalistas a responsabilidade de educar integralmente as crianças e, ao mesmo tempo, fortalecer a imagem de uma nação sólida por meio da transmissão dos valores de amor à pátria. Além de ensinar conteúdos escolares, tinham o papel de formar cidadãos conscientes. Sua atuação representava a base da construção social e cultural do país.

3.1 As professoras do Grupo Escolar Afonso Mafrense

Os grupos escolares, enquanto inovação no ensino público brasileiro, tinham como finalidade educar o povo (Souza, 2008), pois esta era a questão central do projeto educacional republicano: o ensino primário deveria formar o cidadão ideal para o país. Deste modo, tornava-se necessário que os professores atuantes nos grupos possuíssem uma formação capaz de atender às expectativas que circulavam em torno das ideias de renovação do ensino.

Assim, diante de tantas responsabilidades atribuídas aos professores, não seria possível que eles continuassem a ocupar-se de tarefas não relacionadas diretamente ao ensino, como ocorria nos modelos escolares anteriores existentes no final do século XIX e início do século XX, como a casa-escola e as escolas isoladas, em que um único professor realizava todas as atividades necessárias para o funcionamento da instituição.

Em Altos, existiram alguns professores particulares que atuaram no ensino dos jovens altoenses no início de sua povoação. Segundo o jornal O Altoense, na matéria A escola em Altos: "Os professores particulares mais antigos e que mantiveram escolas particulares em Altos, foram: Telésforo Firmo do Vale, João Paulino, Jeremias Pessoa, Maria Veneranda de Morais (Baú), Maria de Lourdes Vale (Dilurdes) e Altina Pestana" (Morais, 1987, p. 1).

A partir da matéria, é possível analisar que existiam professores dos sexos masculino e feminino atuando trabalhando na cidade. Nesse caso, se anteriormente havia predominância do gênero masculino na educação, ocorreram modificações durante o século XX que levaram à intensificação da presença das mulheres no magistério. Assim, as mulheres ocuparam o magistério das crianças, enquanto os homens buscaram outras opções na hierarquia escolar, como, por exemplo, o administrativo, provavelmente devido às questões financeiras (Almeida, 2017).

A implantação das instituições escolares projetava no governo a necessidade de novos profissionais para atender as demandas existentes. Com isso, as mudanças no cenário da instrução e da sociedade trouxeram a figura da mulher para a docência.

De acordo com Almeida (2017, p. 68),

> A figura da mulher atuante na escola- mãe que redimia e encaminhava para uma vida de utilidade e sucesso foi esculpida em prosa e verso. Nessa visão se construiria a imagem da mulher-mãe-professora, aquela que iluminava na senda do saber e da moralidade, qual mãe amorosa debruçada sobre as frágeis crianças a serem orientadas e transformadas por ensinamentos que possuíam a capacidade natural de desenhar destinos e acalentar esperanças, coadjuvantes inspiradoras de uma escola que se erigia como transformadora de consciências.

A feminização do magistério perpassa pela representação e pela construção da imagem da mulher como mais apropriada, em razão de seu caráter maternal e da condição de cuidar e encaminhar a nova geração. Nessa perspectiva, é possível refletir sobre os fatores que levaram muitas mulheres a adentrarem na docência, como, por exemplo, um certo prestígio social, ainda que em meio às condições precárias de trabalho.

Quanto a isso, Sousa (2009, p. 96) pontua:

> A institucionalização da profissão professora normalista como missionária, mãe e salvadora da pátria, além de estar coberta de reconhecimento social e uma áurea gloriosa, o que escondia por vezes, a falta de reconhecimento econômico e as péssimas condições de trabalho assumidas, sobretudo, dentro do interior do estado.

Esse contraste entre o discurso idealizado e a realidade concreta ajuda a compreender como o magistério se consolidou como espaço de atuação feminina, mas também como campo de desigualdades, em que a valorização simbólica não acompanhava a material. Aliás, isso ainda hoje se faz presente: a profissão docente tornou-se marcada pela contradição entre reconhecimento social e desvalorização profissional.

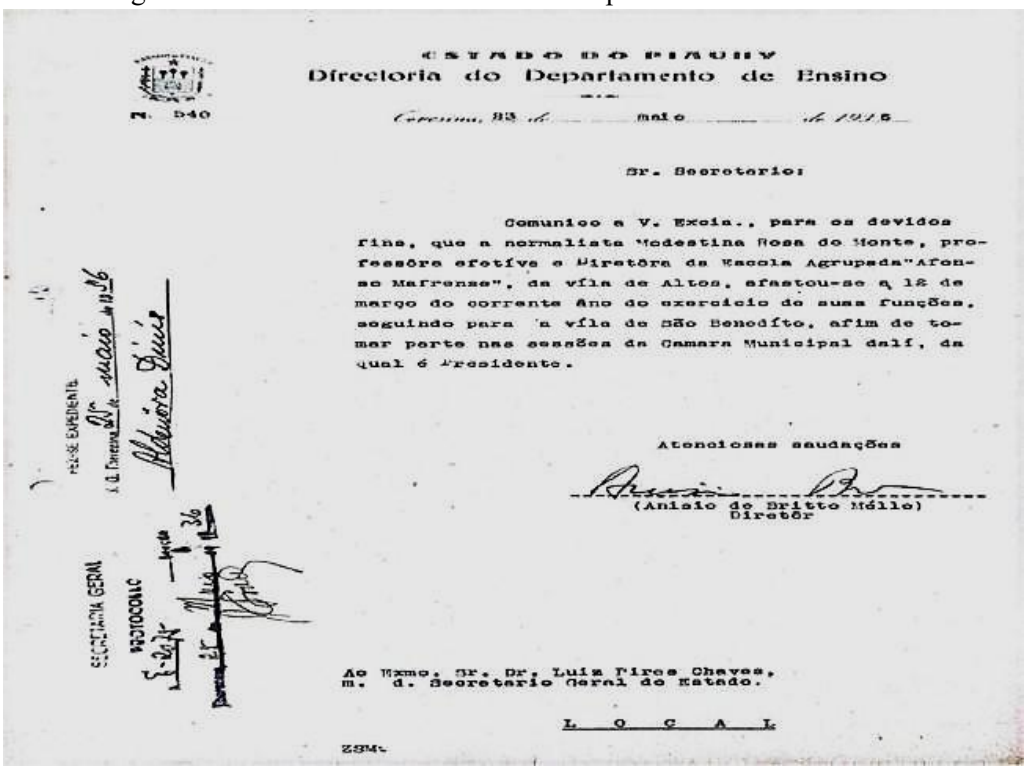
De acordo com a biografia da professora normalista Modestina Rosa do Monte, publicada no jornal O Altoense, com o título "Modestina Rosa do Monte: primeira miss Altos", constatamos o destaque dado à sua formação como normalista, e também à sua atuação no grupo escolar.

> Modestina Monte, nasceu em Altos, se formou na Escola Normal Oficial em Teresina, diplomando-se em 1928, foi miss Altos em 1930, e em 1932 lecionou em Altos, tendo desempenhado o papel de professora, foi também a primeira diretora do Grupo Escolar Afonso Mafrense, permanecendo na função até 1944, falecendo em maio do mesmo ano (O Altoense, ano 6, n. 12, out. 1993, p. 1).

Destaca-se que, no período em que exerceu suas funções no grupo escolar, a normalista Modestina Monte foi eleita vereadora pelo Partido Nacional Socialista do Piauí, na Vila de São Benedito, atualmente a cidade de Beneditinos, onde já havia atuado como professora antes de ser encaminhada para o município de Altos.

O documento da Diretoria do Departamento de Ensino, utilizado como fonte, registra o afastamento da professora de suas atividades no grupo escolar para assumir o cargo legislativo na Vila de São Benedito. A professora Modestina Monte, além de gozar de certo prestígio social atribuído as normalistas, era proveniente de uma importante família da cidade de Altos, com influências no campo da política municipal e estadual, fatos que podem ter contribuído para o alcance do cargo eletivo na cidade vizinha.

Figura 14 - Documento da Diretoria do Departamento de Ensino



ESTADO DO PIAUHY
Directoria do Departamento de Ensino

N. 540

maio

Sr. Secretario:

Comunico a V. Excia., para os devidos fins, que a normalista Modestina Rosa do Monte, professôra efetiva e Diretôra da Escola Agrupada "Afonso Mafrense", da vila de Altos, afastou-se a 1º de março do corrente Ano do exercicio de suas funções, seguindo para a vila de São Benedito, afim de tomar parte nas sessões da Camara Municipal dalí, da qual é Presidente.

Atenciosas saudações

(Anisio de Britto Mello)
Diretôr

Ao Exmo. Sr. Dr. Luiz Piros Chaves,
M. D. Secretario Geral do Estado.

L O C A L

Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí (1936).

No município de Altos, as professoras que atuaram no Grupo Escolar Afonso Mafrense são representadas em algumas obras escritas através das memórias de seus autores com carinho e saudosismo. De acordo com Félix (1998, p. 41-42) “A memória liga-se à lembrança das vivências, e esta só existe quando laços afetivos criam o pertencimento ao grupo, e ainda os mantêm no presente”. Isso, evidentemente, remete-nos à importância do papel desempenhado por elas no desenvolvimento educacional do município altoense.

De acordo com a obra de Carlos Dias, professor e historiador do município de Altos, que aborda as reminiscências de Ignês Sousa, professora leiga, escritora e poetisa altoense, é possível recuperar aspectos da história e da memória do período em que se realizou a organização e implantação do Grupo Escolar Afonso Mafrense.

> O Grupo Escolar "Afonso Mafrense" teve de início um nome bem simples - Escola Isolada, que tinha como professora Dona Luizinha Rodrigues, vinda de Teresina especialmente designada para exercer o cargo. Os alunos matriculados no 1º ano letivo já eram quase todos alfabetizados. No ano seguinte veio de Campo Maior a professora recém-formada Alcides Siqueira Paz, que ficou com a turma do 2º ano (Dias, 2016, p. 71).

A partir do relato, percebemos o movimento de reorganização do ensino, com a presença

de mulheres professoras ocupando a docência nas turmas formadas no grupo escolar, vindas de outras cidades vizinhas e da capital para exercer o magistério no grupo escolar. Logo, percebe-se a importância da formação no curso normal para as atividades das professoras. De acordo com Vilanova (2014, p.107), "o modelo ideal de educador era imposto à professora normalista que, desde o início do século XX, era vista como possuidora do perfil ideal para o tratamento com a arte de educar".

Sobre esse modelo ideal de professora para atuar no ensino primário, os relatos de Antonio Ferreira de Sousa Sobrinho, ex-aluno do grupo escolar, descortinam a representação do professor e de seu papel na educação das crianças, bem como as práticas culturais que contribuíram para a construção da representação social da professora.

> Eu estudei no Grupo Escolar Afonso Mafrense no período de 1957 a 1961. Naquela época se denominava Ensino Primário de 5 anos e tinha uma professora única, que foi a professora Cleonice Sousa, que pegou essa turma do primeiro até o quinto ano, mas teve um período que ela precisou se afastar. Não sei se foi para ir fazer algum tratamento em São Paulo e a irmã dela assumiu a turma, que era a professora Ivone Sousa. Então, nesse período, ela substituiu a irmã. Ela foi minha professora do primeiro ao último ano em que eu estive no Grupo Escolar Afonso Mafrense. Muito rígida, muito rigorosa na disciplina. [...] Ninguém podia estar com brincadeira nem com nada. Mas muito competente e muito cuidadosa com a parte de ensino que ela desenvolvia (Sousa Sobrinho, Entrevista, 2025).

O ex-aluno Tadeu Morais[18] também guarda em suas memórias as experiências que teve como aluno voltadas para as professoras.

> A minha primeira professora era dona Luizinha Almeida. Aí logo ali, construíram o Afonso Mafrense aqui na 12 de outubro, e fecharam lá o outro. Eu estudei um ano, mais ou menos lá, nesse ano, a turma saiu da escola antiga e veio para o prédio novo. O que eu só lembro mesmo é o nome das professoras, a Cleonice Pinheiro, minha prima, a Ivone Pinheiro, irmã dela, e a Dona Carmelita Monte. Eu passei por umas quatro professoras do primeiro ano até o terceiro ano primário. Era uma de cada ano. Cada ano fazia uma turma com uma professora diferente. Agora, eu tinha uma professora brava [rigorosa], mas com ela a gente aprendia mesmo (Morais[19], Entrevista, 2025).

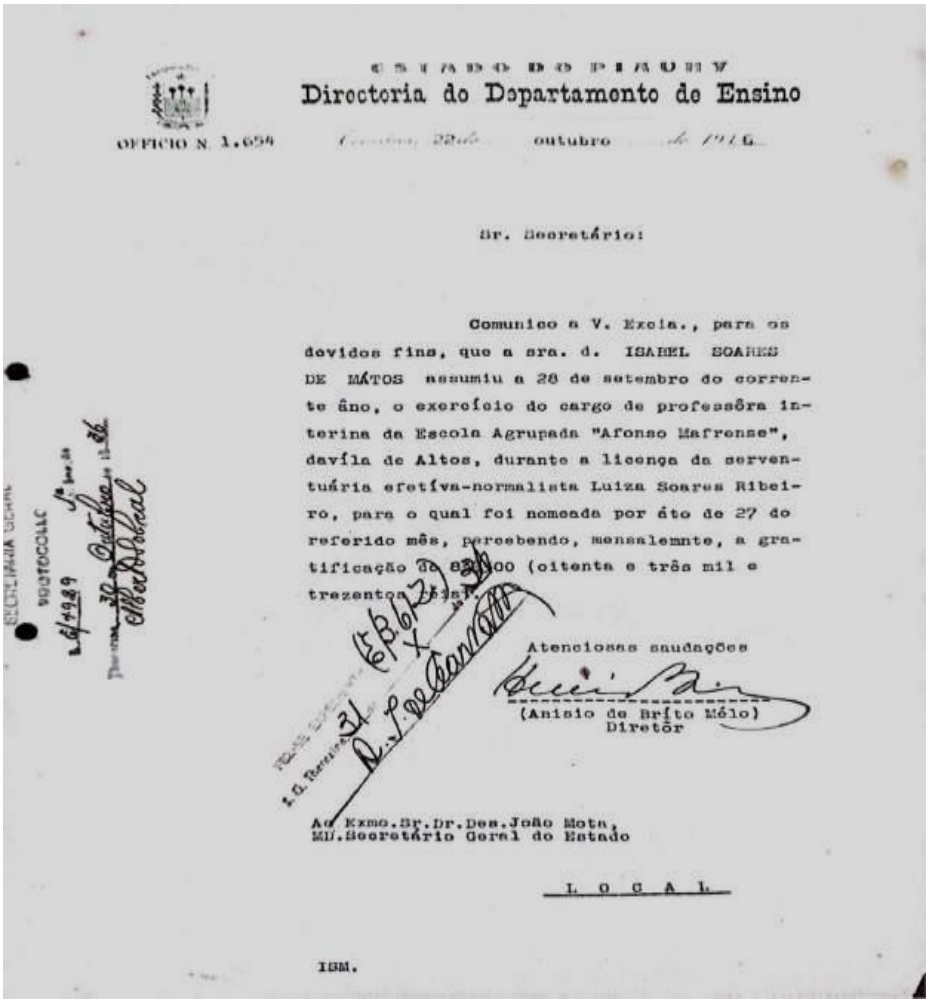
A professora era vista como uma autoridade e, a partir dos relatos dos ex-alunos, é possível perceber indícios de que suas práticas envolviam disciplina e rigor. Entretanto, mesmo com toda a disciplinação dos corpos e mentes dos alunos, ela é representada como muito competente e cuidadosa com o ensino, conforme o esperado das professoras normalistas, já que

[18] Nascido em 1946, frequentou o Grupo Escolar Afonso Mafrense, estudou na década de 50 do século XX, cursou até o terceiro ano do ensino primário, trabalhou como pedreiro e vigia escolar no município de Altos.
[19] MORAIS, Tadeu. Entrevista concedida à Larysse Sepúlveda Silva. Altos, 2025.

possuíam uma formação específica para o trabalho no ensino primário, que deveria culminar na excelência do ensino. Observa-se também que os relatos diferem quanto ao rodízio de professoras nas turmas. Contudo, algo que ambos trazem em comum são as memórias coletivas acerca da professora, de sua postura e de seus métodos de trabalho pedagógicos.

Os documentos oficiais do Departamento de Ensino também reforçam a relevância da formação no curso normal para as professoras. Percebe-se este sinal, quando em tais documentos há sempre a informação referente à sua formação normalista.

Figura 15 - Documento da Diretoria do Departamento de Ensino



ESTADO DO PIAUHY
Directoria do Departamento de Ensino

OFFICIO N. 1.654 outubro

Sr. Secretário:

Comunico a V. Excia., para os devidos fins, que a sra. d. ISABEL SOARES DE MATOS assumiu a 28 de setembro do corrente ano, o exercício do cargo de professôra interina da Escola Agrupada "Afonso Mafrense", davíla de Altos, durante a licença da serventuária efetiva-normalista Luiza Soares Ribeiro, para o qual foi nomeada por áto de 27 do referido mês, percebendo, mensalemnte, a gratificação de 80$000 (oitenta e três mil e trezentos réis).

Atenciosas saudações

(Anisio de Brito Mélo)
Diretor

Ao Exmo.Sr.Dr.Des.João Mota,
MD.Secretário Geral do Estado

L O C A L.

IBM.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí (1936).

A criação da Escola Normal no Piauí, em 1910, mesmo enfrentando dificuldades devido às condições financeiras do Estado para o seu pleno desenvolvimento, proporcionou às mulheres a possibilidade de se qualificar para o magistério.

Sobre o objetivo da Escola Normal Oficial, Lopes (2008, p. 117) afirma que:

> O objetivo da Escola Normal era formar as docentes competentes para a implantação

> de um novo modelo educacional público e o estabelecimento de uma nova competência profissional: tratava-se do grupo escolar (escola primária por excelência) e da docente com escolarização específica para esse fim.

Desta forma, após a conclusão do curso normal, as normalistas eram encaminhadas pelo governo para ocupar vagas nos grupos escolares espalhados pelo interior. Dias (2016, p. 92), a partir das memórias de Ignês Sousa , afirma que "antes do início dos anos quarenta, Altos já tinha professoras diplomadas, filhas da terra: Aclese Barbosa, Zezita Barbosa, Modestina Monte e duas ex-alunas de Dona Luizinha: Neuza Almeida Morais e Haydée Rosa da Silva".

Pela proximidade com a capital do estado, Teresina, onde se localizava a Escola Normal Antonino Freire, já havia em Altos a presença de professoras diplomadas no período de implantação do grupo escolar. As normalistas formadas realizavam sua formação e retornavam para exercer suas funções na própria cidade de origem, diferente do que acontecia com aquelas vindas de localidades mais distantes do território piauiense.

Segundo Vilanova (2014), muitas jovens enfrentavam entraves e interrupções em seu percurso formativo quando vinham de cidades mais afastadas para cursar o ensino normal. Entre as principais dificuldades estavam a hospedagem e os custos financeiros. Ao superar esses desafios e concluir a formação, as professoras buscavam vagas nos grupos escolares dos centros urbanos próximos à capital. Nesse contexto, a cidade de Altos se tornava um local de interesse para as normalistas, justamente pela sua proximidade com Teresina.

Aos poucos a ideia do mestre, que ensinava a ler a escrever e a contar, com uma postura rígida e se utilizando de castigos físicos e psicológicos, vai desaparecendo e dando lugar as normalistas, preparadas para trabalharem com novas técnicas e metodologias educacionais, vistas como qualificadas para o magistério no ensino primário, por serem vocacionadas, benevolentes e amáveis com as crianças. Para Lopes (2008), os princípios da formação na escola normal eram vocação, moralidade, instrução e técnica.

De acordo com os relatos da ex-professora Maria Carmelita do Monte, sua formação para o exercício da docência no grupo escolar ocorreu na Escola Normal "Sagrado Coração de Jesus", na década de 1950 do século XX. Ela fala um pouco sobre a idade, as disciplinas que estudou e cita o nome de alguns professores que recorda com entusiasmo e afetividade, como, por exemplo, Santos Rocha, pai do senhor Paulo Santos Rocha[20].

> Eu tinha uns mais ou menos entre 20 e 22 anos. Formei no colégio das irmãs, fiz do primeiro ao terceiro lá. As disciplinas que eram ensinadas, português, matemática... O nome dos professores, eu lembro. Lembro da Doutora Iara de psicologia, irmã Hilza

[20] Advogado, jornalista, professor da UFPI e juiz, membro de famílias tradicionalmente envolvidas com a política altoense: projetou carreira política.

> que era do colégio, de matemática, e o professor Santos Rocha que era o pai do Paulo Santos Rocha, professor de História (Monte, Entrevista, 2025).

A ex-professora Maria Carmelita Monte guarda, com muito zelo e cuidado, em uma pasta alguns documentos de sua trajetória de vida pessoal e docente. Sobre esse cuidado com os papéis guardados, Mignot (2003, p. 5) declara:

> Olhar papéis guardados por pessoas comuns, como cartas, diários, autobiografias, agendas, cadernos, bilhetes, fotografias, cartões e postais, constitui-se em convite para leituras diversas. Para aquele que guardou, o reavivar de lembranças, um retorno ao passado. Para os que ainda virão, fios que tecem a memória de uma família, de uma instituição, de uma sociedade, de uma época [...].

Em seus arquivos pessoais encontramos diferentes documentos que revelam a sua trajetória na docência. Entre eles estão: documentos de nomeação, afastamento, solicitação de redução de carga horária e aposentadoria. O mais antigo e bem preservado é o certificado de conclusão do curso normal, apresentado com muito orgulho e satisfação, carregado de sentimentos e recordações do período em que se formou professora primária.

Figura 16 - Diploma de conclusão do curso de formação de professores primários



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

ESCOLA NORMAL "SAGRADO C. DE JESUS"

CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS

A Directoria da Escola Normal "Sagrado Coração de Jesus", de acôrdo com as leis que regem a mesma escola, confere o titulo de

Professor Primário

a Maria Carmelita Sousa, nascida em 21 de dezembro de 1936, filha de Francisco Ferreira de Sousa e de D. Raimunda Vasconcelos Sousa, natural de Altos-Pi., a qual fez todo o curso da referida Escola, sendo aprovada nas respectivas matérias.

E, para que possa usar das regalias que lhe dá o titulo, expede-lhe o presente diploma.

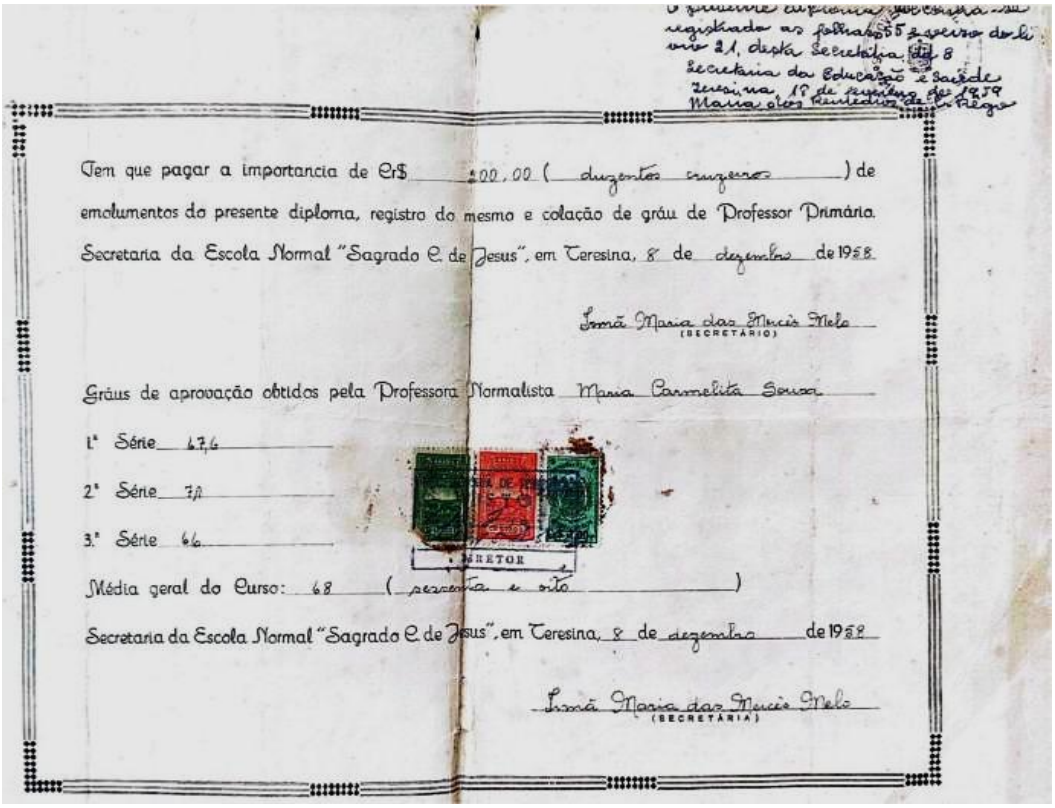
Secretaria da Escola Normal "Sagrado C. de Jesus", Teresina, 8 de dezembro de 1958

Maria Carmelita Sousa
DIPLOMADA

Irmã Liza Sousa de Almeida
DIRETORA DA E. NORMAL

Darci Fortes Rebelo
FISCAL DO GOVERNO

DIRETOR DO DEP. DA EDUCAÇÃO



registrado as folhas 55 livro 21, desta Secretaria
Secretaria da Educação e Saúde
Teresina, 15 de setembro de 1959

Tem que pagar a importancia de Cr$ 200,00 (duzentos cruzeiros) de emolumentos do presente diploma, registro do mesmo e colação de gráu de Professor Primário.
Secretaria da Escola Normal "Sagrado C. de Jesus", em Teresina, 8 de dezembro de 1958

Irmã Maria das Mercês Melo
(SECRETÁRIO)

Gráus de aprovação obtidos pela Professora Normalista Maria Carmelita Sousa

1ª Série 67,6
2ª Série 7,0
3ª Série 66

DIRETOR

Média geral do Curso: 68 (sessenta e oito)

Secretaria da Escola Normal "Sagrado C. de Jesus", em Teresina, 8 de dezembro de 1958

Irmã Maria das Mercês Melo
(SECRETÁRIA)

Fonte: Acervo professora Maria Carmelita Sousa do Monte (1958).

Por ser uma profissão socialmente aceitável para as pessoas do sexo feminino, já que desde meninas eram educadas para os cuidados com a casa e a família, as mulheres foram reconhecidas como adequadas aos cuidados com as crianças e, portanto, capazes de bem desempenhar a docência. Sobre essa questão, Sousa Sobrinho (Entrevista, 2025) relata que "para as mulheres, a preocupação dos pais antigamente era em formar professoras: terminava o ginásio, ia fazer a escola normal, pela possibilidade de terminar e voltar para dar aulas; era coisa rara ir para outros cursos". Assim, ter uma professora formada na família representava prestígio e orgulho para os pais.

Essa percepção social da figura das normalistas pode ser corroborada pela descrição de Ferro em sua obra "Cazuza e o sonho da escola ideal" (2010, p. 214), quando declara que "reafirma-se a ideia do romance na formação das professoras, mostrando como deviam ser, o seu caráter 'moderno', sorridente e ao mesmo tempo abnegado. São felizes solteironas. Está presente a idealização do magistério como missão, como uma forma de maternidade".

No movimento de expansão da instrução, bem como das mulheres na educação, elas eram contratadas pelo poder público e enviadas para as escolas de acordo com a formação que possuíam. Nesse sentido, enquanto os professores leigos eram enviados para locais mais distantes, as normalistas ocupavam as vagas nos grupos escolares nas áreas urbanas das cidades. Mesmo entre tantas dificuldades no exercício da docência, para as normalistas, ocupar o cargo

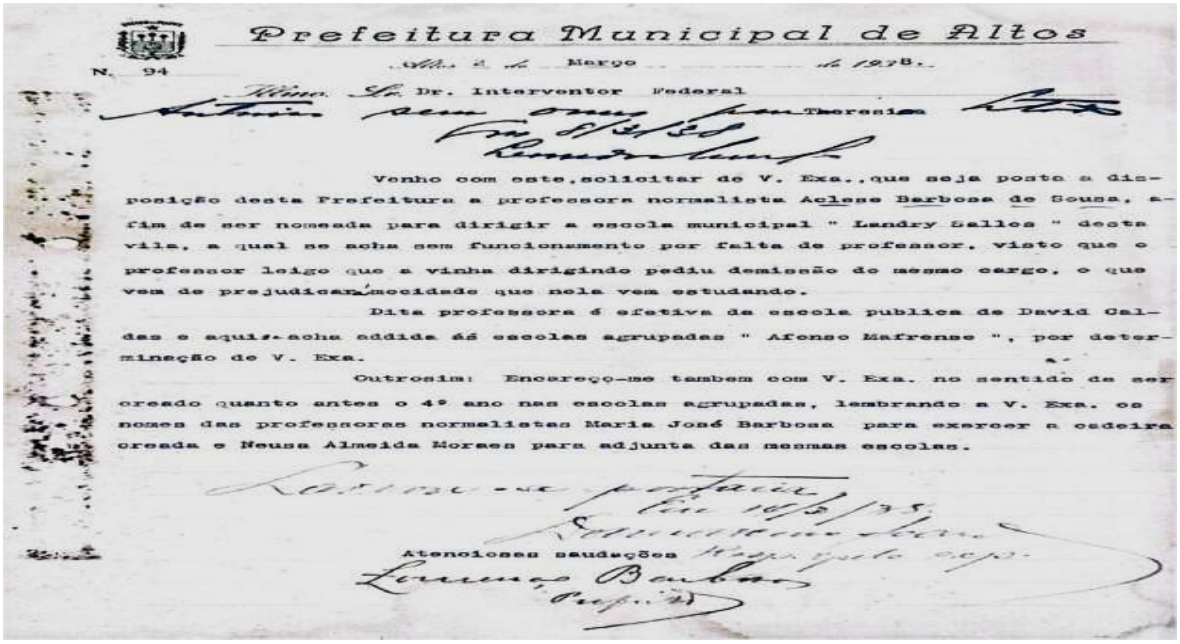
em determinado grupo escolar, de acordo com Sousa (2005, p. 57),

> Era uma chance de possuir um espaço próprio no tecido social, uma aliança entre o desejo de desempenhar um trabalho remunerado com as aspirações afetivas que lhes foram legadas pela sociedade. Mesmo ganhando pouco, possuíam um pouco mais de liberdade, embora fossem severamente vigiadas. Outra vantagem era que o magistério apresentava-se como uma forma de quebrar os grilhões domésticos e privados.

O encaminhamento das normalistas às cidades distantes para o exercício do magistério faz emergir também na instrução pública a influência do coronelismo nas indicações das normalistas para locais mais próximos de suas famílias e cidades de origem. As normalistas advindas de outras cidades, que se instalavam em cidades distantes para exercerem sua profissão nos grupos escolares, "eram mulheres em busca de sua profissão e com o diferencial marcante de não desejarem apenas ser mães e esposas, com a disposição de pagarem um preço" (Sousa, 2005, p. 61).

O coronelismo se impunha como uma forma de poder próprio do período republicano presente nos municípios interioranos. Esse modelo era caracterizado pela troca de favores, votos e compromisso entre os interesses público e privado (Leal, 2012). A troca de favores e pedidos políticos foi um elemento importante para a contratação, nomeação e transferências de normalistas de um local para outro, podendo ser percebido a partir do documento abaixo.

Figura 17 - Documento da Diretoria do Departamento de Ensino



Prefeitura Municipal de Altos

N. 94

Ao Sr. Dr. Interventor Federal

Venho com este, solicitar de V. Exa., que seja posto a disposição desta Prefeitura a professora normalista Aclesse Barbosa de Sousa, afim de ser nomeada para dirigir a escola municipal " Landry Salles " desta vila, a qual se acha sem funcionamento por falta de professor, visto que o professor leigo que a vinha dirigindo pediu demissão do mesmo cargo, o que vem de prejudicar a mocidade que nela vem estudando.

Dita professora é efetiva da escola publica de David Caldas e aqui se acha addida ás escolas agrupadas " Afonso Mafrense ", por determinação de V. Exa.

Outrosim: Encareço-me tambem com V. Exa. no sentido de ser creado quanto antes o 4º ano nas escolas agrupadas, lembrando a V. Exa. os nomes das professoras normalistas Maria José Barbosa para exercer a cadeira creada e Neusa Almeida Moraes para adjunta das mesmas escolas.

Atenciosas saudações

Lourenço Barbosa

Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí (1938).

A análise documental mostra que as indicações políticas tinham grande influência na cidade de Altos, assim como em todo o país. Famílias tradicionalmente ligadas à política ou com alto poder econômico usavam sua força para permanecer no poder e manipular o sistema a seu favor.

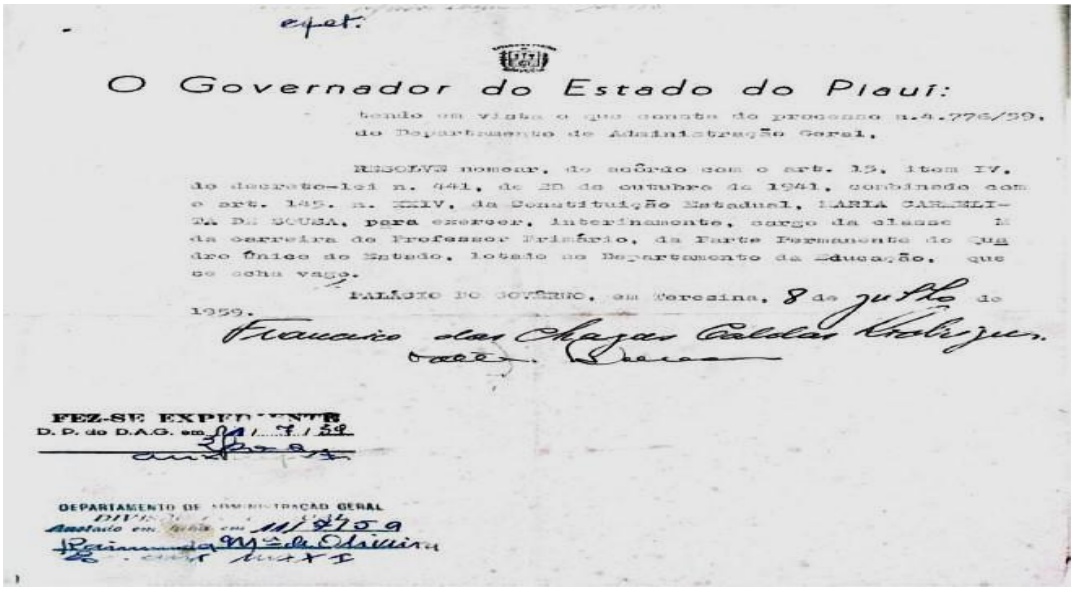
Em Altos, duas famílias tradicionais dominavam o cenário político: os Barbosa e os Raulino. No documento utilizado como fonte, aparece a solicitação do prefeito Lourenço Barbosa para que sua filha, a professora normalista Maria José Barbosa, ocupasse uma vaga no G. E. Afonso Mafrense. Conhecida como Zezita Barbosa, ela se destacava pela tradição familiar, pela profissão e pela atuação no grupo escolar. Muito respeitada pelos altoenses, foi eleita a primeira vereadora do município na década de 1980.

Algo semelhante aconteceu com a ex-professora do grupo escolar Maria Carmelita Sousa do Monte, que em seu relato descreve como ocorreu sua nomeação para o cargo de professora no G. E. Afonso Mafrense.

> Antes de eu fazer o teste pra professora, para me pegar [contratar], foi arranjado assim, pelo Roberto Raulino; era deputado, era amigo do meu pai. Aí, quando foi um dia, ele chegou com a nomeação para eu trabalhar no Afonso Mafrense. Depois, eu fiz o curso para me tornar efetiva. Eu fui para Teresina, fiz a prova lá. Minha vida toda, eu trabalhei no Afonso Mafrense. E a Dona Zezita foi a minha primeira diretora (Monte, Entrevista, 2025).

A professora normalista Maria Carmelita concluiu o curso de formação para professor primário em dezembro de 1958. Já em 1959, ela toma posse do cargo de professora primária do quadro do sistema educacional do governo do Estado do Piauí.

Figura 18 - Documento de nomeação de professora normalista



O Governador do Estado do Piauí:

PEZ-SE EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Fonte: acervo pessoal de Maria Carmelita de Sousa Monte (1959).

O Grupo Escolar Afonso Mafrense e a ação das professoras normalistas simbolizavam avanços no campo da democratização do ensino no município de Altos. Por meio deles, uma parcela populacional de crianças e jovens foi atendida pelo processo de escolarização.

Sobre a educação no grupo escolar, Souza (2017, p. 128) declara:

> [...] educar pressupunha um compromisso com a formação integral da criança que ia muito além da simples transmissão de conhecimentos úteis dados pela instrução e implicava essencialmente a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social - obediência, asseio, ordem, pontualidade, amor ao trabalho, honestidade, respeito às autoridades, virtudes morais e valores cívico-patrióticos necessários à formação do espírito de nacionalidade).

Em Altos, a contribuição do G.E. Afonso Mafrense é relevante para o desenvolvimento da sociedade, visto que a partir do trabalho educativo realizado pelas professoras normalistas do grupo escolar, almejava-se superar a grande mazela do analfabetismo, bem como também educar e civilizar a população, preparando as crianças para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho.

3.2 Aulas e avaliações

Desde a República, esforços para educar a nação brasileira foram semeados pelo Brasil, com o objetivo de alfabetizar e disseminar normas e condutas que pudessem tornar os brasileiros um povo educado e civilizado. Como afirma Souza (2008, p. 54), “ler e escrever tornaram-se meios de assimilação de uma moral laica e de aquisição de novos conhecimentos, isto é, a base da aprendizagem das outras matérias do programa extenso adotado nas escolas”. No entanto, é a partir de 1930 que o Brasil passa por transformações políticas e sociais que tiveram grande influência no que concerne à instrução pública.

Nesse período, o governo de Getúlio Vargas protagonizou tentativa de modernizar o país e de centralizar o sistema educacional. A educação, por sua vez, era um ponto importante no projeto de construção de uma nação próspera, visto que, através das aulas, eram edificados os valores e ideais desejados. Nesse sentido, Araújo (2019, p. 194) pontua:

> Evidentemente, a aula se cuida de muitas mediações finalidades sociais, objetivos de ensino, conteúdos, métodos e técnicas de ensino, tecnologias educativas, avaliação, porém ela é um fenômeno de caráter microssociológico, e passa necessariamente pela particular intersubjetividade entre professores e alunos. Nesse patamar, ainda que a aula seja um fenômeno intraescolar, é esse inteligível à luz da dimensão externa a ela, pela qual é compreensível como uma mediação cultural ou como mensageira que não só anuncia, mas também traz em si uma atribuição simbólica, da qual se reveste a escolarização como elemento civilizatório.

Emergem, nesse momento, muitas ideias pensadas pelos intelectuais brasileiros que defendiam uma revolução educacional, na qual a educação deveria tornar-se pública e democrática para todos os habitantes do território brasileiro. Esse conjunto de ideias foi organizado por meio de um manifesto, conhecido como Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, que contou com a contribuição de Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, entre outros. Segundo Saviani (2013), o manifesto tinha como objeto a reconstrução da educação e estava destinado ao povo e ao governo brasileiro.

No contexto das reformas educacionais do século XX, ganhavam destaque os debates sobre a formação de professores, tanto leigos quanto normalistas, assim como as discussões sobre o que ensinar e como ensinar aos alunos. Tornava-se explícita a necessidade de aprender a ler e a escrever para alcançar os fins propriamente ditos da educação escolar. Nesse sentido, para Souza (2008, p. 52), "ensinar as crianças a ler e a escrever, a dominar as noções de ciências físicas, naturais e sociais, e fazer com que elas apreendessem os valores morais e cívico-patrióticos continuava sendo um grande desafio". Entretanto, superar tais desafios era essencial para o desenvolvimento da nação.

A nova organização educacional, proporcionada pela implantação dos grupos escolares, originava a necessidade de profissionais de diferentes áreas. Demandava-se a presença de diretor, inspetor, porteiro, zelador, além da figura central do professor, que, para o desenvolvimento do processo educativo nessa "nova escola", necessitava da adoção de teorias educacionais e práticas pedagógicas e didáticas modernas e diferenciadas. Conforme Souza (2017, p. 138), "o método intuitivo ou lições de coisas foi o marco da renovação do ensino primário no final do século XIX e início do século XX no Brasil".

Nas décadas iniciais do século XX, as teorias educacionais presentes na escola eram influenciadas por uma variedade de pensamentos, alguns deles ainda relevantes e presentes nas escolas da atualidade. Entre essas teorias, destacam-se a teoria tradicional e a pedagogia nova. É importante ressaltar que a aplicação dessas teorias no contexto brasileiro foi marcada pela realidade social, econômica e política do país, resultando em adaptações e interpretações diferenciadas das ideias originalmente utilizadas em âmbito internacional.

Nesse processo de transformação educacional, resíduos da teoria tradicional permaneciam enraizados nas práticas dos professores primários presentes nos grupos escolares. Por meio do ensino simultâneo, enfatizava-se a reprodução e o reforço de comportamentos desejados, planejados e organizados de acordo com a estrutura do tempo escolar. As práticas de ensino, centradas na transmissão de conhecimentos e sustentadas pelo treino e pela repetição, contribuíram de forma significativa para a construção da cultura escolar.

Dentre os aspectos dessas tendências utilizadas nos grupos escolares (tradicional e escola nova), Trilla (2006) afirma que existem dispositivos que fazem parte do método tradicional, os quais foram utilizados por professores nas décadas iniciais do século XX.

> [...] dispositivos da escola tradicional, por exemplo, o exame, a interrogação pseudo-socrática, o estrado do professor, a citação da lição, as notas, as aulas ditadas, os livros didáticos, o uniforme, as cerimônias de honra, certas formas de castigo, como copiar cem vezes "não conversarei em sala de aula", as formas de entrar na sala de aula, a oração, o recreio, as faltas sem justificativa (Trilla, 2006, p. 43).

Após a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, o ensino tradicional passou a ser visto como algo a ser superado. Segundo Vidal (2000), defendia-se a adoção de uma pedagogia nova, ligada a uma educação progressiva e integral, inspirada nas aspirações de John Dewey e outros filósofos. Essa perspectiva influenciou intelectuais brasileiros, como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, que passaram a valorizar uma aprendizagem ativa, na qual o aluno assume o papel de experimentador.

No que diz respeito à Escola Nova, Magalhães (2022, p. 131) afirma que "uma Escola Nova assegurava a educação integral através da fruição dos espaços, de processos pedagógicos e didáticos específicos, de uma pedagogia geral integradora das atividades curriculares, (con)vivências institucionais, pessoais e grupais". Em outras palavras, tratava-se de uma proposta que buscava construir aprendizagens significativas e conectadas à vida real das crianças.

Nessa perspectiva, a Escola Nova trouxe desafios que iam além da simples construção de prédios escolares. Ela exigia novos conceitos para a educação e para a infância, com o ensino centrado no aluno, que deveria ser visto pelo professor como sujeito de sua própria aprendizagem. O objetivo era promover uma educação integral. Como afirma Libâneo (1984, p. 25), "À escola cabe suprir as experiências que permitam ao aluno educar-se, num processo ativo de construção e reconstrução do objeto, numa interação entre estruturas cognitivas do indivíduo e estruturas do ambiente". Assim, valorizava-se a aprendizagem ativa, baseada em experiências, no método intuitivo e na resposta às necessidades e interesses dos estudantes.

Portanto, a escola desse período deveria manter estreita relação com a sociedade e com a realidade do aluno, favorecendo a construção do conhecimento, o desenvolvimento científico, os cuidados com o corpo e a higiene, além da formação de valores, normas e condutas voltadas para o processo de transformação da nação brasileira.

Conforme os relatos do ex-aluno Ribamar Simeão, as aulas no Grupo Escolar Afonso Mafrense estavam de acordo com as ideias de disciplinamento e ordem.

> A primeira coisa, quando começava a aula, tinha um ditado. O ditado era um texto que ela (professora) abria. Ela dizia: "*O ditado vai ser na folha tal*"... O que ela dizia lá, nós íamos escrever aqui. Aí, ela ia recolher, para saber se escrevemos errado. A gente tomava o maior cuidado de não botar palavras erradas, porque aí, ela ia chamar atenção: "*Olha, você está escrevendo errado*". Aí, depois que fazia esse ditado, ela recolhia o caderno, corrigia, repreendia, e quem tinha feito errado, ia fazer novamente. Ela ia mencionar os alunos, aqui tem os alunos que escreveram corretamente, sem nenhum erro, os que tinham feito tudo direitinho, e aqui os que deixaram erros de ortografia, ela falava: "*Olha, você vai ter que refazer. Refazer isso aqui para você aprender a ler e escrever corretamente*". Enaltecia aquele aluno aplicado. Então, aquele aluno que estava bem fraco, ele se sentia abafado. E tinha necessidade de estudar para poder melhorar (Simeão, Entrevista, 2025).

As atividades envolviam práticas rotineiras como ditado de palavras, cópia das palavras, caligrafia, com treino de escrita das palavras que os alunos haviam escrito de forma incorreta. Quanto a isso, Souza (2017, p. 136) declara que "O ensino de caligrafia também se prestava ao aprendizado da ordem e dos valores morais. A letra redonda e bem feita era praticada na escrita de provérbios, ditos e máximas, valorizando o trabalho, a perseverança, as virtudes morais".

Nessa perspectiva, havia forte preocupação com o disciplinamento dos alunos, evidenciando a organização de uma rotina de atividades a serem desenvolvidas e consideradas a partir de uma sequência organizacional e temporal de atividades a serem realizadas durante as aulas pelos alunos e professores nas instituições escolares.

Sobre as aulas, os relatos do ex-aluno Sousa Sobrinho, também evidenciam as vigilâncias e a normatização no interior dos grupos escolares, em especial nas relações entre professor e aluno durante as aulas, pois segundo o participante, a relação

> Era vertical, ela (professora) era muito competente, muito... Mas muito exigente. Ela não permitia indisciplina de forma nenhuma. E, em geral, era uma turma muito disciplinada, tinha uns probleminhas pontuais, da idade. Mas, em geral, todo mundo obedecia. Ela era uma mulher bem alta, com um vozeirão. Então, essa relação era uma relação muito, assim, vertical. "*Vocês são os alunos, estão aqui para fazer o que eu mandar*". Ela tinha comunicação com a família dos alunos, quando tinha algum problema, ou o aluno que não estava indo bem, ela se comunicava. Então, ela tinha muita essa preocupação com o ensino (Sousa Sobrinho, Entrevista, 2025).

Os dois ex-alunos, Simeão e Sousa Sobrinho, lembram com muita propriedade de suas professoras, até se emocionam quando recordam as aulas, lembrando da ordem e a disciplina impostas com elemento fundamental para o ensino-aprendizagem, mas também recordam que, apesar do sentimento de temor estabelecido pelas exigências das professoras, eles agradecem pela orientação e educação firme dada por elas. Esses relatos corroboram com o pensamento de Alberti (2008, p. 186), quando afirma que em entrevistas de história oral com entrevistados do mesmo grupo "é possível chegar a padrões: experiências que se repetem, trajetórias

semelhantes, usos das mesmas palavras ou expressões etc".

Na perspectiva de Souza e Faria Filho (2006, p. 29),

> Políticos, intelectuais, reformadores e profissionais da educação pública dos mais recônditos cantos do país voltaram-se, no início do século XX, para o grande empreendimento de modernização e disseminação da educação pública, vista como possibilidade de superação do atraso e como elemento de constituição da nacionalidade - ressonâncias de um amplo projeto civilizador, de ordenação social, moralização dos costumes, de disciplinarização da classe trabalhadora e de inculcação de valores cívico-patrióticos.

A educação, por meio das práticas escolares realizadas pelas normalistas, estava voltada aos interesses da classe dominante e do Estado. Cabia à escola civilizar e educar as massas, cultivando valores como ordem e disciplina, que ocupavam lugar central no processo educativo daquele período.

As mudanças no trabalho pedagógico e didático dos professores ocorreram de forma lenta. Segundo Saviani (2013), após a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, a teoria educacional tradicional deveria, gradualmente, ser substituída pela pedagogia nova no Brasil, rompendo com práticas tradicionalistas. No entanto, ambas as teorias coexistiram no ensino primário, pois foram incorporadas à cultura de formação dos professores e da escola.

Quanto aos métodos de ensino, os relatos da ex-professora do G.E. Afonso Mafrense, Maria Carmelita Monte, mostram que o trabalho docente seguia uma rotina e um planejamento estruturado. A preocupação com a aprendizagem dos alunos era constante, e as professoras utilizavam os recursos disponíveis para desenvolver sua prática pedagógica.

> Todas as quartas-feiras fazia o estudo da tabuada e quinta a Caligrafia. Era um caderno de listrinha com a letra minúscula dentro, a maiúscula sobressaia. Fazia bem correto, botava uma frase bonita. Aí o aluno repetia, na penúltima linha colocava seu nome, e na última a data. E o ditado, era assim, tirava um texto aqui do livro e ia ditando. E explicava o que era ponto final, virgula, aí o aluno escrevia e a gente corrigia. Cópia também. Só tinha o giz e o quadro, depois que foi chegando globo e outras coisas... (Monte, Entrevista, 2025).

Ao analisar o relato da ex-professora, verificamos a organização do tempo e do método escolar voltados para uma sistematização didática e para a normatização do processo. Havia uma rotina preparada para atender às demandas educacionais do momento, com a utilização do livro didático. Essa prática mostrava a preocupação constante com a aprendizagem dos alunos.

Sobre os livros didáticos, Reis e Ferro (2006) afirmam:

> Os livros didáticos são fontes valiosas, pois nos permitem mergulhar no interior das escolas e conhecer aspectos de sua cultura como as concepções educacionais vigentes e os programas de ensino adotados, indicativos do que poderia ser ensinado com o intuito de traçar o contorno do homem socialmente aceito (2006, p. 1).

Nos relatos do ex-aluno Ribamar Simeão surgem os títulos de alguns livros utilizados no período, como "Tabuada, Lição do Tio Emílio e Meu Tesouro. Havia também um livro de geografia chamado Corografia do Piauí, que tratava da geografia do estado. Todos os livros que o papai comprava era em Teresina, na antiga Livraria Colegial" (Simeão, Entrevista, 2025). Nesse sentido, os livros eram utilizados como elemento didático na educação escolar, servindo como recurso para o ensino-aprendizagem.

Quanto à sua aquisição, bem como de outros artefatos pelas famílias dos estudantes, Vidal e Alcântara (2024) consideram que a escola influenciou as relações de produção e comércio dos materiais utilizados pelos alunos. No relato de Simeão, percebemos que, em Teresina, na década de 1950, havia a Livraria Colegial, responsável pela comercialização de materiais escolares.

Outro momento importante no processo educativo é o de avaliar a aprendizagem dos alunos. Desse modo, temos como instrumento as avaliações escritas realizadas com os alunos. Quanto a isso, vejamos o Regulamento Geral do Ensino de 1933.

> Art. 216-Para verificar o aproveitamento dos alunos, serão feitas, mensalmente, provas escritas das matérias básicas de cada classe do curso primário, conferindo-se-lhes notas do mesmo modo que aos exercícios semanais.
> Parágrafo único-Tais provas poderão ser substituídas pelos testes de escolaridade, na forma prescrita por este Regulamento (Piauí, 1933, p. 46).

As provas tinham a função de verificar e quantificar os resultados do ensino, sendo traduzidas em notas que determinavam a aprovação ou reprovação ao final do ano letivo. Nesse mesmo sentido, a Lei Orgânica do Ensino Primário de 1946 também reforçava essa lógica avaliativa.

> Art. 20 -O aproveitamento dos alunos verificado por meio de exercícios e exames será avaliado que se graduarão de zero a cem. *Parágrafo único.* É recomendada a adoção de critérios e processos que as segurem a objetividade na verificação do rendimento escolar (Brasil, 1946).

Os textos da lei nos direcionam à compreensão de que a avaliação serviria como recurso para a análise da aprendizagem. Para isso, deveria ser realizada e analisada de forma criteriosa e objetiva, de modo que seus resultados fossem o mais fidedignos possível e contribuíssem para a compreensão do processo educativo.

As entrevistas realizadas com uma ex-professora e os ex-alunos do grupo escolar contextualizam o momento das avaliações escolares e a forma como cada um guarda na memória esse momento de sua escolarização. Sobre as provas mensais, a ex-professora Maria Carmelita Monte relata:

> A respeito de prova, não tinha nada assim impresso. Era tudo na folha. Tudo era escrito pelo aluno. Ele levava a folha de papel almaço, fazia o cabeçalho, aí botava por exemplo: prova de português. Aí passava todas as questões no quadro, eles iam copiando e respondendo. Aí, quando encerrava, com ela toda respondida, entregava de volta para o professor. Tinha que tirar sete (7), a média, somava todas as notas e dividia, o aluno tinha que ficar com sete (7). Não tinha recuperação. Tinha que melhorar para alcançar os outros nas outras provas no mês seguinte. Todo mês tinha prova. O aluno que não conseguia a média no final, tinha que repetir o ano (Monte, Entrevista, 2025).

De acordo com o relato do ex-aluno Antonio Sousa Sobrinho, as avaliações eram "puxadas":

> Todos os meses tinha prova, eram bem puxadas. Mas nada que você não pudesse responder. Geralmente sobre o conteúdo que ela (professora) desenvolveu. Ela cobrava tudo, Matemática, Língua Portuguesa, História e Geografia, com perguntas às vezes mais subjetivas, outras vezes perguntas objetivas. Naquele tempo não tinha muito recurso da xerox para imprimir. Ela copiava no quadro, a gente copiava no caderno e respondia. Passava para ela na folha do caderno. Às vezes a escola fornecia o papel almaço. E aí a nota 7 no mínimo, com quem não conseguia, ela fazia um trabalho extra como uma espécie de reforço, não se chamava ainda de recuperação paralela (Sousa Sobrinho, Entrevista, 2025).

Nos grupos escolares, as avaliações tinham um papel relevante para a organização do ensino. Na perspectiva de Souza (2008),

> A avaliação também se revestiria de uma dupla finalidade: pedagógica e disciplinar. Os exames aperfeiçoaram o sistema de classificação dos alunos em classes e, séries e ao mesmo tempo, tornaram-se mecanismos de punição, controle e hierarquização. (2008, p. 49).

Conforme relato do ex-aluno Ribamar Simeão, as avaliações cobravam principalmente a gramática da Língua Portuguesa e cálculos matemáticos, voltados para conhecimentos de caráter prático.

> As provas eram feitas no final do mês. Era língua portuguesa, gramática, verbo, acentuação gráfica, entrava um pouco de matemática, principalmente, conta de somar, menos, multiplicar, dividir e alguns problemas. A professora passava os quesitos no quadro, a gente ia copiar lá os quesitos e ia respondendo na folha, chamada folha de papel almaço. Ela dizia: Olha, trazer a folha de papel almaço que vai ter a prova no dia tal. Aí, ela ia passar uns quesitos, e a gente, copiando e respondendo (Simeão, Entrevista, 2025).

Nos relatos dos ex-alunos do G.E. Afonso Mafrense sobre as avaliações, verificamos

vestígios de memória coletiva presentes na lembrança dos dois participantes, quando descrevem os ritos que envolviam o momento da prova, como a utilização da folha de papel almaço, a periodicidade das avaliações e a escrita da prova no quadro. Nesse sentido, apoiamos Halbwachs ao afirmar que "em realidade, nunca estamos sós" (1990, p. 26), pois, em seus relatos, eles compartilham memórias de sua vida escolar.

No relato do ex-aluno Tadeu Morais, em relação às avaliações, percebe-se o entusiasmo ao dizer que, mesmo sendo caracterizadas como "puxadas", ele sempre conseguia alcançar notas mais altas em relação à média obrigatória para a promoção de ano escolar. Considerava-se inteligente e expressava orgulho por suas notas e desempenho. No entanto, logo em seguida relata a frustração de ter sido suspenso pela professora no terceiro ano primário e, nesse mesmo ano, ter desistido de continuar os estudos.

> Tinha prova para responder. Era tudo escrito, eu não estudava nada. Não, me preparava nada. Mas eu era inteligente, eu não quis foi ir estudar, porque com a professora Cleonice, minhas notas eram boas, eram 10, era 9, era 8. Eu sabia um pouquinho, e com a dona Carmelita, eu tenho uma lembrança, que uma vez ela fez um relógio no quadro, e foi ensinar para nós as horas, eu aprendi. Ela fez no quadro, com os ponteiros de hora e minuto, aí foi rodando, 5 em 5minutos. Ainda hoje eu lembro disso. E aprendi! Olha só! (Morais, Entrevista, 2025).

Percebemos nos relatos o valor destinado às aprendizagens escolares, como a gratidão por ter conseguido, com o direcionamento da professora, aprender a interpretar o relógio analógico e compreender as funções dos ponteiros, horas e minutos. Para além dessa aprendizagem, tais depoimentos nos apresentam o momento de avaliação, as notas, as professoras que fizeram parte do seu processo educativo e as situações vividas no cotidiano escolar.

As aulas ministradas pelas professoras eram responsáveis por disseminar os conhecimentos necessários aos estudantes do período, de acordo com os programas de ensino exigidos. Para Souza (2008),

> A crença no poder da escola tornou-se uma representação amplamente disseminada e compartilhada na sociedade brasileira. Novas matérias foram introduzidas como ciências físicas e naturais, história, geografia, música, geometria, instrução moral, educação física, desenho, instrução cívica e trabalhos manuais (Souza, 2008, p.37).

Em se tratando das avaliações ou exames escolares, realizados para a aferição dos conhecimentos dos alunos, Souza (2008) afirma que, na escola primária republicana, elas possuíam caráter meritocrático. Assim, podemos considerar que, além de classificar os alunos por meio das notas obtidas nas avaliações, aqueles que não atingiam as notas ou resultados

desejados deveriam se empenhar mais nos estudos; caso contrário, poderiam receber punições ou reprovação escolar.

3.3 Gestão e inspeção: normas e disciplinamento na escola

No início dos anos 1950 do século XX, pelas fontes consultadas, é possível afirmar que o estado do Piauí encontrava-se em delicada situação econômica, o que acarretava prejuízos ao departamento de educação, especialmente no desenvolvimento de obras, na aquisição de materiais e na contratação de pessoal. Essa realidade é descrita em mensagem pelo governador José da Rocha Furtado, que relata as dificuldades enfrentadas na estruturação das escolas do Piauí, bem como a escassez de profissionais com atuação técnica.

> O aparelhamento escolar do Estado, na sua totalidade, se ressente de deficiências que não poderão ser facilmente supridas. E dizem elas respeito, principalmente, a prédios, mobiliário e material didático, que se acham carecedores de grandes reparos e dispendiosas substituições, acarretando despesas que o Erário estadual não suporta, no presente, em consequência de outros muitos encargos que lhe pesam já em demasia. Em virtude disso, a assistência material às escolas de ensino primário foi deveras diminuta, e, ainda por falta de numerário bastante, lamentavelmente, também o foi a assistência técnica. O Departamento da Educação não pôde movimentar os Inspetores de Ensino, como se fazia mister, ficando, assim, as escolas localizadas no interior, na sua grande maioria, sem nenhuma fiscalização[...] (Piauí, 1950, p. 19).

Ao retratar os problemas econômicos enfrentados, o governador enfatiza a falta de fiscalização realizada pelos inspetores escolares, que resultava na elaboração de relatórios destinados ao Departamento de Ensino e revelava a realidade das escolas primárias do Piauí. A mensagem encaminhada pelo governador à Assembleia Legislativa evidencia sua preocupação com a ausência de recortes da realidade, indispensáveis ao conhecimento do poder público na tentativa de reorganização do sistema. O papel dos inspetores escolares, por meio de suas visitas às instituições, mostrava-se de grande relevância para a fiscalização do ensino.

> Os termos de visita ou termos de inspeção eram documentos oficiais de controle e acompanhamento dos professores. Eram registros minuciosos escritos em duas vias pelo Inspetor de Ensino por ocasião da visita à escola. A professora ficava com uma das vias como documento que comprovava seu desempenho pedagógico e a sua trajetória profissional, e a outra via era levada pelo Inspetor para ser arquivado na Diretoria da Instrução Pública (Freitas, 1995, p. 112).

A ausência dessas visitas desfavorecia conhecer a realidade das instituições escolares pelo Departamento da Educação, transferindo o trabalho de controle e fiscalização das escolas aos diretores escolares, conforme Artigo 295 do Regulamento Geral do Ensino de 1933.

> Art. 295-Além desses deveres, que lhes são extensivos, competem, ainda, aos diretores de grupos e de escolas agrupadas os de:
> I- designar a cada professor uma classe e a sala em que deva lecionar;
> II- assinar o livro de ponto e encerrá-lo diariamente;
> III- atestar o exercício aos professores e pessoal administrativo;
> IV- fiscalizar os trabalhos escolares;
> V- velar pela guarda e conservação do edifício, móveis e material escolar, respondendo pelos danos consequentes de sua negligência;
> VI- dar posse aos professores e empregados do estabelecimento;
> VII- participar à Diretoria Geral e ao Conselho, no interior, as interrupções de exercício dos professores e pessoal administrativo, sob sua direção, com ou sem licença da autoridade competente;
> VIII- apresentar à Diretoria Geral, em dezembro, um relatório dos trabalhos escolares, no ano anterior, com informações minuciosas e notas completas sobre cada um dos professores, estagiarias e pessoal administrativo;
> IX- superintender, onde o houver, o segundo turno diário, com as vantagens estatuídas neste Regulamento (Piauí, 1933, p.61-62).

A partir do Regulamento de 1933, o Art. 295 define competências aos diretores escolares, dando-lhes o papel de dirigir, fiscalizar e salvaguardar tudo que fosse relacionado ao trabalho realizado nos grupos escolares. Desse modo, "ao manter a ordem, a disciplina e assegurar o andamento das atividades escolares, os diretores tornavam-se representantes das instâncias superiores de instrução e do governo, portanto, alma e olhos atentos do estado nessas instituições" (Silva, 2017, p. 58).

No G.E. Afonso Mafrense, identificamos, pelos relatos dos ex-alunos, a presença forte e disciplinadora de Maria José Barbosa (Zezita Barbosa), diretora da instituição na década de 1950 do século XX. Segundo o ex-aluno Sousa Sobrinho (Entrevista, 2025), "a dona Zezita era muito forte, como a gente diz. E ela, acho, controlava tudo". No mesmo sentido, o ex-aluno Morais (Entrevista, 2025) enfatiza: "A diretora de lá era a saudosa Zezita Barbosa. Foi diretora há muito tempo lá", caracterizando sua figura como responsável pelas exigências de organização, disciplinação, normatização e regramento no espaço escolar.

Para Souza (1998, p. 75), o diretor escolar era "considerado o elemento-chave que transformaria a mera 'reunião de escolas' em uma escola graduada orgânica". Assim, os diretores escolares eram responsáveis por administrar as escolas nos âmbitos administrativo e pedagógico. Dessa forma, devem ser considerados personagens de grande importância, pois sua atividade estava interligada às práticas realizadas no grupo escolar.

Do mesmo modo que orientava os alunos para o exercício das regras de convivência e aplicação das normas escolares, também supervisionava e exigia dos professores que conferissem aos alunos a mesma conduta. Segundo os relatos da ex-professora Maria Carmelita do Monte, a diretora Zezita Barbosa exigia que o trabalho junto às crianças fosse voltado para o seu disciplinamento.

> O foco era disciplina. Toda vida tinha menino danado [traquino], então era educar os alunos. Chegavam os visitantes, os alunos ficavam perfilados. Cantavam uma musiquinha de recepção para os visitantes. Quando batia a campa para o recreio, a gente fazia fila, para não sair tudo correndo, caindo. E tinha disciplina e obediência (Monte, Entrevista, 2025).

Diante dessa obrigatoriedade com a disciplina dos estudantes, cobrada pela direção escolar, as professoras deveriam enquadrar mente e corpo, desenvolvendo ritos que deveriam ser seguidos em determinadas situações no contexto escolar. O ex-aluno Ribamar Simeão recorda que, durante a realização de uma atividade escolar, foi prontamente corrigido por sua professora. Para ele, esse dia ficou marcado para sempre em sua vida.

> A professora ia acompanhando as atividades, tirando dúvidas, corrigindo erros ortográficos, outras coisas. Eu me lembro quando eu fui estudar, quando eu era criança, eu escrevi um nome, e botei um N e não um M. Aí a professora me disse: "*Mas Ribamar, você escreveu esse nome com N? Diante de P e B só se escreve M, meu filho!*" Aí ela me deu um caderno de caligrafia para eu escrever: "Diante de P e B só se escreve M" (Simeão, Entrevista, 2025).

As professoras organizavam seu trabalho didático-pedagógico com base na disciplina, repetição e memorização, realizando intervenções e correções no momento em que as ações eram percebidas. Para Souza (2008, p. 57), "ensinar as crianças a redigir com clareza, correção e fluência esteve no centro do empreendimento educativo". A repetição da escrita convencionalmente aceita era utilizada como punição para que a criança alcançasse a aprendizagem, de modo que os castigos e a disciplina serviam ao processo educativo.

A ex-professora Maria Carmelita do Monte, quando questionada sobre a presença de inspetores de ensino, relata que recorda somente de uma inspetora, "Maria do Carmo Monte. Era uma figura tipo, um visitador, mas não interferia com o trabalho" (Monte, Entrevista, 2025), ou seja, para ela, o inspetor era visto como uma figura ilustrativa dentro da administração escolar, sua visita à escola já não favorecia mudanças estruturais na instituição como antes acontecia, tampouco refletia mudanças na postura pedagógica adotada pelo professor. Em contraposição ao que determinava os documentos regulatórios oficiais, por exemplo, o Regulamento de 1933, que em seu Capítulo III regula a inspeção do ensino, há orientação quanto à função exercida pelos inspetores no âmbito das instituições escolares.

> Art. 11-A inspeção do ensino tem por especial objeto conhecer de todas as causas que influem sobre a instrução popular, mediante observação atenta das escolas, da sociedade e território do Estado, e, bem assim, favorecer o seu progresso, atuando sobre o professor, no meio social e entre as autoridades.
> Art. 12-A inspeção do ensino divide-se em administrativa e técnica.
> § 1. A inspeção administrativa será exercida, permanentemente, pelo Secretário Geral

> do Estado, pelo Diretor Geral da Instrução, pelo Conselho Superior de Ensino, e pelos Conselhos Populares e seus delegados, nos municípios; e, extraordinariamente, pelos Inspetores Técnicos.
> § 2.-A inspeção técnica será exercida pelo Diretor Geral e pelos Inspetores Técnicos (Piauí, 1933, p.6).

A ex-professora também recorda certo momento de intervenção da inspetora sobre sua didática, na qual orientou-lhe sobre a necessidade de superação do trabalho de memorização, prática adotada no interior do grupo escolar.

> Eu me lembro que toda quarta-feira eu tomava tabuada. Eu tive uma inspetora, quando ela chegou, disse: "*Olha, dona Carmelita, não se fala mais em tabuada, não pode, não sei o quê"...* Aí eu já tinha aquele hábito de toda quarta-feira estudar tabuada, continuei... Eu perguntava oralmente, e aquele aluno que não sabia, ia estudar a tabuada, ficava estudando, depois voltava para eu perguntar novamente (Monte, Entrevista, 2025).

Possivelmente, a atitude da ex-professora Carmelita Monte em não seguir as orientações repassadas estava atrelada à ausência da visitação constante dos inspetores aos grupos escolares. Esse fato indica que a falta desse profissional técnico resultava em diferentes possibilidades de ação dos professores e da direção escolar nos grupos espalhados pelo Estado, o que dificultava a sistematização das práticas desejadas pelo governo.

A respeito dessa reflexão sobre o relato da ex-professora Carmelita Monte, é importante ressaltar que, entre as décadas de 1950 e 1960 do século XX, o Estado enfrentava dificuldades para organizar e controlar o ensino primário.

> Em realidade, eram muitos e graves os problemas do ensino primário constantemente denunciados pelos educadores na grande imprensa e impressos educacionais: o abandono do poder público em relação ao ensino primário, a insuficiência de vagas, a precariedade da rede de escolas públicas funcionando nos grandes centros urbanos em prédios improvisados e horários intensivos (Souza, 2008, p. 243).

No relato da ex-professora, observamos também que os alunos que incorriam em atos indisciplinares ou cometiam qualquer erro na realização das atividades recebiam punições como forma de disciplinamento. Nessas ocasiões, utilizava-se de situações vexatórias que serviam de exemplo para os demais.

> É perceptível que no regime republicano a disciplina escolar era algo necessário, visto que, era essencial para a formação de uma sociedade adestrada. O que se almejava era um corpo social paciente, moldável e que portasse reações de submissão. E a disciplina trata pontualmente a respeito disso, de um método empregado para endossar o ordenamento das heterogeneidades do ser humano, para mais, ela requer um local onde as práticas das pessoas possam ser observadas, de forma a serem aprovadas ou desaceitas (Luz; Sousa e Melo, 2021, p. 739).

Nessa perspectiva, assim como as professoras utilizavam a disciplina para construir uma cultura escolar pautada na ordem e nas normas, a diretora apoiava-se nas práticas exercidas por elas, contribuindo ativamente para o controle disciplinar da escola. Valendo-se de sua presença e poder, vigiava, amedrontava e desencorajava os estudantes que pensassem em provocar qualquer desordem dentro do grupo escolar.

Sobre essa questão, a ex-professora Maria Carmelita Monte relembra:

> A gente sempre era amiga da diretora, tinha boa relação, às vezes, tinha aquele menino indisciplinado, a gente levava para a presença da diretora para conversar com ele e tudo. Aí nós não perdíamos tempo com aquele aluno indisciplinado e nem deixava a sala abandonada, pois, não tinha auxiliar, era só a professora (Monte, Entrevista, 2025).

Nota-se que, para alcançar os resultados desejados pelo poder público na educação da população, o ambiente escolar precisava seguir os programas de ensino, avaliar as aprendizagens e aplicar a disciplina, garantindo um processo satisfatório.

> Para o bom andamento do ensino simultâneo era indispensável que os alunos mantivessem silêncio e a atenção concentrada na exposição do professor e na realização dos exercícios. Mas a disciplina cumpria, ainda, uma finalidade moral, ela consistia em si mesma num instrumento de formação do caráter das crianças (Souza, 2008, p. 49).

No cerne da educação primária brasileira no século XX, instituída através dos grupos escolares, símbolos de modernidade e civilização, produziu-se uma cultura escolar baseada na expectativa de construir, pela educação, um novo cidadão. As práticas reproduzidas na escola deveriam ser traduzidas não somente na vida escolar das crianças, mas também na vida em sociedade, com vistas a transformar a nação e desenvolver o país.

4 A CULTURA ESCOLAR NO GRUPO ESCOLAR AFONSO MAFRENSE

As investigações sobre o Grupo Escolar Afonso Mafrense, sua história e memória, levam à discussão de aspectos da cultura escolar da instituição, aprofundando o conhecimento sobre normas, condutas e práticas do cotidiano. Entre esses aspectos, destacamos o uniforme escolar, símbolo de identidade e disciplinamento dos corpos dos estudantes; as festas e comemorações cívicas, presentes no imaginário de ex-alunos e ex-professores; e os objetos e materiais utilizados no ambiente escolar, que ao longo dos anos se tornaram parte da cultura material escolar. Nesse sentido, é possível analisar tanto a continuidade de materiais, como globo, mapas, cadernos e livros didáticos, quanto a evolução de outros, como a pena e o tinteiro, verificando sua importância para o ensino e considerando que muitos deles ainda permanecem nos contextos escolares brasileiros.

O estudo da história e da memória sobre o papel das professoras no contexto de democratização do acesso à escolarização, da organização das instituições escolares e da organização social que visava a superação do analfabetismo, bem como a moralização social e o progresso da nação, tornam-se relevantes, visto que para Felix, "a história capta e estuda memórias, constrói-se também com elas, mas história e memória não são sinônimos" (1998, p. 44). Desta forma, deve-se analisá-las cuidadosamente para que se consiga realizar a operação historiográfica descrita por Michel de Certeau (1982) que combina lugar, prática e escrita da história.

A cultura escolar organizada pela atuação profissional das professoras da educação primária orienta e possibilita a utilização de elementos existentes na estruturação do tempo e espaço escolar, constituindo uma rotina cotidiana, com princípios bem estabelecidos através das práticas, dos valores, das normas e regras postas dentro do espaço escolar. Quanto à cultura escolar, utilizamos a afirmação de Julia (2001, p. 10), que a descreve como um

> [...] conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

Nesse sentido, a cultura escolar está presente nas diversas situações e ações desenvolvidas no ambiente escolar, perpassa as relações interpessoais, a identidade, o senso de pertencimento ao grupo social, as práticas culturais, levando à representação da escola como um lugar de organização e trocas culturais, com a finalidade de moldar as crianças e os jovens.

Nas décadas iniciais do século XX, as renovações educacionais incluíam uma formação específica voltada para o magistério. Às professoras estava colocado o desafio de organizar uma educação civilizadora destinada às massas populares. Nesse contexto, as normalistas contribuíram para a organização da cultura escolar no país, e suas práticas pedagógicas influenciaram tanto as relações sociais quanto as práticas culturais em todo o território brasileiro.

As culturas escolares, conforme Faria Filho (2007, p.198), "são o processo e o resultado das experiências dos sujeitos, dos sentidos construídos e compartilhados e/ou disputados pelos atores que fazem a escola". Assim sendo, a ex- professora e ex-alunos, em suas reminiscências sobre o G. E. Afonso Mafrense, guardam o momento do canto do Hino Nacional brasileiro, antes do início das aulas, como uma prática rotineira e que representava o patriotismo, a valorização da nação, despertando nos jovens o orgulho de ser brasileiro.

A ex-professora Maria Carmelita relata que havia uma organização que precedia o momento da aula. Naquela época, segundo ela, "antes de começar a aula tinha que cantar o Hino Nacional; todos os dias a professora organizava sua turma no pátio e cantava com a diretora" (Monte, Entrevista, 2025), tornando esse momento marcante para a vida escolar dos alunos.

Os ex-alunos do grupo escolar também compartilham lembranças desses momentos iniciais, em que o canto do Hino Nacional representava um rito, uma prática cotidiana que se tornou uma atividade cultural, pois expressava o orgulho nacionalista. Nas memórias da ex-aluna Teresa Maria de Araujo, tudo acontecia da seguinte forma:

> Eu estudava de manhã, parece que era 7h20min. até 11h20mim. Nós cantávamos lá fora, todas as turmas, o hino nacional. Quando terminava o hino, a gente seguia o professor e entrava na sala. Lá, nós fazíamos aquela oração do Santo Anjo: "*Santo Anjo do Senhor*" [...] Na hora da saída, tocava a campainha, as professoras deixavam as portas abertas e todos saíam só quando terminasse a tarefa; não saíam se não tivesse terminado a tarefa. Os que eram mais devagar ficavam até concluir (Araújo, Entrevista, 2025).

Já no relato do ex-aluno Antonio de Sousa Sobrinho, percebemos que o canto do Hino Nacional é compreendido como um momento cívico, uma prática cultural da época, representando, de forma implícita, o disciplinamento sobre os corpos dos alunos, o patriotismo e o respeito às normas escolares.

> Invariavelmente, todos os dias se cantava o hino nacional. Era uma forma que a diretora encontrava de disciplinar. Acho que era também uma cultura da época, de todas as escolas, o incentivo ao patriotismo, e o respeito ao hino, à norma. E aí, na hora da saída às vezes, não me lembro se era todo dia, mas tinha um momento também,

> que fazia a mesma fila antes de sair. E às vezes também a professora liberava, e a gente saía (Sousa Sobrinho, Entrevista, 2025).

A normatização do canto do Hino Nacional e a realização das festividades cívicas nacionais nos grupos escolares permitiram a construção da memória e da cultura cívica coletiva.

> A cultura cívica foi responsável por estabelecer leis e decretos que fortaleceram os rituais cívicos a serem cumpridos pelo universus scholaris, tais como os dias em que deveriam ser celebradas as festas nacionais - Decreto n.º 19.488, de 15 de dezembro de 1930 (Coleção 1931/1945) - e a obrigatoriedade do canto do Hino Nacional em todos os estabelecimentos de ensino e associações de fins educativos existentes no país, Lei n.º 259, de 1 de outubro de 1936 (Coleção, 1931/1945). Logo, as comemorações de cunho obrigatório e/ou voluntário festejadas pelos grupos escolares revelam-se também como uma das esferas em que se dá o reconhecimento da memória coletiva (Bencostta, 2006, p. 309).

Para o ex-aluno Ribamar Simeão, falar sobre o Hino Nacional desperta a nostalgia dos momentos em que sua execução ocorria na escola, tornando a experiência prazerosa, ainda que fosse uma prática obrigatória nas instituições espalhadas pelo Brasil.

> Antes de entrar na sala de aula, os alunos se enfileiravam um atrás do outro para cantar o hino nacional. Só podia entrar na sala depois de cantar o hino nacional. Agora eu não sei por que que acabaram com essas coisas. Acabaram com tudo! Eu não sei por que que tiraram latim das escolas. Latim é língua portuguesa, se você sabe português, você tem que saber latim (Simeão, Entrevista, 2025).

Em seus relatos, o ex-aluno recorda um rito que antecipavam as aulas no grupo escolar, oferecendo-nos indícios da regularidade das manifestações cívico-patrióticas, dos simbolismos atravessados pela prática cotidiana de cantar o Hino Nacional brasileiro.

Conforme o entendimento de Melo (2009, p. 138),

> As lições de civismo eram ensinadas cotidianamente tanto nos livros didáticos como em todas as outras atividades escolares, tornando-se uma prática vivida quase que com naturalidade, desde o canto dos hinos nas primeiras horas do dia na escola, nas chamadas horas cívicas. Neste aspecto, o que era ensinado dentro de sala de aula é visto quando da delimitação dos conteúdos trabalhados nas disciplinas cujos objetivos estavam voltados para a construção da memória cívica.

É fato que cantar o Hino Nacional na acolhida escolar representava o patriotismo e os valores nacionalistas propagados pelos republicanos. Os relatos dos participantes da pesquisa evidenciam que esse era um dos elementos marcantes da cultura escolar vivenciados no G. E. Afonso Mafrense. Neste sentido, "a cultura escolar desemboca aqui no remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas que passa por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências" (Julia, 2001, p. 23).

Nessa perspectiva, diretora e professoras normalistas deveriam introduzir e organizar os

comportamentos da cultura escolar através da organização da rotina, e de atividades a serem desenvolvidas no grupo escolar. Com isso, o trabalho dos profissionais escolares reforçava a ideia de tradição, hábitos, e inculcava normas e valores que deveriam ser obedecidos e executados pelos alunos dentro e fora da escola.

> [...] uma das características mais marcantes da cultura escolar primária, ao longo do século XX, talvez tenha sido os seus vínculos com a construção da nacionalidade. O amor à pátria, os valores cívicos e o nacionalismo foram cultivados dentro e fora das salas de aula e deixaram raízes profundas na escolarização da infância (Souza, 2008, p. 67).

As normalistas assumem papel fundamental na educação das crianças altoenses, pois organizam a cultura escolar orientadora da vida em sociedade de acordo com as definições de cidadão e nação projetados pelos republicanos. Portanto, "a cultura produz saberes, modos de agir e comportamentos. Quando observamos as práticas escolares, é possível compreender a força da dimensão cultural da escolarização" (Boto, 2017, p. 283).

No contexto da cultura escolar vivenciada no G. E. Afonso Mafrense, os ex-alunos trazem à tona memórias sobre o recreio da época. Quanto a isso, Julia (2001) afirma que a cultura é também produzida nos pátios da escola, no momento do recreio. Instituído pelo Regulamento Geral do Ensino do Piauí de 1933, o recreio é descrito como uma interrupção de 20 minutos no horário da aula para o desenvolvimento de atividades para recreação. Segundo Fernandes (2023, p. 94), "na organização do tempo escolar, o recreio deveria ser preenchido com jogos, brincadeiras e conversas ao ar livre, sempre que possível".

O ex-aluno Antonio de Sousa Sobrinho relembra o seguinte:

> O recreio era de 9h30min às 10h. E nesse intervalo saiam todas as turmas para o recreio, nesse tempo tinha merenda, eu não me lembro o que era merenda, se era um mingau, sei que nunca faltava merenda. Muita gente também trazia às vezes lanche de casa. E as brincadeiras do período era brincar de jogar bola, as meninas brincando de outra coisa, de rodas. Em geral as meninas ficavam mais quietas (Sousa Sobrinho, Entrevista, 2025).

O recreio, para o ex-aluno Ribamar Simeão, era um momento da rotina no qual as brincadeiras eram realizadas, recordando atividades recreativas, como jogo de peteca e o triângulo. Nesse contexto, havia interação entre os colegas, e um momento para o consumo da merenda escolar.

> O recreio era mais ou menos pelas nove horas. Aí, ia ter a merenda. A merenda era o chamado "leite pau de índio[21]". Eu me lembro demais. Mas, tinha aqueles alunos que tinham mais dinheiro, que compravam o bolo cariri, que a mulher vendia lá fora, quem

[21] Não se sabe ao certo como surgiu esse apelido pejorativo para o mingau servido durante o recreio nas escolas.

> tinha trocado, levava e comprava. A brincadeira do recreio que eu alcancei era peteca. Você abria três buracos no chão e jogava peteca. Outra era o triângulo, era uma ponta de um arame, uma coisa para furar o chão e fazia os desenhos até fazer um triângulo no chão. O triângulo e as petecas eram as brincadeiras (Simeão, Entrevista, 2025).

O recreio e a alimentação escolar também estão presentes nos relatos do ex-aluno Tadeu Morais. Em suas memórias, ele lembra do espaço escolar, das brincadeiras que tanto gostava e da alimentação ofertada pela escola. “Na escola eu gostava muito de brincar, me divertir. Não tinha aquelas quadras que hoje existem lá; hoje está totalmente diferente. Eu brincava de bola, a gente brincava do jeito que queria, e a merenda tinha o leite pau de índio” (Morais, Entrevista, 2025).

Para a ex-aluna Teresa Araújo, o recreio era o momento de descontração, mas também havia um olhar vigilante sobre os alunos, assegurando que eles não se excedessem nos comportamentos. Em suas memórias também surgem cenas sobre a merenda escolar, recordando o que era servido como alimentação na época.

> Eu gostava do recreio e de merendar, tomar o leite, ele se chamava “leite pau de índio”, tomava e ficava de barriga cheia, o recreio era por volta de 9h30min. A dona Maria Luísa, mãe da Margarida era quem ficava de olho no recreio. Já estava com os copos cheios de leite e bolacha. Os meninos saíam da sala e iam lanchar. O leite não era ruim, mas não sei por que ele era forte, tomava ele e doía a barriga da gente (Araújo, Entrevista, 2025).

A merenda escolar, entendida como fonte de alimentação ou complementação alimentar para as crianças carentes que frequentavam o grupo escolar, consolidou-se como política pública a partir do Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955, que instituiu a Campanha da Merenda Escolar. O programa tinha como objetivo assegurar, entre outros aspectos, a saúde dos alunos e a frequência escolar, tornando-se um marco na organização da alimentação oferecida nas instituições de ensino.

> O Programa de Alimentação Escolar, conhecido como merenda escolar, criado em 31 de março de 1955 no governo de Café Filho é um dos mais antigos programas alimentares em execução no Brasil. Desde o início do século XX já haviam medidas para suprir as carências nutricionais dos alunos carentes, com a clara intenção de diminuir o impacto negativo no processo educacional. A criação do programa de merenda escolar, reconhecido pelo Estado como essencial na promoção humana, vem suprir a necessidade alimentar e possibilitar um melhor desempenho escolar (Werle e Crema, 2016, p. 2).

A alimentação escolar tinha como propósito auxiliar na nutrição dos alunos em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, destaca-se o chamado “Leite pau de índio”, leite em pó transformado em mingau, que permanece vivo na memória dos ex-alunos, muitos deles relatando seu alto poder de saciedade. A ex-aluna Teresa Araújo (Entrevista, 2025) enfatiza

que, ao consumir a bebida, “ficava de barriga cheia”.

No que se refere ao recreio e à merenda, a ex-professora Maria Carmelita Monte também oferece apontamentos em seus relatos, evidenciando a importância desses dois elementos na rotina escolar.

> 9h30min às crianças saíam para o recreio, ficavam só brincando, correndo, jogando bola, e era servido o lanche que era Leite Pau de Índio [...] o leite era muito forte. Tinha criança que nem queria tomar porque ficava muito cheio. Aí, durante muito tempo foi servido esse leite, era só doado pela escola. Aí você ia para fila e tomava a merenda, e ficavam brincando, quando a campa batia, voltava para sala dez horas, parava na porta da escola fazia fila no meio e retornava pra aula (Monte, Entrevista, 2025).

O relato da ex-professora Maria Carmelita ratifica as falas dos ex-alunos do grupo escolar. Assim, é possível perceber que, entre as práticas culturais desenvolvidas no recreio, há recordações sobre as atividades de jogar bola, peteca, triângulo, bem como o consumo da merenda escolar.

O grupo escolar era visto como espaço de construção da cultura escolar, em que professoras normalistas e alunos eram entendidos como participantes ativos do processo de organização dessa cultura. Ela se baseava em conhecimentos, comportamentos, modos de pensar e agir que, ao longo do tempo, se consolidaram na formação da identidade dos cidadãos altoenses.

4.1 O uniforme escolar: identidade e disciplinamento

O uniforme escolar surge no contexto de democratização do acesso à educação pública, através dos grupos escolares, e seu papel seria identificar os estudantes, construir uma cultura de normatização e uniformização da escola. Para Fernandes (2023, p.97), “a adoção do uniforme escolar no cotidiano da escola pública ganhou força com o advento da República e com a expansão paulatina do ensino, com o intuito de minimizar as diferenças entre pobres e ricos”. Além disso, estava permeado pelas ideias higienistas para a educação, voltadas para os cuidados com a limpeza e higiene, construindo hábitos saudáveis que deveriam ser introduzidos na sociedade.

Ao identificar os estudantes, o uniforme produzia a ideia de pertencimento àquele grupo social, bem como os vinculava ao cumprimento das normas escolares inculcadas no cotidiano escolar. Além disso, reforçava a disciplina e a igualdade entre os alunos, tornando-se parte da rotina escolar.

No que se refere ao uniforme, para além de sua função de proteger e cobrir os corpos dos estudantes, ele se apresentava como vestimenta adequada ao ambiente escolar, pois estava em conformidade com o Regulamento Geral do Ensino, Capítulo VIII – Dos alunos e seus deveres: “Art. 185 – São deveres do aluno: a) comparecer à escola decentemente vestidos, de acordo com a sua situação individual, e convenientemente asseados” (Piauí, 1933, p. 41). Assim, os alunos uniformizados estavam adequadamente vestidos para frequentar a escola, corroborando a ideia de normatização através do uniforme.

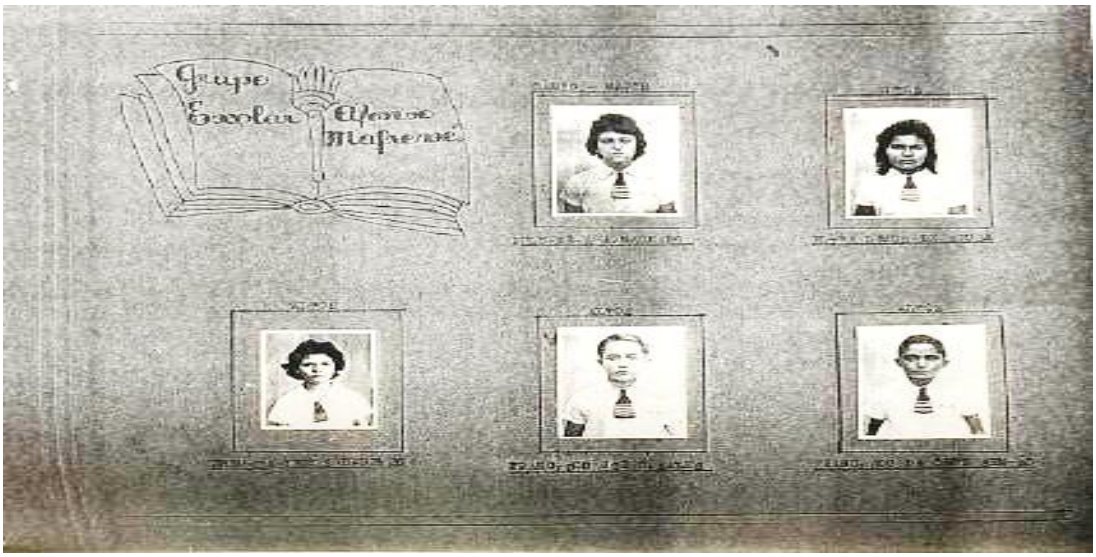
> Das intenções iniciais para adoção dos uniformes, outras foram incorporadas e, apesar de eles terem sido descartados em alguns períodos de nossa história, não deixaram de ser adotados, seja como componentes de controle dos corpos, seja como estratégias de visibilidade a projetos institucionais e governamentais (Ribeiro e Silva, 2012, p. 578).

Ao servirem ao projeto republicano, os uniformes deveriam representar para a sociedade a importância dada à educação pelo governo, dando visibilidade à escola e suas práticas, e mostrando a sua capacidade de moralizar e orientar os estudantes, moldando-os para uma nação em desenvolvimento.

Como mecanismo de identificação, podemos analisar a partir das falas dos ex-alunos e ex-professora do G.E. Afonso Mafrense, que os uniformes e seus modelos ao longo do tempo, ficaram em suas memórias. De acordo com a ex-professora Maria Carmelita do Monte, o uniforme era composto por “camisa branca e calça para os meninos, e saia social de prega para as meninas, e a gravatinha com as listras, primeiro ano era uma, ai segundo era duas, terceiro e quarto e assim por diante” (Monte, Entrevista, 2025). Desse modo, para além da adoção do uniforme, havia o cuidado com a estética da vestimenta para ambos os sexos, diferenciando a parte inferior do uniforme, visto que para os meninos era adotada a calça e, para as meninas, a saia social de prega.

Quanto aos uniformes escolares, Silva (2019, p. 197) afirma que “ao uniformizar esteticamente os corpos mediante uma única forma de vesti-los, a escola moraliza os alunos, pois faz uso do ato de vestir para transformar a moral em prática, inserindo-a no comportamento discente”, orientando o tipo de roupa ideal para cada gênero, baseando sua determinação na apropriação dos valores morais. Nesse sentido, o uniforme não apenas padronizava a aparência, mas também reforçava regras de conduta. Ele funcionava como instrumento de disciplina e controle, ao mesmo tempo em que fortalecia a ideia de pertencimento ao espaço escolar.

Figura 19 - Alunos utilizando uniforme escolar em fotografia escolar nos anos 70



Fonte: Acervo Carlos Dias

A ex-aluna Teresa Maria Araújo também relata sobre a utilização do uniforme escolar. Ela lembra que "o meu uniforme era a blusa com a gravatinha com o ano que a pessoa estudava e sainha de preguinhas" (Araújo, Entrevista, 2025). Ao analisar a fotografia escolar, com parte da turma dos anos 1970, podemos observar que os estudantes estavam vestidos com o uniforme escolar, e posando para a foto da formatura da turma. A fotografia, como fonte histórica, proporciona um apoio, uma representação do passado. Segundo Kossoy (2012, p. 34), "o estudo das imagens é uma necessidade; um caminho a mais para a elucidação do passado humano".

A utilização da gravata com listras correspondentes ao ano escolar dos estudantes fazia a diferenciação entre os alunos de cada ano do curso primário, podendo ser vista como uma distinção intelectual entre eles. Nesse sentido, "em especial a partir dos anos 1930 com o movimento escolanovista, os uniformes escolares caracterizaram-se, também, como artefatos de 'distinção intelectual', grifando nos corpos àqueles/as que a escola frequentavam" (Beck, 2014, p. 139).

Essa diferença intelectual também pode ser entendida no acesso à educação primária. O uso do uniforme era visto pela sociedade como um sinal de diferença social entre quem podia estudar e quem não podia, por causa das condições econômicas e sociais. Assim, os alunos que frequentavam os grupos escolares ficavam visíveis, enquanto os demais permaneciam invisíveis.

O ex-aluno Ribamar Simeão, em seus relatos sobre o uniforme escolar, relembra aspectos da materialidade dessa vestimenta e também revela um pouco sobre a dificuldade de continuidade dos estudos, em virtude da falta de escolas de ensino secundário em Altos, como

também sobre a aquisição dos uniformes.

> O uniforme era calça azul, camisa branca e gravata pendurada no pescoço. Se a gravata tivesse uma listra, era o primeiro ano primário; se tivesse duas, era o segundo ano; três listras, terceiro ano; quatro listras, até chegar no último ano, que já era o quinto ano, que era chamado o pré-exame de admissão, se preparando para o exame de admissão. A pessoa tinha que estudar em Altos e fazia a prova em Teresina, porque aqui não tinha o antigo ginásio, só tinha o primário. Eu mesmo fui estudar em Teresina. Passei um ano estudando o curso de admissão ao ginásio para fazer o exame de admissão, uma peneira. Quando dizia: "faça uma dissertação, faça uma descrição", rapaz, tinha que tá preparado. Só que o livro de exame de admissão, ele ensinava a fazer dissertação e descrição. Hoje eu não sei não, porque não se ensina. O uniforme da escola os pais tinham que comprar: as mulheres, era uma saia azul de prega; e os meninos, de calça curta, com a gravatinha (Simeão, Entrevista, 2025).

O relato de Simeão deixa claro que o uniforme era comprado pelos responsáveis pelos alunos, reforçando que a escola influencia diretamente na produção e no consumo de produtos, materiais e artefatos (Vidal; Alcântara, 2024). Isso também se confirma na narrativa do ex-aluno Antonio de Sousa Sobrinho, que afirma:

> Todos os alunos eram fardados. O uniforme era calça curta azul, camisa branca. E as meninas saia azul, a camiseta com o nome. Não me lembro de ter usado gravata, e o tênis ou o sapato, geralmente era o sapato que era exigido, era tudo comprado pelas famílias (Sousa Sobrinho, Entrevista, 2025).

Conforme narrativa dos ex-alunos, havia a exigência do uniforme e, além disso, do uso de calçados como sapato ou tênis para os alunos. Percebemos, a partir dos relatos dos participantes da pesquisa, que o uniforme poderia contribuir para o afastamento ou exclusão de crianças da escola pública, em razão da ausência de recursos para aquisição dos itens por parte de seus responsáveis.

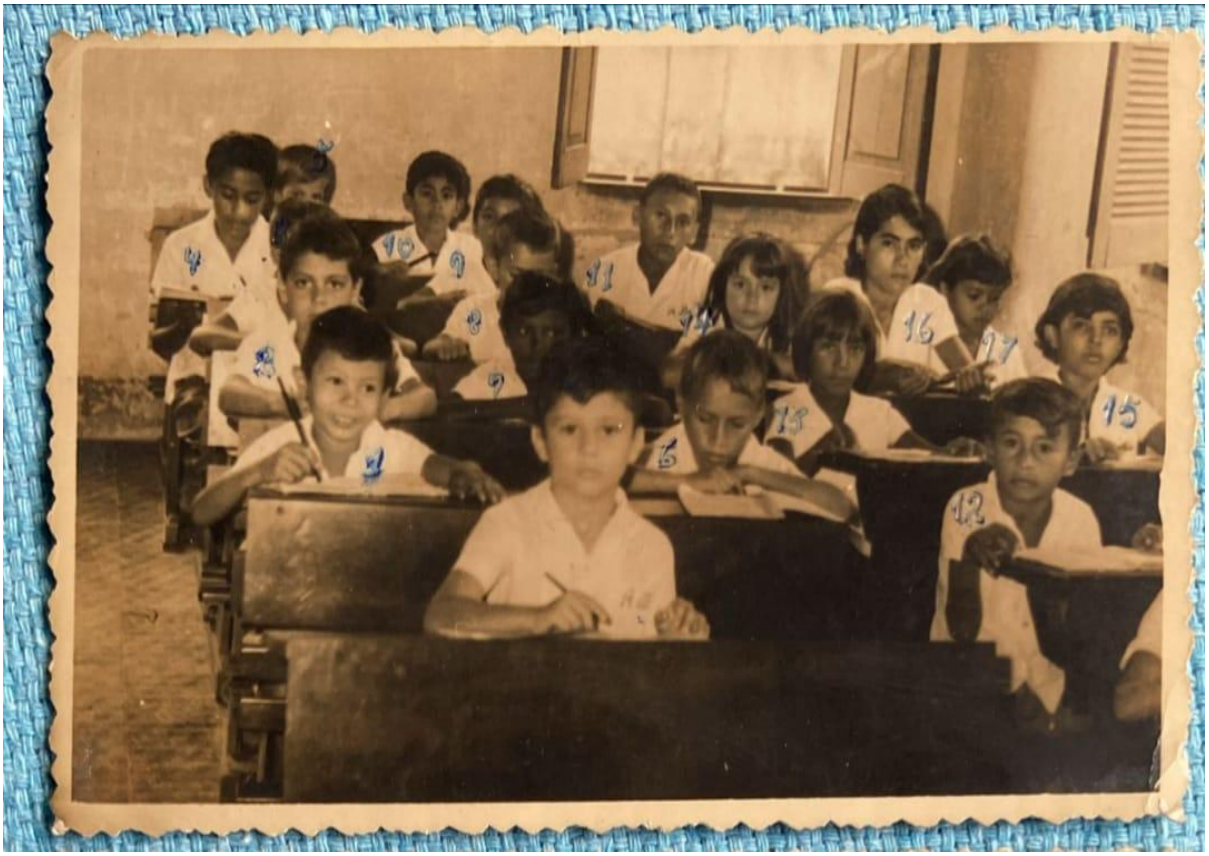
A ex-professora Maria Carmelita, quando questionada sobre a Caixa Escolar, mecanismo que auxiliaria na assistência aos alunos em vulnerabilidade, declara que não recordava: "mas, que tinha essa Caixa, tinha. Era insignificante. Um valor simbólico" (Monte, Entrevista, 2025). Nesse sentido, não foram encontradas outras fontes que pudessem explicar sobre a existência da Caixa Escolar nesse período.

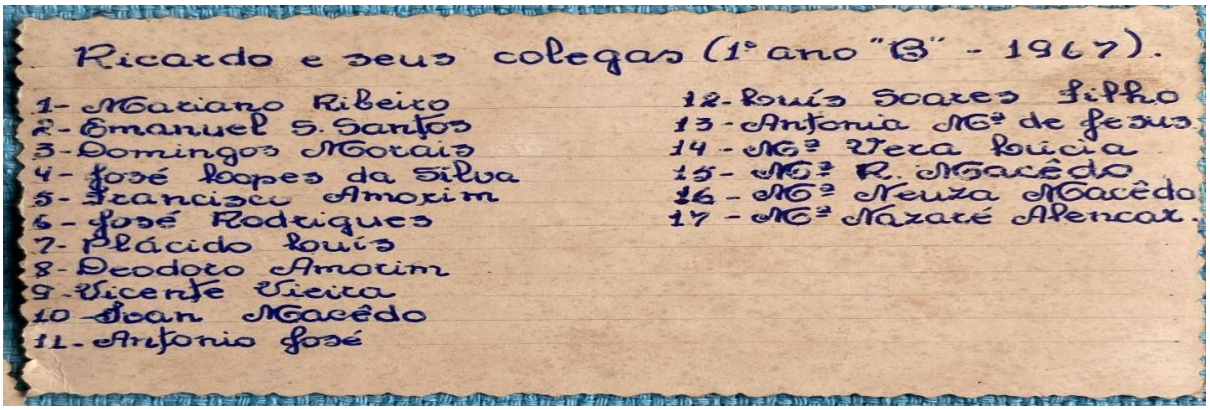
Os relatos mostram que o uniforme escolar, incluindo roupas e calçados, era uma exigência e precisava ser comprado pelas famílias. Isso evidencia como a escola influenciava diretamente no consumo de produtos e como essa obrigação podia pesar sobre os responsáveis, já que nem todos tinham condições de arcar com os custos.

Também fica claro que essa exigência podia gerar exclusão de crianças da escola pública, pois a falta de recursos dificultava o acesso. A lembrança da ex-professora sobre a Caixa Escolar reforça que havia algum tipo de auxílio, mas de valor muito pequeno, incapaz de

atender de forma significativa os alunos em vulnerabilidade.

Figura 20 - Alunos do Grupo Escolar Afonso Mafrense uniformizados[22]





Fonte: Acervo Professora Zezita Barbosa (1967).

Fotografias escolares nos ajudam a compreender o cotidiano do grupo escolar. Assim, Kossoy (2012) orienta para o entendimento de que a fotografia é um importante documento visual. Na fotografia acima, referente aos alunos da turma do 1º ano "B" do Grupo Escolar Afonso Mafrense, de 1967, observamos que todos eles aparecem uniformizados, o que indica a obrigatoriedade de sua utilização. Também é possível levantar outras reflexões: ao analisar a

[22] Fotografias disponibilizadas pelo Professor e Historiador altoense Carlos Dias.

quantidade de alunos da turma, percebemos uma maior presença de alunos do sexo masculino, treze (13), e somente cinco (5) do sexo feminino, de um total de dezoito (18) alunos.

Sobre a educação das mulheres no Brasil, de acordo com Ribeiro (2000), a educação feminina, desde o Brasil colônia até meados do século XIX, enfrentou grande desvantagem em relação à educação masculina. Durante muito tempo, elas não tiveram acesso à instrução, leitura e escrita, sendo preparadas para os trabalhos domésticos. Assim, pode-se considerar que o quantitativo inferior de mulheres na turma do 1º ano "B" pode ter sido influenciado por esta concepção de que as mulheres deveriam estar envolvidas nas atividades domésticas e maternais, e não necessariamente na instrução escolar.

Além disso, é possível perceber que meninos e meninas não se sentavam nos mesmos bancos, lado a lado, representando a ideia de separação de gênero dentro das salas de aula. As carteiras escolares possuíam assento duplo em madeira ripada e tampo em madeira maciça, servindo de base para a acomodação dos materiais escolares utilizados pelos estudantes.

Sobre essa composição de mobiliário que ocupava o espaço da sala de aula, (Castro e Silva, 2011, p. 209) pontuam:

> Bancos e cadeiras ordenavam espaços e sujeitos dentro de um universo delimitado. Na escola, mesa e cadeira encontram força singular que as transformaram em objetos com atuação direta na higiene do corpo, na disciplina, no conforto e na aprendizagem. Perpetuaram-se como objeto fundamental para um bom ensino.

Portanto, é possível afirmar que as carteiras escolares atendiam ao projeto de disciplinar os corpos dos estudantes no espaço escolar, bem como os uniformes. Estes, para além de uniformizar, homogeneizando e padronizando os alunos, também orientava para a representação da minimização das desigualdades sociais entre os alunos a partir da vestimenta.

> [...] a adoção de um modelo único representaria, além de um aspecto de ordenamento e disciplina, o pressuposto aparente de igualdade de condições. Os uniformes prestavam-se, assim, a padronizar os alunos, mascarando as condições sociais por meio de um modelo único de roupa (Ribeiro e Silva, 2012, p. 585).

O ordenamento e a disciplina escolar deveriam ser incorporados pelos estudantes em sua vida cotidiana, de modo que os mesmos comportamentos fossem esperados tanto dentro quanto fora do ambiente escolar. Ao estarem uniformizados, deveriam agir conforme as regras e condutas inculcadas pela escola. Nesse sentido, Silva (2019, p. 198) observa: "No que diz respeito à disciplina, o uso desse vestuário também estendia o regimento interno da escola para além de seus portões, pois os alunos, onde quer que estivessem, quando uniformizados, deveriam respeitar as normas escolares".

Portanto, os uniformes eram símbolos da identidade e do disciplinamento escolar. Assim, os valores e ideais escolares deveriam ser absorvidos pelos alunos e transmitidos por eles à sociedade.

> Ao instituir o uso dos uniformes, a escola fez dessas roupas uma de suas marcas na formação dos indivíduos e no espaço público ao dar visibilidade às suas cores e aos modelos escolhidos para serem exibidos nos corpos dos alunos, transformando-os em práticas da vida escolar e em elementos da cultura dessa instituição (Silva, 2019, p. 224).

O uniforme escolar, como elemento da cultura material da escola, está marcado de intenções, entre elas a valorização da escola, através do senso de pertencimento, disciplina por meio da exigência do cumprimento das normas escolares dentro e fora da escola, higienização e respeito ao corpo pelo zelo à vestimenta escola, e a ideia de superação das desigualdades sociais através de vestimenta única para todos os alunos do grupo escolar, utilizada cotidianamente e também nas atividades cívicas e festivas da escola.

4.2 Comemorações e festividades escolares: instrumentos de formação cívica e cultural

As comemorações e festividades escolares no G.E. Afonso Mafrense, bem como nos demais grupos escolares espalhados pelo Brasil no século XX, integraram a construção da cultura das instituições e possuíam um caráter pedagógico. Segundo Melo, “a função pedagógica da festa é educar a população para a civilidade, para a estética e para as normas morais de comportamentos” (2009, p. 100).

Além de educar, as festividades também possuíam caráter cívico que buscava apresentar para a sociedade os resultados do processo educativo, validando a escola como o lugar de construção e disseminação de práticas culturais e promoção de valores indispensáveis para o desenvolvimento do país. Para Cândido (2021, p. 2), “as solenidades eram ocasiões públicas nas quais os alunos poderiam se apropriar de maneiras diferentes dos espaços e dos saberes escolares, ou seja, atribuindo a essas ocasiões, significados diferentes dos rotineiramente vivenciados”.

Entre as festividade e comemorações escolares, buscava-se produzir conhecimentos sobre o país, escola e natureza, tendo em vista introduzir os alunos e a comunidade nas atividades, como desfiles, apresentações e outras celebrações: essas atividades festivas escolares fazem parte das memorias dos participantes.

Na perspectiva de Rocha e Sousa (2024, p. 15), “todas as festas tinham um objetivo

central de inculcar em alunos, professores e comunidade a fidelidade à Pátria por meio das várias datas que a celebrava de diversificadas maneiras". Para além dessa compreensão, conforme pontua Veiga (2000), as festas escolares almejavam a criação de uma identidade nacional única, e a escola era o espaço legítimo para tal.

Entre as comemorações realizadas pelo G.E. Afonso Mafrense, destacou-se aquela em homenagem ao aniversário do Presidente Getúlio Vargas, ocorrida na cidade de Altos. O evento ganhou repercussão e foi registrado no Diário Oficial de 25 de abril de 1940, sob o título "O aniversário do Presidente Vargas em Altos".

> Como sempre acontece, em se tratando de solenidades cívicas, a aprazível cidade de Altos, pelo seu governo e pelos elementos de maior destaque da sua digna sociedade, comemorou com dignamente, a 19 do corrente mês a passagem do aniversário natalício de S. Exa. o sr. Presidente Vargas. Povo patriota e ordeiro, tendo à frente o seu ilustre Prefeito, Cel. Lourenço Barbosa, tem ele verdadeira fé nos grandes destinos do Brasil e confiança inabalável no grande Presidente a quem, há 10 anos, estão entregues os supremos destinos da Nacionalidade, para completa felicidade nossa. Pela manhã daquele dia, realizou-se no Grupo Escolar Afonso Mafrense uma estrondosa manifestação ao grande Presidente da República, Durante à qual fez uso da palavra a profecta educadora piauiense Alcides Paz, que, em palavras repassadas de brasilidade, diz-se do significado da solenidade enaltecendo a obra imorredoira que o Presidente Getúlio Vargas vem desenvolvendo no seu Governo. Durante o seu discurso que foi muito aplaudido, a Prof. Alcides Paz frisou com especial encômios a grande obra desenvolvida pelo Governo Federal no tocante a maternidade e a infância, Com a recente creação do Departamento Nacional da Creança que veio aumentar de muito o prestígio de que goza o sr. Getúlio Vargas no seio das Mães Brasileiras. Em seguida houve imponente desfile escolar pelas principais ruas e praças da cidade, durante o qual ainda se fizeram ouvir vários oradores. [...] A Altos viveu, efetivamente, um dia de grande agitação cívica e a sua laboriosa população reafirmou eloquentemente, o alto conceito em que tem o Presidente Vargas (Piauí, 1940, p. 5).

Na notícia, é possível perceber os indícios do envolvimento da comunidade escolar, quando o correspondente do Diário Oficial cita que a professora Alcides Paz discursou em homenagem ao Presidente Vargas, destacando as obras do governo vinculadas à preservação e cuidados com a infância altoense, e a participação dos alunos do G. E. Afonso Mafrense em desfile pela cidade, representando a civilidade e o patriotismo na referida celebração. Nitidamente a imprensa oficial utilizava-se desse tipo de festividade escolar para enaltecer o governo e a figura do presidente Vargas.

> O investimento em torno da imagem de Vargas foi responsável por inserir a data de seu aniversário no calendário de comemorações cívicas como instrumento de convencimento, o que levou alunos a trocarem os bancos das escolas pelos desfiles nas ruas do país em homenagem ao senhor Vargas (Bencostta, 2006, p. 303).

O presidente utilizou-se do populismo como mecanismo de propagação das ações do governo, e as festividades escolares tinham o poder para atingir a sociedade representando a

importância dos símbolos nacionais.

De acordo com Aguiar Júnior (2014, p. 7):

> A bandeira brasileira e a figura de Getúlio Vargas foram os símbolos mais explorados nas representações visuais do Estado Novo. As imagens e símbolos eram difundidos nas escolas com o objetivo de formar a consciência cívica do pequeno cidadão e de todos os outros componentes que integravam o ambiente escolar.

Sobre as festividades e comemorações escolares, o Regulamento Geral de 1933, em seu Capítulo V, que regula sobre as festas e comemorações, detalha sobre a organização desses momentos escolares no período. Inclusive, algumas dessas festividades são rememoradas pelos alunos do grupo escolar, como o 7 (sete) de Setembro, o Dia da Árvore e o Dia das Mães.

> Art. 173-As festas escolares, que terão por fim interessar o povo na educação da criança, despertar o estímulo e a emulação entre os alunos, e possibilitar a sua necessária socialização, deverão ser promovidas por todas as autoridades do Ensino.
> Art. 174-As grandes datas nacionais e estaduais serão comemoradas com um programa adequado, em todos os estabelecimentos públicos.
> Art. 175-Realizar-se-ão também, anualmente:
> a) a Festa da Árvore, a 21 de setembro;
> b) a Festa da Bandeira, a 19 de novembro;
> c) a da entrega de certificados do curso e prêmios, no primeiro domingo ou feriado após os exames (Piauí, 1933, p. 39).

Na organização do calendário escolar anual, deveria ser respeitada essas datas pré-determinadas no Regulamento, a fim de se pudesse realizar as atividades com a participação dos alunos e o envolvimento da sociedade local.

De acordo com Melo (2009, p. 131):

> Todas as crianças, jovens estudantes dos vários estabelecimentos, das escolas públicas e privadas, de todos os níveis de ensino e de professores eram convidados a participar das várias comemorações cívicas, um chamamento como uma lembrança da obrigação e da relação de fidelidade ao Estado, não esquecendo que todos tinham que participar e de não deixar de lembrar que o futuro do país lhes pertencia.

Portanto, a escola, como lugar social, deveria promover, com o apoio das festividades e comemorações escolares, uma educação ativa, onde alunos se tornassem parte integrante do processo educativo. Além disso, ensiná-los sobre a história do Brasil, seus símbolos e valores, para a construção da identidade nacional brasileira. Para Félix (1998, p. 42),

> A memória acaba quando se rompem os laços afetivos e sociais de identidade, já que seu suporte é o grupo social. E este que permite a reconstrução de memórias, pois quem desaparece é o indivíduo e não o grupo. Essa dimensão social da memória e da identidade explica também por que não podemos considerar identidade como um dado pronto, um produto social acabado; ao contrário, a identidade tem que ser percebida, captada e construída e em permanente transformação, isto é, enquanto processo. Logo, a identidade pressupõe um elo com a história passada e com a memória do grupo.

Sobre as festividades escolares, os relatos dos ex-alunos trazem reminiscências dos momentos vividos nas atividades festivas em que estiveram presentes, construindo assim uma memória coletiva sobre esses acontecimentos. O ex-aluno Antonio de Sousa Sobrinho lembra em especial das festividades cívicas em comemoração à Independência do Brasil.

> Eu me lembro do 7 de setembro, quando a gente participava do desfile. Eu sei que todas as datas tinham festa, mas, assim, não tenho muitas lembranças. O Dia da Árvore também havia celebração, mas, no 7 de setembro, o desfile era feito na rua da escola até a prefeitura e voltava. Todos os alunos participavam fardados (Sousa Sobrinho, Entrevista, 2025).

A ex-professora Carmelita Monte também guarda em suas memórias os momentos cívicos realizados pela escola. Nessas lembranças, ela reafirma o patriotismo aos símbolos pátrios por meio da utilização das cores da bandeira nacional e do canto do Hino Nacional.

> Tinha a festa de 7 de Setembro; os meninos vestiam a farda, não tinha essas alegorias de hoje, não. Eles faziam o desfile fardados; às vezes, colocávamos uns laços verdes e amarelos na farda. As famílias compravam o fardamento e, desde o primeiro dia, já vinham fardados. O desfile era na avenida, vinha até a prefeitura e voltava. Cantava-se o hino durante o desfile (Monte, Entrevista, 2025).

Ao analisar o relato da ex-professora, podemos verificar elementos do civismo e do patriotismo na afirmação de que os alunos do grupo escolar deveriam estar uniformizados. Por vezes, acontecia a utilização de laços nas cores verde e amarelo, cores da bandeira nacional, presos aos uniformes dos estudantes. Há também a ênfase na recordação da utilização do fardamento desde o primeiro dia de aula, reforçando a representação social e o disciplinamento inserido na prática de utilização do uniforme escolar. Verificamos ainda a valorização dos espaços e repartições públicas, ao rememorar que o desfile cívico percorria as ruas e avenidas da cidade em direção à prefeitura municipal, e que, durante o trajeto, todos cantavam o hino nacional.

Para a ex-aluna Teresa Araújo, as memórias mais importantes do período em que estudou no G. E. Afonso Mafrense são as das festividades escolares. Ela recorda com detalhes sobre a sua participação nas atividades. Em uma dessas, cantou uma música em homenagem ao Dia das Mães, chamada “Oh, Minha Mãe, de Manuel Julião”.

> Eu adorava as festas; eu saía nas coisas da escola. As professoras ensinavam as músicas para as apresentações. Tinha a festa do Dia das Mães, uma festa do milho; pegava os pés de milho, o milho e levava pra escola. No dia 7 de setembro, iam todas as escolas para o desfile; saíamos da caixa d’água e íamos até chegar na igreja. Nos festejos de São José, a gente ia para a missa, todos fardadinhos; levávamos até joias para o leilão. Nossas professoras eram boas, muito boas; a escola era boa demais... Os

> desfiles, quadrilhas... as festas eram lá dentro, na parte de trás, eram animadas. Eu participava das festividades; no Dia das Mães eu cantei uma música com mais três colegas. Ainda lembro: a música[23] era "Oh, minha mãe, o que será de nós quando você faltar um dia, oh, minha mãe...". A festa foi no Ideal Clube, onde hoje é o Banco do Brasil (Araújo, Entrevista, 2025).

A nostalgia toma conta do relato da ex-aluna ao recordar o calendário de festividades escolares, e também de sua apresentação no dia das mães. Souza (2017, p. 137) afirma que "o canto e a poesia eram cultivados, avivando o sentimento cívico-patriótico". Teresa se emociona ao recordar que se apresentou em um clube da cidade, chamado Clube Ideal[24], na presença da comunidade e de seus familiares, e se emociona novamente ao relembrar as professoras e de como adorava participar dessas atividades, corroborando com Cândido (2021, p. 8)

> As festas escolares foram apresentadas como atividades educativas exemplares da concretização das premissas renovadas que colocam o educando no lugar central no processo de ensino e aprendizagem, capaz de ao mesmo tempo desenvolvê-lo cognitivamente e emocionalmente. Ela deveria ser a ocasião privilegiada para o educando ser visto e se fazer ver, de incitar o interesse da criança pelo evento que estava sendo comemorado, despertar seu intelecto, seus sentimentos e suas emoções.

Para o ex-aluno Ribamar Simeão, as festividades escolares não tiveram o mesmo impacto em sua vida escolar como para os demais participantes. Ele não recorda especificamente das práticas atreladas às festividades, mas lembra ter recebido o certificado de conclusão do ensino primário. Nesse sentido, declara: "O certificado que a gente recebeu era um boletim de aprovação. Foi aprovado e concluiu, que era no último ano do ensino primário. Festa, eu me esqueci, não tenho lembrança. Se foi feito, literalmente, se perdeu..." (Simeão, Entrevista, 2025).

> Em realidade, as comemorações cívicas, as festas escolares e práticas como o escotismo, o orfeão infantil, o culto ao pavilhão nacional, a entrega do primeiro livro, a distribuição de prêmios e diplomas, entre outras, contribuíram para a disseminação de ideias, valores e representações sociais ligados à constituição da nacionalidade o respeito aos símbolos nacionais, o sentimento de patriotismo, a legitimação do imaginário sociopolítico, o cultivo da memória nacional e ao reconhecimento do valor social e cultural da escola (Souza, 2008, p. 69).

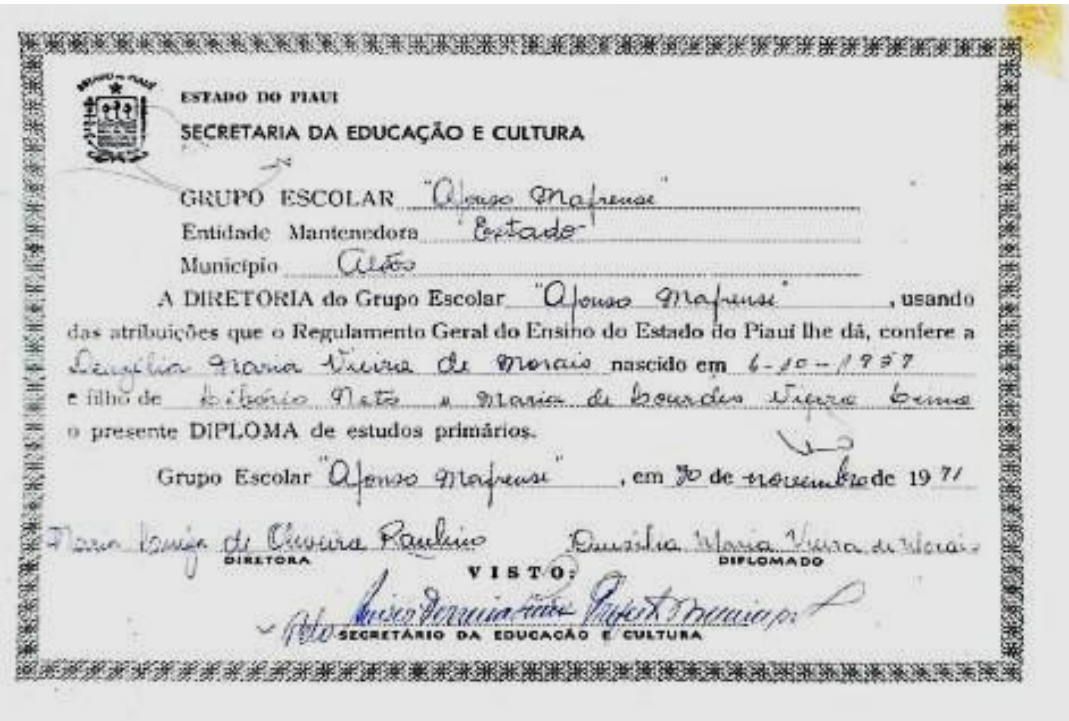
---

[23] Cantiga "Oh, Minha Mãe" (Completa):
Oh, Minha Mãe
O que será de nós quando você faltar um dia Oh, Minha Mãe
Quando você não estiver mais aqui
Será que o mundo vai continuar a girar
Será que o céu vai continuar a brilhar
Ou vai ser tudo tão escuro e sem cor
Sem o teu amor, sem o teu calor
Oh, Minha Mãe
O que será de nós quando você faltar um dia.
(Música de 1940, autoria de Manuel Julião, gravado por Manuel Branquinho).

[24] O Clube Ideal encontrava-se localizado onde hoje funciona a agência bancária do Banco do Brasil, e pertencia à família da ex-professora do G.E. Afonso Mafrense, Maria Carmelita Sousa do Monte.

O diploma de conclusão do ensino primário, segundo o Regulamento do Ensino de 1933, orientava que, no boletim escolar, deveriam constar as notas e a frequência dos alunos. Os certificados explicitavam as notas dos anos de estudo no grupo escolar e, a partir dessa certificação, os alunos concluintes do ensino primário tinham a possibilidade de realizar o exame de admissão ao ensino secundário, para cursar o ginásio.

Figura 21 - Certificado de conclusão do ensino primário



ESTADO DO PIAUI
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

GRUPO ESCOLAR "Afonso Mafrense"
Entidade Mantenedora Estado
Município Alto

A DIRETORIA do Grupo Escolar "Afonso Mafrense", usando das atribuições que o Regulamento Geral do Ensino do Estado do Piauí lhe dá, confere a Deuzelia Maria Vieira de Morais nascido em 6-10-1957 e filho de Libório Neto e Maria de Lourdes Vieira Lima o presente DIPLOMA de estudos primários.

Grupo Escolar "Afonso Mafrense", em 30 de novembro de 1971

Maria Lúcia de Oliveira Paulino
DIRETORA

Deuzelia Maria Vieira de Morais
DIPLOMADO

VISTO:

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Fonte: Acervo Deuzelia Morais, ex-aluna do Grupo Escolar Afonso Mafrense (1971).

As fontes encontradas revelam a existência da solenidade de Conclusão do Ensino Primário. A partir delas, percebemos indícios da organização escolar na preparação do encerramento do ciclo de escolarização realizado no grupo escolar.

Sobre o registro por meio de fotografias, Bencostta (2011, p. 400-401) assegura:

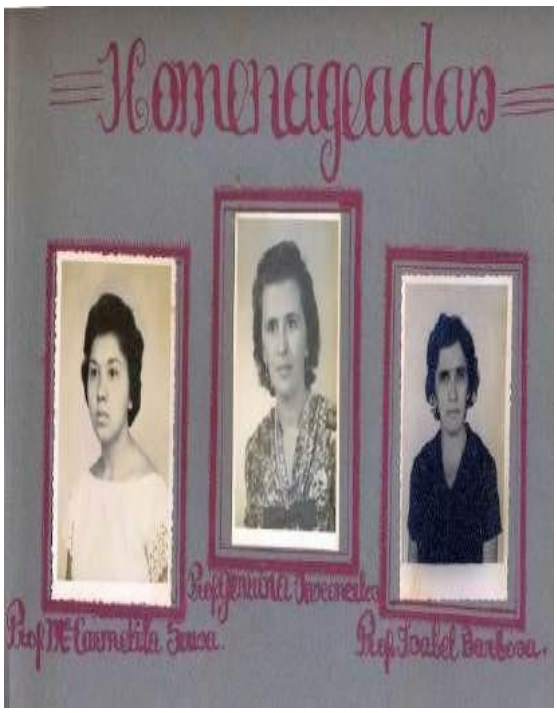
> [...] podemos afirmar que tais registros são objetos culturais que guardam fortes vínculos entre a memória dos personagens da escola e a memória da própria instituição, visto que enquanto documentos, essas fotografias se consistem em testemunho e representação da escola primária em determinada época, pois revelam a um só tempo o modo de ser, mas também o de se conceber a escola; além de revelar formas determinadas de os sujeitos se comportarem e representarem seus papéis - professor, aluno, classe etc. Elas trazem informações sobre a cultura material escolar, como os arranjos espaciais (arquitetura), as relações sociais, os contextos humanos (professores, alunos, diretores e suas respectivas posturas) e sobre as práticas escolares (festas de encerramento do ano letivo, entrega de diplomas, desfiles e comemorações cívicas, solenidades, etc.).

Pelas fontes imagéticas, podemos verificar a produção de um portifólio com fotos dos participantes da solenidade. Entre elas, as fotografias do então prefeito de Altos, Francisco Raulino; das professoras homenageadas: Maria José Barbosa, Francisca de Sousa, Maria Carmelita Sousa, Genuina Vasconcelos e Isabel Barbosa; da professora Luiza Almeida, titular da turma concludente; e da diretora do grupo escolar, Maria Luiza Raulino, bem como dos alunos concluintes do ensino primário no ano de 1960, evidenciando a importância da solenidade para a representação social da escola.

É óbvio que a representação fotográfica reflete e documenta em seu conteúdo não apenas uma estética inerente à sua expressão, mas também uma estética de vida ideologicamente preponderante em um particular contexto social e geográfico, em um momento preciso da história. Estética e ideologia são componentes fluidos e indivisíveis, implícitos na representação fotográfica (Kossoy, 2012, p. 144-145), ou seja, a fotografia não mostra apenas uma forma estética, mas também revela valores e ideologias presentes em determinado tempo e lugar. Ela registra a vida social e cultural de um contexto específico, funcionando como documento histórico. Estética e ideologia aparecem juntas e não podem ser separadas. Assim, cada imagem carrega sentidos que vão além da sua aparência.

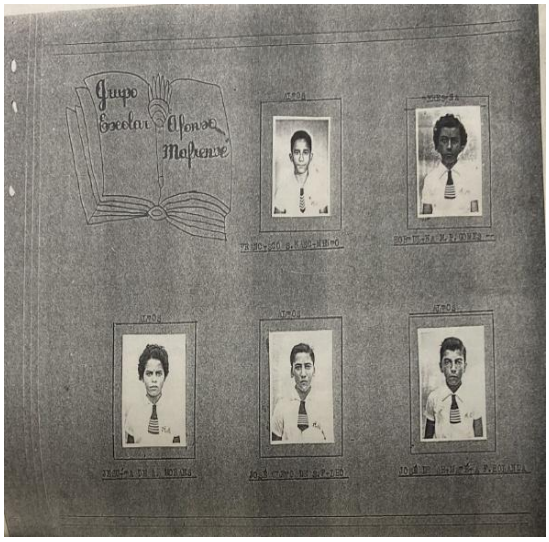
Figura 22 - Fotografias da turma de 1960



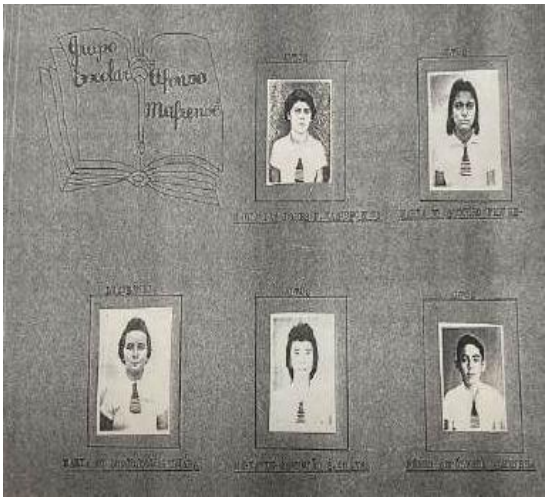


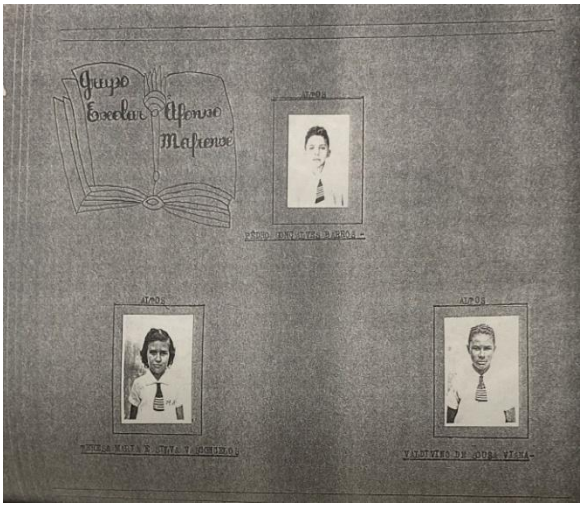

Homenageadas

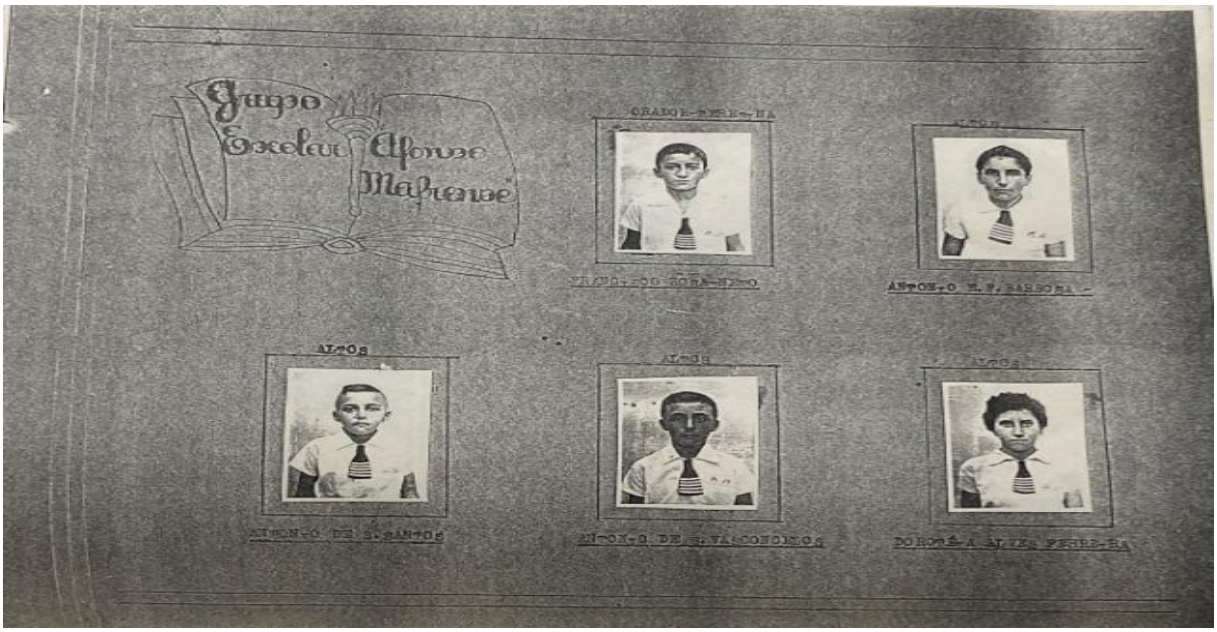

Profa Tuma
Luiza M.a Almeida.


Grupo Escolar Afonso Mafrense


Patrono
Prof. Francisco Kuster


Grupo Escolar Afonso Mafrense


Grupo Escolar Afonso Mafrense



Fonte: Acervo de Carlos Dias.

O portifólio produzido com as fotografias das professoras, da diretora, do prefeito do município e dos estudantes concluintes do ensino primário na década de 60 do século XX expressa a relevância deste momento escolar, que fez parte de sua cultura, pois registra a presença daqueles que fizeram parte da história da instituição, produzindo memórias acerca do acontecimento. De acordo com Burke, "fotografias podem ser consideradas ambas coisas: evidência da história e história" (2004, p. 29). Logo, a partir da crítica sobre elas, é possível utilizar-se de seu testemunho para a compreensão do passado.

4.3 Os materiais escolares e a produção da cultura material da escola

A produção da cultura escolar, além de estar relacionada às práticas desenvolvidas no ambiente escolar e nas relações entre os participantes do processo educativo, também atravessa os objetos e materiais utilizados no cotidiano, como materiais escolares, livros, mobiliário e a própria estrutura do prédio escolar.

De acordo com Souza (2007, p. 163),

> [...] foi no século XIX que a construção de prédios escolares, o surgimento de moderno mobiliário escolar e novos materiais de ensino proliferaram de forma considerável articulando-se com a moderna pedagogia, o processo de escolarização em massa e a expansão do mercado industrial.

A expansão do ensino público e a necessidade de adoção de materiais que auxiliassem

a prática educativa levaram a produção da cultura material escolar. Assim, a escola criou tanto a necessidade quanto estimulou o consumo de materiais e produtos em escala industrial ou artesanal.

Além disso, esse movimento contribuiu para padronizar práticas escolares e fortalecer a identidade das instituições de ensino. A presença dos novos materiais tornou as aulas mais organizadas e funcionais. Dessa forma, a escola passou a influenciar diretamente o cotidiano dos alunos e das famílias.

> [...] a história da materialidade da escola é, em alguma medida, a história de como o poder público do Estado foi se organizando burocrática e administrativamente para assumir a responsabilidade pela criação e manutenção das instituições oficiais de ensino e para dar conta do provimento material e mobiliário das escolas espalhadas por seu território. E, ao mesmo tempo, a história da relação entre os setores público e privado na prestação de serviços à população (Vidal; Alcântara, 2024, p. 50).

No século XX, a introdução dos grupos escolares e a adoção do método intuitivo trouxeram o uso de novos materiais, que contribuíram para a construção da cultura material escolar. Esses recursos eram aplicados de forma a otimizar o tempo e o espaço da escola. Essa otimização do tempo permitia maior organização das atividades escolares e melhor aproveitamento das aulas. Já a organização do espaço favorecia a disciplina e a convivência entre os alunos. Assim, tempo e espaço passaram a ser elementos centrais na prática educativa da escola.

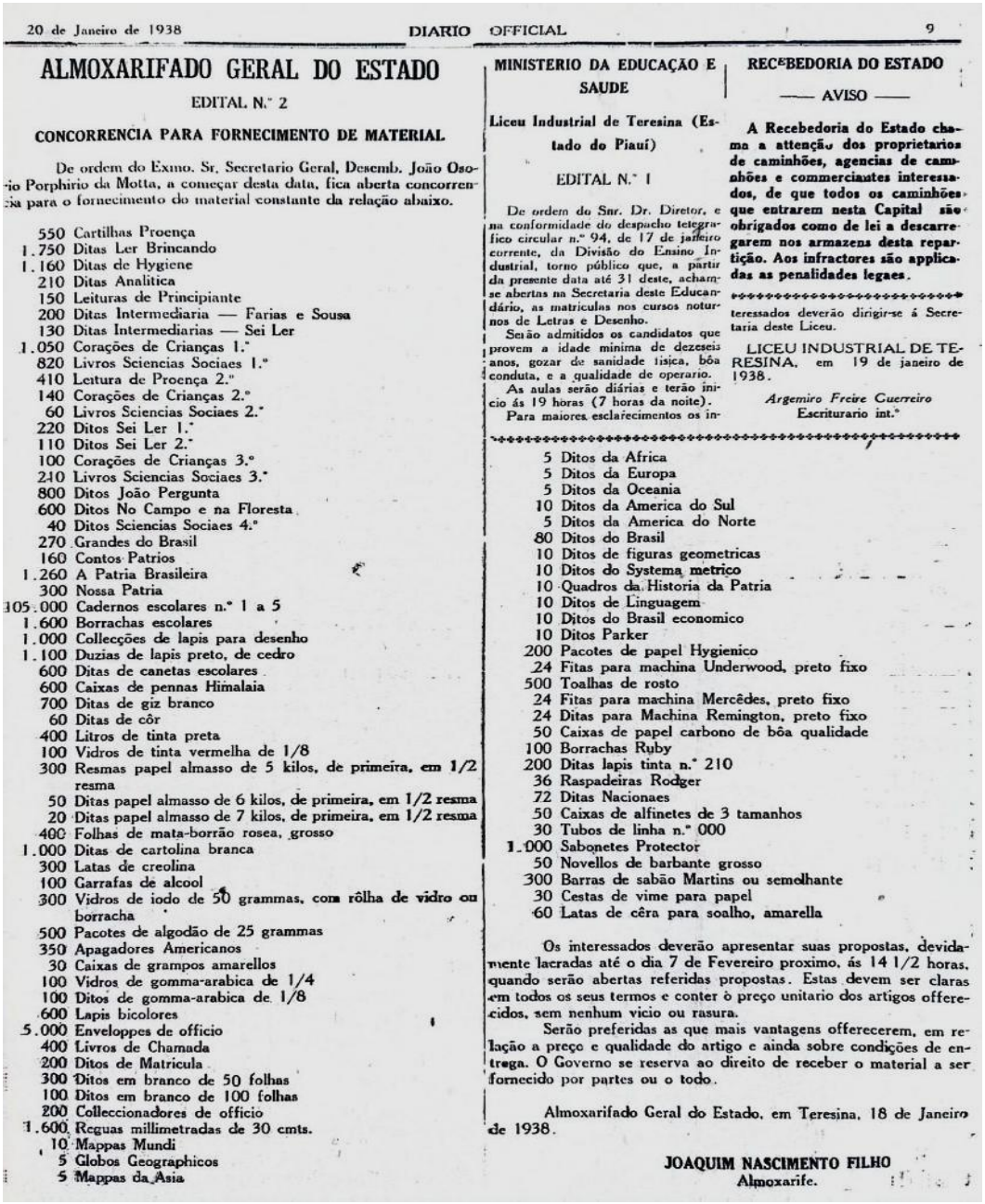
De acordo com Souza (2007, p. 169):

> O uso do termo cultura material escolar é bastante recente no campo educacional. Historicamente, os profissionais da educação no Brasil utilizaram o termo materiais escolares para designar o conjunto dos artefatos materiais necessários para o funcionamento das escolas envolvendo mobiliários e acessórios, infraestrutura do prédio escolar, equipamentos e utensílios destinados ao ensino das matérias como cartilhas, livros de leitura, mapas, globos, laboratórios de física e química e outros.

Esse conjunto de materiais escolares mostra como a escola dependia de recursos variados para funcionar e ensinar. Eles iam desde o prédio e mobiliário até livros, mapas e globos usados nas aulas. Assim, a cultura material escolar revela a importância desses itens na organização e na prática educativa.

Sobre os materiais considerados escolares, que deveriam auxiliar na prática pedagógica dos professores, verificamos que o governo do Piauí, em 1938, elaborou um edital de ampla concorrência para fornecedores. Nesse documento, foram listados os materiais a serem adquiridos e distribuídos às escolas públicas, divulgado no Diário Oficial, com o objetivo de garantir itens de boa qualidade e preço acessível.

Figura 23 - Relação de materiais para aquisição pelo Estado do Piauí



20 de Janeiro de 1938 DIARIO OFFICIAL 9

ALMOXARIFADO GERAL DO ESTADO

EDITAL N.° 2

CONCORRENCIA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL

De ordem do Exmo. Sr. Secretario Geral, Desemb. João Osorio Porphirio da Motta, a começar desta data, fica aberta concorrencia para o fornecimento do material constante da relação abaixo.

550 Cartilhas Proença
1.750 Ditas Ler Brincando
1.160 Ditas de Hygiene
210 Ditas Analitica
150 Leituras de Principiante
200 Ditas Intermediaria — Farias e Sousa
130 Ditas Intermediarias — Sei Ler
1.050 Corações de Crianças 1.°
820 Livros Sciencias Sociaes 1.°
410 Leitura de Proença 2.°
140 Corações de Crianças 2.°
60 Livros Sciencias Sociaes 2.°
220 Ditos Sei Ler 1.°
110 Ditos Sei Ler 2.°
100 Corações de Crianças 3.°
210 Livros Sciencias Sociaes 3.°
800 Ditos João Pergunta
600 Ditos No Campo e na Floresta
40 Ditos Sciencias Sociaes 4.°
270 Grandes do Brasil
160 Contos Patrios
1.260 A Patria Brasileira
300 Nossa Patria
105.000 Cadernos escolares n.° 1 a 5
1.600 Borrachas escolares
1.000 Collecções de lapis para desenho
1.100 Duzias de lapis preto, de cedro
600 Ditas de canetas escolares
600 Caixas de pennas Himalaia
700 Ditas de giz branco
60 Ditas de côr
400 Litros de tinta preta
100 Vidros de tinta vermelha de 1/8
300 Resmas papel almasso de 5 kilos, de primeira, em 1/2 resma
50 Ditas papel almasso de 6 kilos, de primeira, em 1/2 resma
20 Ditas papel almasso de 7 kilos, de primeira, em 1/2 resma
400 Folhas de mata-borrão rosea, grosso
1.000 Ditas de cartolina branca
300 Latas de creolina
100 Garrafas de alcool
300 Vidros de iodo de 50 grammas, com rôlha de vidro ou borracha
500 Pacotes de algodão de 25 grammas
350 Apagadores Americanos
30 Caixas de grampos amarellos
100 Vidros de gomma-arabica de 1/4
100 Ditos de gomma-arabica de 1/8
600 Lapis bicolores
5.000 Enveloppes de officio
400 Livros de Chamada
200 Ditos de Matricula
300 Ditos em branco de 50 folhas
100 Ditos em branco de 100 folhas
200 Colleccionadores de officio
1.600 Reguas millimetradas de 30 cmts.
10 Mappas Mundi
5 Globos Geographicos
5 Mappas da Asia
5 Ditos da Africa
5 Ditos da Europa
5 Ditos da Oceania
10 Ditos da America do Sul
5 Ditos da America do Norte
80 Ditos do Brasil
10 Ditos de figuras geometricas
10 Ditos do Systema metrico
10 Quadros da Historia da Patria
10 Ditos de Linguagem
10 Ditos do Brasil economico
10 Ditos Parker
200 Pacotes de papel Hygienico
24 Fitas para machina Underwood, preto fixo
500 Toalhas de rosto
24 Fitas para machina Mercêdes, preto fixo
24 Ditas para Machina Remington, preto fixo
50 Caixas de papel carbono de bôa qualidade
100 Borrachas Ruby
200 Ditas lapis tinta n.° 210
36 Raspadeiras Rodger
72 Ditas Nacionaes
50 Caixas de alfinetes de 3 tamanhos
30 Tubos de linha n.° 000
1.000 Sabonetes Protector
50 Novellos de barbante grosso
300 Barras de sabão Martins ou semelhante
30 Cestas de vime para papel
60 Latas de cêra para soalho, amarella

Os interessados deverão apresentar suas propostas, devidamente lacradas até o dia 7 de Fevereiro proximo, ás 14 1/2 horas, quando serão abertas referidas propostas. Estas devem ser claras em todos os seus termos e conter o preço unitario dos artigos offerecidos, sem nenhum vicio ou rasura.

Serão preferidas as que mais vantagens offerecerem, em relação a preço e qualidade do artigo e ainda sobre condições de entrega. O Governo se reserva ao direito de receber o material a ser fornecido por partes ou o todo.

Almoxarifado Geral do Estado, em Teresina, 18 de Janeiro de 1938.

JOAQUIM NASCIMENTO FILHO
Almoxarife.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAUDE

Liceu Industrial de Teresina (Estado do Piauí)

EDITAL N.° 1

De ordem do Snr. Dr. Diretor, e na conformidade do despacho telegrafico circular n.° 94, de 17 de janeiro corrente, da Divisão do Ensino Industrial, torno público que, a partir da presente data até 31 deste, acham-se abertas na Secretaria deste Educandário, as matriculas nos cursos noturnos de Letras e Desenho.

Serão admitidos os candidatos que provem a idade minima de dezeseis anos, gozar de sanidade fisica, bôa conduta, e a qualidade de operario.

As aulas serão diárias e terão inicio ás 19 horas (7 horas da noite).

Para maiores esclarecimentos os interessados deverão dirigir-se á Secretaria deste Liceu.

LICEU INDUSTRIAL DE TERESINA, em 19 de janeiro de 1938.

Argemiro Freire Guerreiro
Escriturario int.°

RECEBEDORIA DO ESTADO

—— AVISO ——

A Recebedoria do Estado chama a attenção dos proprietarios de caminhões, agencias de caminhões e commerciantes interessados, de que todos os caminhões que entrarem nesta Capital são obrigados como de lei a descarregarem nos armazens desta repartição. Aos infractores são applicadas as penalidades legaes.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí (Diário Oficial, de 20 de janeiro de 1938, p. 9).

Entre os materiais listados no Diário Oficial, podemos observar a inclusão de cartilhas para alfabetização, de higiene, livros sobre a pátria, globos, mapas, resmas de papel, lápis, borracha, garrafas de álcool, ou seja, materiais diversificados que faziam parte do cotidiano e que influenciavam toda a rotina escolar. “As listagens desenham um repertório do que havia à disposição no período” (Vidal; Alcântara, 2024, p. 55).

A partir da análise da lista de produtos escolares tratada como documento, é possível perceber também a explicitação de algumas marcas especificas de produtos, o que reforça o

papel da escola no desenvolvimento da indústria e do comércio dos artigos escolares. Além disso, percebe-se a importância dada à leitura e à escrita nas escolas de ensino primário.

Nesse entendimento, os materiais tornam-se elementos da cultura material, seus usos passam a fazer parte da rotina escolar e, através deles, é possível expressar valores e crenças sociais. Entre os rotineiramente utilizados no Grupo Escolar Afonso Mafrense, lembrados pelos ex-alunos entrevistados, são os seguintes: globo, mapas, esqueleto, livro de chamada. Entre os livros citados, destacam-se "Lição do Tio Emilio", "Meu tesouro", "cartilhas", "livros de história e geografia do Brasil e do Piauí".

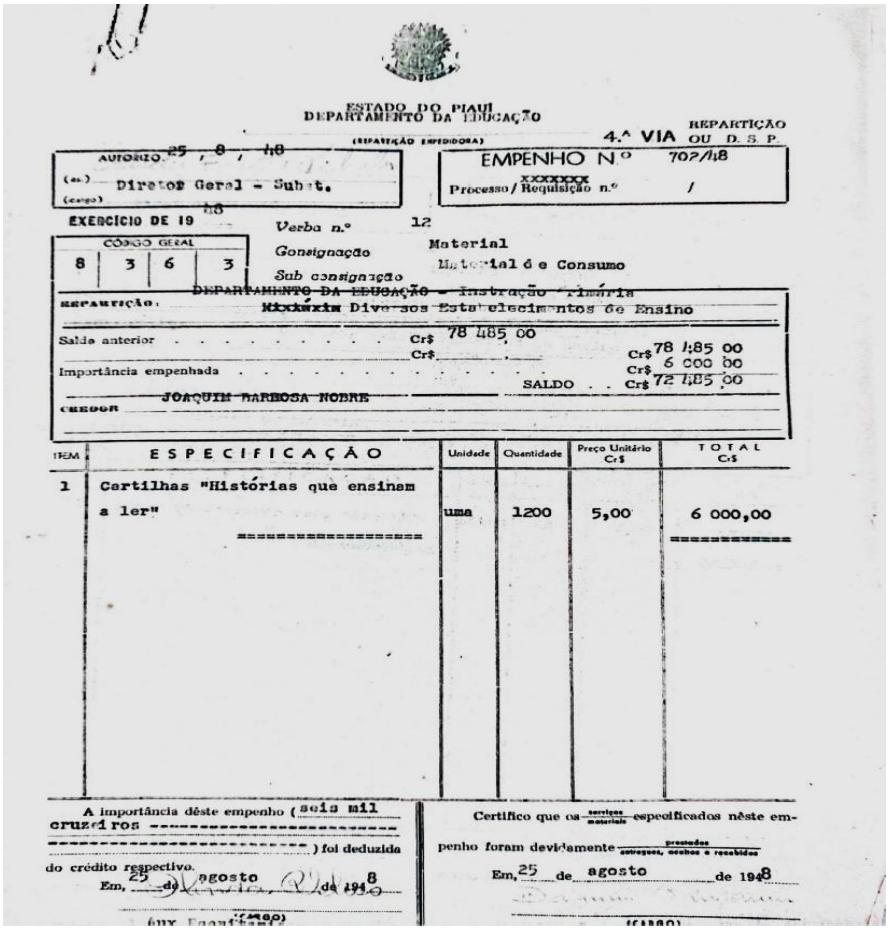
Quanto aos livros didáticos do período, "os temas de cunho moralista eram predominantes. Escritas em versos ou em prosas, as lições exaltavam os valores morais, dentre eles a bondade, caridade, fraternidade, honradez, respeito e combatia a má conduta e os vícios considerados nocivos à vida em sociedade" (Reis; Ferro, 2006, p. 4), fortalecendo a representação da escola como instituição responsável por educar e moralizar a nação. Essas obras buscavam formar não apenas o conhecimento intelectual, mas também o caráter dos alunos. Assim, a escola se consolidava como espaço de disciplina e de transmissão de valores sociais considerados essenciais para o governo.

Segundo a ex-professora Maria Carmelita do Monte (Entrevista, 2025), "todo mundo tinha livro, e também o caderno de caligrafia; a caneta era aquela que borrava, escrevia e secava, e o tinteiro", reforçando o consumismo exercido pela escola, e a exigência da utilização de certos tipos de materiais durante as aulas. Para Souza (1998), o caderno tornou-se um símbolo da escola graduada no século XX.

É importante destacar que, nos anos finais da década de 1950, período em que a professora trabalhou no Grupo Escolar, ao compararmos os materiais da lista com os relatados pelos ex-alunos e pela ex-professora, concluímos que permaneceram plenamente os mesmos, corroborando, portanto, com Souza (2007), quando afirma que havia uma relação de dependência entre o método intuitivo e os materiais escolares. Isso mostra que os materiais não são apenas recursos práticos, mas símbolos da permanência de uma forma de ensinar. A repetição ao longo dos anos reforça a identidade da escola e a continuidade de seus métodos.

Nos documentos encontrados no Arquivo Público do Piauí, constam notas de empenho para a compra de materiais de consumo pelo Departamento da Educação. Entre elas, está uma nota do ano de 1948 que se refere à aquisição da cartilha "Histórias que ensinam a ler", em 1.200 (um mil e duzentos) exemplares, destinada à instrução primária e distribuída em diversos estabelecimentos de ensino do Estado.

Figura 24 - Relação de materiais para aquisição pelo Estado do Piauí



ESTADO DO PIAUÍ
DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO
(REPARTIÇÃO EMPEDIDORA)

4.ª VIA — REPARTIÇÃO OU D. S. P.

AUTORIZO 25 / 8 / 48
(Diretor Geral - Subst.)
(cargo)

EMPENHO Nº 702/48
Processo / Requisição nº xxxxxx /

EXERCÍCIO DE 19 48 — Verba nº 12
Consignação Material
Sub consignação Material de Consumo

CÓDIGO GERAL: 8 | 3 | 6 | 3

Repartição: ~~DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO - Instrução Primária~~ Diversos Estabelecimentos de Ensino

Saldo anterior . . . . . Cr$ 78 485 00 — Cr$ 78 485 00
Importância empenhada . . . . . Cr$ 6 000 00
SALDO . . Cr$ 72 485 00

Credor: JOAQUIM BARBOSA NOBRE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Quantidade	Preço Unitário Cr$	TOTAL Cr$
1	Cartilhas "Histórias que ensinam a ler"	uma	1200	5,00	6 000,00

A importância dêste empenho (seis mil cruzeiros ----------) foi deduzida do crédito respectivo.
Em, 25 de agosto de 1948

Certifico que os serviços / materiais especificados nêste empenho foram devidamente prestados / entregues, achados e recebidos
Em, 25 de agosto de 1948

Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí (1948).

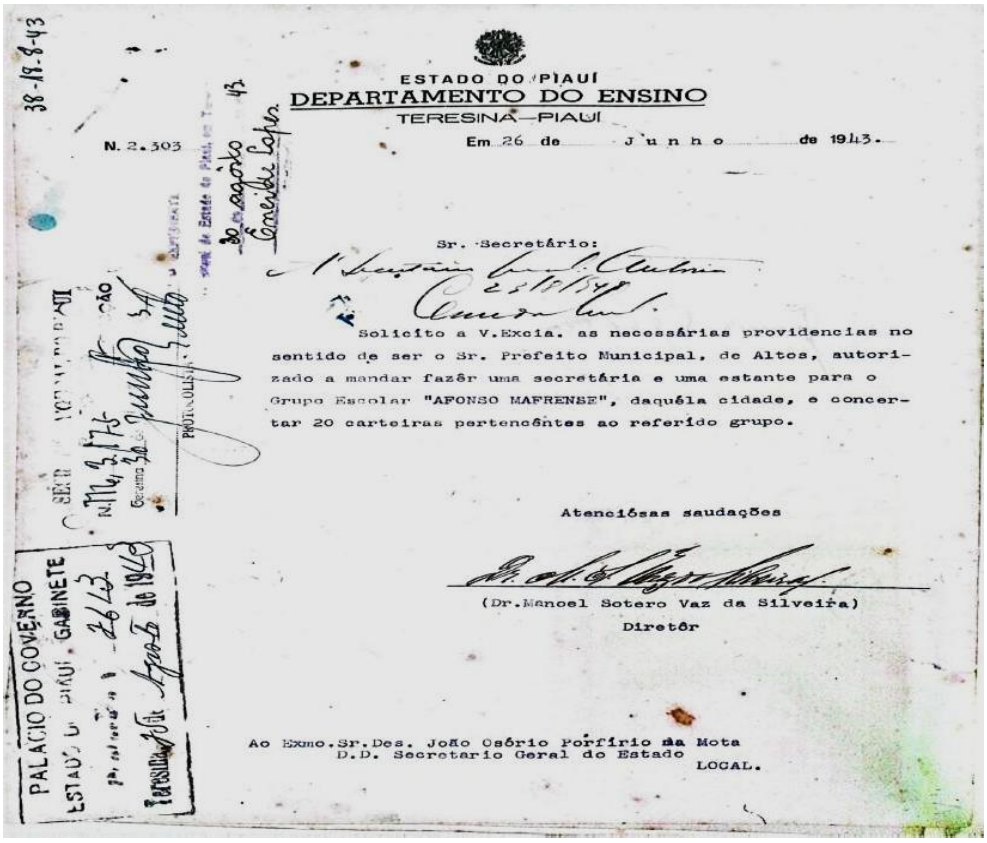
Além de materiais propriamente utilizados para fins pedagógicos, como livros, lápis e cadernos, e afins, outros materiais existentes na escola também compõe o acervo da cultura material escolar, entre eles podemos citar o mobiliário escolar como mesas e carteiras. De acordo com Souza (1998), a permanência ou a efemeridade dos materiais escolares tem relação com as práticas educacionais, visto que

> O aparecimento, uso, transformação e desaparecimento dos objetos escolares são reveladores das práticas educacionais e suas mudanças. Como foi assinalado anteriormente, a escola primária renovada pressupôs a utilização de uma imensa quantidade e variedade de materiais escolares. Alguns deles, introduzidos naquele momento de euforia da reforma da instrução pública em São Paulo, tiveram uma sobrevivência efêmera, como os museus escolares, as cartas de Parker, os contadores mecânicos. Outros, como os cadernos, as lousas e os livros de leitura, tiveram seu uso ampliado e passaram por profundas transformações. Outros, ainda, asseguraram sua presença definitiva no universo escolar, como os mapas, os globos, esquadros, compassos e microscópios (Souza, 1998, p. 224).

Em documento do Departamento de Ensino, o diretor solicita que o prefeito do município de Altos mande construir uma secretaria e uma estante, bem como realize o conserto

de carteiras escolares do G.E. Afonso Mafrense, mostrando a preocupação em manter as escolas com seus equipamentos em bom estado de conservação. Conforme Vidal; Alcântara (2024), a produção industrial de carteiras pelo mundo se diversifica, e exposições internacionais apresentam modelos novos, o que facilitava a reprodução desses modelos devido à propagação de catálogos dos produtos. Esse processo, por um lado, gerava problemas relacionados à patente dos objetos, mas, por outro, fomentava a produção dos artesãos e marceneiros.

Figura 25 - Documento do Departamento do Ensino



ESTADO DO PIAUÍ
DEPARTAMENTO DO ENSINO
TERESINA—PIAUÍ

N. 2.303

Em 26 de Junho de 1943.

Sr. Secretário:

Solicito a V.Excia. as necessárias providencias no sentido de ser o Sr. Prefeito Municipal, de Altos, autorizado a mandar fazêr uma secretária e uma estante para o Grupo Escolar "AFONSO MAFRENSE", daquéla cidade, e concertar 20 carteiras pertencêntes ao referído grupo.

Atenciósas saudações

(Dr.Manoel Sotero Vaz da Silveira)
Diretôr

Ao Exmo.Sr.Des. João Osório Porfírio da Mota
D.D. Secretario Geral do Estado
LOCAL.

PALACIO DO GOVERNO
GABINETE

Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí (1943).

As carteiras escolares, segundo Alcântara e Vidal (2018), eram elementos da cultura escolar e funcionavam como instrumentos auxiliares das práticas higienistas e disciplinadoras, orientando a postura dos alunos durante as aulas.

> No caso das carteiras, os alunos deveriam aprender a sentar pensando em cada gesto: na posição da coluna vertebral; na distância ocupada entre o assento e a mesa, na acomodação dos pés, dentre outros. A pretensão dos movimentos médico-higiênicos e pedagógicos era que tais condutas fossem devidamente incorporadas pelos discentes (Alcântara e Vidal, 2018, p. 239).

O mobiliário escolar também se faz presente nas memórias dos ex-alunos do grupo escolar. O participante Simeão explicita em seus relatos sobre o mobiliário escolar e a caderneta

escolar, bem como a utilização desses artefatos:

> Na sala tinha a mesa da professora, a cadeira da professora e um quadro, chamava-se de louro[25], mas era um quadro de madeira mesmo. E elas escreviam com um giz. Tinha armário na sala de aula, onde guardavam os acervos da escola, livros, os diários de classe, que era um diário para o professor anotar as suas aulas, fazer a chamada dos alunos (Simeão, Entrevista, 2025).

Ao enfatizar a utilização da caderneta escolar pela professora, explicando seu modo de utilização, o ex-aluno faz relação direta com a materialidade, dando valor ao material. Nesse sentido, "embora tomados quase sempre como um pressuposto natural, os artefatos materiais vinculam concepções pedagógicas, saberes, práticas e dimensões simbólicas do universo educacional constituindo um aspecto significativo da cultura escolar" (Souza, 2007, p. 165). No contexto de reorganização do ensino, portanto, os materiais e artefatos escolares fizeram parte da rotina cotidiana dos grupos escolares, e é possível afirmar que uma grande variedade deles ainda está em utilização nos contextos escolares no século XXI.

[25] Tipo de madeira nobre utilizada na produção de móveis, assoalhos, pisos e portas, entre outros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso de estudo e escrita desta dissertação perpassa a elaboração do projeto de pesquisa, sua autorização, a busca pelas fontes, a realização das entrevistas e alcança o texto. Desse modo, em cada uma de suas fases, optamos pelo suporte teórico-metodológico da História Cultural pela possibilidade de ampliar as fontes, de mostrar o cotidiano, problematizar a história, buscando tanto respostas para as inquietações a respeito da temática escolhida quanto alcançar a representação da verdade acerca da instituição escolar.

O caminho realizado até aqui nos permitiu conhecer, por meio das fontes analisadas, uma parte da história e da memória do G.E. Afonso Mafrense. Em primeiro lugar, apontando indícios sobre sua implantação, organização, mudanças de infraestrutura e localização, até sua consolidação no período do recorte temporal (1938-1971). Em segundo lugar, conhecendo mais detalhes sobre o grupo escolar em relação a seu funcionamento, explicitando o cotidiano, as práticas adotadas pelas professoras normalistas, o papel da escola na formação das crianças e jovens altoenses, aspectos da instituição que trouxeram mudanças para a educação municipal.

Nessa perspectiva, é importante revelar que existiram muitos desafios para a construção desta dissertação, em especial no que diz respeito às fontes documentais, visto que ao longo do tempo a escola e seus representantes não conseguiram preservar os documentos, nem tampouco organizar um arquivo escolar, o que nos encaminhou para uma nova perspectiva, garimpando apoio na História Oral, o que foi favorável para que este texto ganhasse fôlego em sua escrita e pudesse ser finalizado de forma plausível e bem ajustada.

A educação em Altos, assim como em outras regiões do Piauí, expandiu-se lentamente e com dificuldades por diversos fatores, dentre os quais se destacam questões econômicas, influenciando, por exemplo, na construção tardia dos prédios escolares, impondo dificuldades na formação dos professores e de acesso das crianças e jovens em idade escolar à instrução primária.

O processo de implantação do grupo escolar surge no contexto do município a partir da reunião de escolas isoladas, que passam a constituir uma escola agrupada em 1932 e, posteriormente, em 1938, transformam-se em grupo escolar. A instituição permaneceu no mesmo prédio alugado onde funcionava anteriormente, em péssimas condições de infraestrutura, conforme relatório do inspetor escolar, destoando da representação atribuída aos grupos escolares implantados no Brasil.

Entretanto, mesmo diante da precariedade da instituição, registrada pelas fontes oficiais e orais, é possível afirmar que sua atuação foi essencial para a organização da educação pública

em Altos. Nos relatos dos participantes da pesquisa, percebe-se o quanto a experiência de ter sido alfabetizado e de ter feito parte da escola constitui motivo de orgulho, ao rememorar suas trajetórias de vida.

Como reflexo das dificuldades enfrentadas pelo Estado para a difusão dos grupos escolares pelo Piauí, verificamos que somente na década de 1950 do século XX é construído em Altos o prédio do Grupo Escolar Afonso Mafrense, estrutura que conhecemos atualmente. O prédio é uma construção imponente, um monumento erguido no centro da cidade, reconhecido como signo de modernidade. Para os altoenses, a obra representou um grande investimento na educação pública, objetivando superar o analfabetismo e construir, por meio da educação escolar e dos valores éticos e morais normatizados por ela, uma nação próspera e civilizada.

As lacunas encontradas nas fontes documentais sobre a história do G.E. Afonso Mafrense foram preenchidas com a contribuição dos ex-alunos e da ex-professora do grupo escolar, por meio da socialização de suas memórias e das histórias vividas no cotidiano escolar.

Ao rememorar suas trajetórias, cada entrevista revelou emoções e um senso de agradecimento que muitas vezes transpareceu no olhar e no sorriso dos participantes, ao recordar com carinho o período em que fizeram parte da instituição.

Revisitando suas memórias, os participantes relataram diversas informações sobre o grupo escolar: nomes de colegas e professores da época, a organização das aulas, as brincadeiras, o uniforme, o recreio e o lanche, as festividades em que participaram e os materiais escolares utilizados. Esse processo trouxe uma riqueza de detalhes essencial para a escrita desta dissertação.

Entre as memórias evocadas, as mais recorrentes foram sobre as professoras: a preocupação com a aprendizagem dos alunos, a seriedade e o forte disciplinamento durante as aulas. Isso ressalta a importância das professoras na trajetória escolar e também na vida pessoal e profissional dos estudantes, já que, entre os cinco entrevistados, quatro exerceram a função docente até a aposentadoria.

O currículo e os métodos utilizados pelas professoras para educar e alfabetizar os alunos buscavam orientá-los para a aquisição dos conhecimentos básicos da escolarização e daqueles necessários para a vida em sociedade e para a inserção no mundo do trabalho. Além disso, visavam ao desenvolvimento do espírito cívico-patriótico, a partir de uma rotina elaborada que pretendia atingir com êxito a todos. Assim, ordem, disciplina, moralização e civismo estavam presentes em todas as ações realizadas cotidianamente no grupo escolar.

Entre as memórias cotidianas estão as relacionadas às práticas realizadas, que levaram

às representações do grupo escolar como uma instituição apropriada para educar o povo e que resultaram na construção da sua cultura escolar. Entre elas, destacam-se a produção de ditados escritos no caderno, o treino da caligrafia para uma escrita legível, organizada e correta ortograficamente, as práticas de leitura individual, coletiva, em voz alta ou silenciosa, os livros didáticos utilizados e a preparação para os momentos de avaliação.

Os participantes recordaram inclusive minuciosidades, como os papéis utilizados para a escrita da prova, em especial o papel almaço, além do sentimento de ansiedade que os afligia nos momentos que antecediam a realização das avaliações. Esse era um momento crucial na rotina da instituição, em que os alunos deveriam resolver as questões solicitadas e obter a nota exigida para a aprovação no ano escolar e a continuidade nos estudos.

Nesse sentido, recordam também o uniforme utilizado, que os caracterizava como estudantes da instituição, a exigência do uso dele nos momentos cívicos e solenes, e o cuidado com o corpo e com a vestimenta, tão importantes para a nação que buscava, através da educação, melhorar também a higiene e a saúde da população.

As festividades e os momentos cívicos eram aguardados pelos estudantes, que, juntamente às professoras, se envolviam na preparação das comemorações e nos ensaios, para que tudo ocorresse como o planejado. Eram momentos em que a escola apresentava para a sociedade os frutos do trabalho desenvolvido com os alunos, transcendendo seus muros e movimentando a sociedade altoense.

Cabe ressaltar que buscamos, com muito empenho e esforço, responder aos objetivos desta pesquisa, ao analisar a história e a memória do grupo escolar, buscando compreender a sua implantação na cidade de Altos, examinando sua organização e funcionamento, além de discutir elementos da cultura escolar e da cultura material escolar, importantes para a história da educação e para a compreensão da importância deste grupo escolar, em seus mais variados aspectos, para a educação de Altos.

Consideramos, enfim, que o grupo escolar surgiu no contexto de melhoramentos de infraestrutura municipal, impulsionado pelas políticas públicas educacionais brasileiras, e foi o precursor da sistematização da educação escolar de Altos. Sua implantação oportunizou a possibilidade de acesso à instrução primária, e a sua consolidação e relevância para a cidade podem ser verificadas à medida que, mesmo com o passar dos anos e o surgimento de outras instituições na cidade, ele ainda encontra-se em pleno funcionamento. Neste ano, deverá completar 88 anos de existência, sendo referência em educação no município.

Durante o itinerário desta pesquisa, em minhas andanças pela cidade de Altos, minha cidade natal, muitos reencontros e novas aproximações se concretizaram. Para conseguir

encontrar os possíveis participantes desta pesquisa, muitas idas e vindas se sucederam, e, com a ajuda dos meus pais e de minha irmã, que perguntavam aos amigos, vizinhos e conhecidos se algum deles teria estudado no grupo escolar entre 1938 e 1971, conseguimos encontrar ex-alunos e uma ex-professora que se encaixavam nos critérios de seleção de participantes. Em Teresina, com apoio de minha orientadora, conseguimos encontrar mais um ex-aluno, que aceitou participar da pesquisa.

No primeiro contato com os participantes, a timidez, e talvez um pouco de vergonha ou desconfiança ao abrir suas memórias para uma jovem que, para alguns, era desconhecida, era perceptível. No entanto, ao me identificar e falar sobre os objetivos da pesquisa, aos poucos conseguia abrir espaço para adentrar no universo das memórias de cada um deles. Logo nesse primeiro momento, algumas lembranças emergiam: nomes das professoras, colegas, brincadeiras e a merenda escolar. As emoções floresciam e, durante a conversa, o entusiasmo tomava conta dos relatos.

No dia da realização da entrevista, o clima era de descontração. O diálogo se tornou mais fácil e eles puderam responder às minhas perguntas de forma tranquila. Durante as respostas, iam sugerindo outros temas: relatos da vida dentro e fora da escola. O clima alegre, em alguns momentos, tomava outro rumo, quando recordavam colegas falecidos ou expressavam preocupação com os rumos da educação nos dias atuais. Questionavam a falta de rigor e disciplina, além das situações de violência que vêm ocorrendo nas escolas.

As respostas obtidas durante as entrevistas tornaram a escrita desta dissertação prazerosa e produtiva, aproximando a autora do objeto de pesquisa. Assim, em cada página escrita, entrego aos leitores o desejo de que possam adentrar, por meio desta, na história e na memória do Grupo Escolar Afonso Mafrense. Que ela possa ser difundida entre os alunos, professores, comunidade escolar e toda a sociedade altoense, possibilitando à nova geração conhecimento, sobretudo sobre a instituição e sua importância na vida dos altoenses no período estudado.

Esperamos que este trabalho desperte o interesse pela história da educação entre os pesquisadores, em especial no tocante ao campo de estudo sobre as instituições escolares pelo Brasil e Piauí, para que se conheça a realidade educacional brasileira dentro de suas pluralidades, além de consequentemente preservar a história e a memória dessas instituições. Com isso, almejamos o surgimento de novos questionamentos e novas propostas de trabalho investigativo, enriquecendo cada vez mais o campo de pesquisa.

REFERÊNCIAS

AGUIAR JUNIOR, José de Arimatéa. As festas cívicas piauienses e a produção de comemorações para o Estado Novo. *In*: **VI Simpósio Nacional de História Cultural**: Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar. Teresina: UFPI, 2014. p.1-12.

AGUIAR JUNIOR, José de Arimatéa.; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. Entre Reverências e Descontentamentos: Modernização, Ufanismo e os Embates Na Interventoria de Leônidas de Castro Melo no Piauí (1935 – 1945). **Cadernos do Tempo Presente**, SE, v.13, n.01. p. 60-78, jan./jun. 2022. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/17765. Acesso em: 16 jun. 2025.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202.

ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios; VIDAL, Diana Gonçalves. CORPO E MATÉRIA: relações (im)previsíveis da cultura material escolar. *In*: SILVA, Vera Lucia Gaspar de; SOUZA, Gizele de; CASTRO, César Augusto. (Org.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica**: escritas e possibilidades. Vitória: EDUFES, 2018. P. 235- 260.

ALMANAQUE DA PARNAÍBA (AP). Parnaíba: Gráfica Minerva, Ano XV, 1938. Disponível em: http://www.mundosdotrabalhopi.com.br/p/almanaques-da-parnaiba_2.html. Acesso em: 11 abr. 2024.

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. *In*: SAVIANI, Dermeval *et al.* (Org.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2017. p.68-112.

ALMEIDA, Luiza Lopes de. A Educação em Altos. **O Altoense**, Altos, ano I, n. 3, p.3, out. 1987.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ARAÚJO, José Carlos Souza. Aula, forma de comunicação na escola: avaliações inquietantes entre 1920 e 1930. *In*: CATANI, Denice Barbara; GATTI JÚNIOR, Décio. *et al*. (Org.). **O que a escola faz?** Elementos para a compreensão da vida escolar**.** Uberlândia: EDUFU, 2019. p.171-196.

BECK, Dinah Quesada. Uniformes Escolares: delineando identidades de gênero. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 58, p. 136-150, set 2014 – ISSN: 1676-2584. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640384/7943. Acesso em: 16 jun. 2025.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Desfiles Patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba. *In:* VIDAL, Diana Gonçalves. *et al*. (Org.). **Grupos Escolares:** cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. Cap.13, p. 299-321.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Memória e Cultura Escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba. **Revista História (São Paulo)** v.30, n.1, p. 397-411, jan/jun, 2011 - ISSN: 1980-4369 401. Disponível em: https://www.scielo.br/j/his/a/7hMqfXTZYj83kzB4nVcMBdz/?format=html&lang=pt. Acesso em: 16 jun. 2025.

BOTO, Carlota. **A liturgia escolar na idade moderna**. Campinas- SP: Papirus, 2017. p. 165 – 289.

BRASIL. **Decreto-lei nº 8.529, de 2 de Janeiro de 1946**. Institui a Lei Orgânica do Ensino Primário. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 09 out. 2024.

BRESSAN, Renan Gonçalves. Urbanização e escolarização nos estudos sobre instituições escolares. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas – SP, v. 13, n. 3, p. 29-56, set/dez, 2013. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/rbhe/v13n03/v13n03a03.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. Garantir o interesse e a atividade da criança: as festas escolares e o ideário renovado de ensino (finais do século XIX e primeiras décadas do século XX). **Horizontes**, *[S. l.]*, 3v. 39, n. 1, p. e021016, 2021. DOI10.24933/horizontes.v39i1.1077 Disponível em: https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1077. Acesso em: 16 jun. 2025.

CASTRO, Cesar Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velásquez. ARQUITETURA ESCOLAR: Entre construções e adaptações. *In:* SOUZA, Rosa Fatima de; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Org.). **História da Escola Primária no Brasil:** investigações em perspectiva comparada em âmbito nacional. Aracaju: Edise, 2015. Cap.12, p. 427-469.

CASTRO, Raquel Xavier de Souza; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Cultura material da escola: entram em cena as carteiras. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 39, p. 207-224, jan/abr, 2011. Editora UFPR.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história Cultural:** Entre práticas e representações**.** Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1990.

CRUZ, Paula Lorena Cavalcante Albano da; STAMATTO Maria Inês Sucupira. **A arquitetura escolar na construção do imaginário republicano**. Acta Scientiarum. Education, v. 40, n.2, p. 1-9, e35554, março, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.4025/actascieduc.v40i2.35554. Acesso em: 17 jun. 2025.

DIAS, Carlos Alberto. (Org.). **Simplesmente...Ignês Sousa**. Altos, [s. n.], 2016.

DIAS, Carlos Alberto. **Câmara Municipal de Altos**: memória histórica. Teresina: Gráfica Lima, 2004.

DIAS, Carlos Alberto; NETO, Francisco Raulino. **Capitão Francisco Raulino**: Um homem e sua história. Altos, [s. n.], 2016.

DIAS, Carlos Alberto. **Rodízio de prefeitos em Altos-Pi na Era Vargas (1930 a 1945):** mudanças e permanências. Orientador: Francisco Barbosa da Mota. 2013. 25 f. TCC (Graduação) Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. *In*: BENCOSTTA. Marcus Levy Albino. **Culturas escolares, saberes e práticas educativas:** itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p.193-211

FELIX, Loiva Otero. **História e Memória:** a problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FERNANDES, Cassiane Curtarelli. O Grupo Escolar de Carlos Barbosa: Memórias e culturas escolares (Garibaldi, RS, 1935-1950). *In*: Souza, José Edimar de. (Org.). **Escola primária no Rio Grande do Sul no século XX**: os Grupos Escolares. Curitiba: CRV, 2023.

FERREIRA, Dyrno Pires. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. Vol. XXII.

FERREIRA FILHO, Francisco. A escola em Altos. **O Altoense**, Altos, ano I, n. 4, p.1, nov. 1987.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Cazuza e o sonho da escola ideal**. São Luís: EDUFMA, 2010.

FRANCO, José Patrício. **Capítulos da História do Piauí**. Teresina: Gráfica do Senado Federal, 1983.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **"Vestidas de azul e branco":** um estudo sobre as representações de ex-normalistas acerca da formação profissional e do ingresso no magistério (1920-1950). Campinas, 1995. 137p. Dissertação (Mestrado em Educação Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas). Campinas, 1995.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território Plural:** a pesquisa em história da educação. 1. ed. São Paulo: Ática, 2010.

GATTI, Giseli Cristina do Vale; INÁCIO FILHO, Geraldo; GATTI JUNIOR, Decio. **A escola na cidade**: a criação das instituições escolares em Uberlândia, Minas Gerais na primeira metade do séc. XX. Cadernos de História da educação, nº5. Jan/dez, 2006. P. 123-135. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/288. Acesso em: 17 jun. 2025.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Repensando a História da educação brasileira na primeira

república: o município pedagógico como categoria de análise. *In***:** GONÇALVES NETO, Wenceslau.; CARVALHO, Carlos Henrique de (Orgs.). **Ação Municipal e Educação na Primeira República no Brasil.** Belo Horizonte: Mazza, 2015. cap. 2, p. 19-36.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Coleção de Monografias: Altos**. Rio de Janeiro: IBGE, 1969. Série B, n. 159.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação, n 1. Campinas/SP: Autores Associados, jan./jun. 2001, p. 9-43.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 4 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão [*et.al*] 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIBÂNEO, Jose Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 6 ed. São Paulo: Loyola, 1984.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Das escolas Reunidas ao Grupo Escolar: a escola como repartição pública de verdade. *In*: VIDAL, Diana Gonçalves. *et al*. (Org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. cap. 3, p. 81-109.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Um viveiro muito especial: Escola Normal e profissão docente no Piauí. *In*: ARAÚJO, José Carlos Souza. *et al.* (Orgs.). **As escolas normais no Brasil**: do Império à República. Campinas: Editora Alínea, 2008. Cap. 6, p. 107-122.

LUZ, Gerlandia da Rocha; SOUSA, Paula Katharina Araújo; MELO, Salânia. Maria Barbosa. **Os castigos escolares no ideário republicano**. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar. Mossoró, v. 7, n. 23, 2021. Disponível em: https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3366. Acesso em: 17 jun. 2025.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAGALHÃES, Justino. **Na rota da educação:** epistemologia, teoria, história. Uberlândia: EDUFU, Campinas-SP:UNICAMP, 2022. p.131 - 160

MELO, Pe. Claudio. **A prioridade do norte no povoamento do Piauí**. Teresina: Gráfica Mendes, 1985.

MELO, Salania Maria Barbosa. **A construção da memória cívica**: as festas escolares

espetáculos de civilidade no Piauí (1930 - 1945). 2009. 224 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira Fortaleza-CE, 2009.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. **Papéis Guardados**. Rio de Janeiro: UERJ/Rede Sirius, 2003.

MORAIS, Neuza de Almeida. A escola em Altos. **O Altoense**, Altos, ano I, n. 4, p. 1, nov. 1987.

NUNES, Clarice. (Des)encantos da modernidade pedagógica. *In*: Lopes, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 371-398.

O ALTOENSE. **Modestina Rosa do Monte**: Primeira miss Altos. Altos, ano VI, n. 12, out. 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Helena M. M.; GATTI JUNIOR, Décio. História das instituições educativas: um novo olhar historiográfico. **Cadernos de História da Educação**, v. 1, n. 1, p. 73-76, jan./dez. 2002. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/310. Acesso em: 11 abr. 2025.

PIAUÍ. **Diário Oficial do Estado**. Teresina, PI, ano II, 27 jan. 1932, p. 2-3.

PIAUÍ. **Diário Oficial do Estado**. Teresina, PI, ano II, 15 fev. 1932, p. 5.

PIAUÍ. **Decreto nº 1.438, de 31 de janeiro de 1933**. Institui o Regulamento Geral do Ensino**.** Teresina: Imprensa Oficial, 1933.

PIAUÍ. **Diário Oficial do Estado**. Teresina, PI, ano VIII, p.2, 09 mar.1938.

PIAUÍ. **Diário Oficial do Estado**. Teresina, PI, ano VIII, p.1,12 mar. 1938.

PIAUÍ. **Diário Oficial do Estado**. Teresina, PI, ano VIII, p.6, 14 mar. 1938.

PIAUÍ. **Diário Oficial do Estado**. Teresina, PI, ano VIII, p.9, 20 jan. 1938.

PIAUÍ. **Diário Oficial do Estado**. Teresina, PI, ano X, p.5, 25 abr. 1940.

PIAUÍ. Governador (1947-1951: José da Rocha Furtado) **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em sua sessão extraordinária:** ano 1950. Teresina: Imprensa Oficial, 1950.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas das pesquisas e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEIROZ, Marta Maria Azevedo. **História da educação**. Teresina: Edufpi/Uapi, 2013.

REIS, Amada de Cássia Campos; FERRO, Maria do Amparo Borges. Corações de crianças:

história e memória de um livro didático. *In*: 29ª Reunião anual da ANPED, 2006, Caxambu. **Anais da 29ª Reunião anual da ANPED**. Caxambu: ANPED, 2006. p. 1-7.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres educadas na colônia. *In*: Lopes, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 79-94.

RIBEIRO, Ivanir; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Das materialidades da escola: o uniforme escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 03, p. 575-588, jul./set. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/KH9vPQxD3XSP7kkyvsYZ3Yg/abstract/?lang=pt. Acesso em: 10 ago. 2025.

ROCHA, Hortência Almeida Medeiros da; SOUSA, Jane Bezerra de. "Foi entusiasticamente comemorado": As Festividades do Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, em União-PI (1932-1963). **Cadernos Cajuína**, *[S. l.]*, v. 9, n. 3, p. e249331, 2024. DOI: 10.52641/cadcajv9i3.349. Disponível em: https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/349. Acesso em: 17 jun. 2025.

RODRIGUES, Tony. **Altos, passado e presente**: Pesquisa sobre a História de Altos. Altos: [s.n.], 1991.

SALES, Luis Carlos. **Prédios escolares**: representações sociais das escolas. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, Especial Temática, p.333-342, 2002.

SANTOS, Gervásio; KRUEL, Kenard. **História do Piauí.** Teresina: Zodiaco, 2009.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SILVA, Katiene Nogueira da. O que a escola faz ao instituir o uso dos uniformes escolares? In: CATANI, Denice Barbara.; GATTI JÚNIOR, Décio. (Org.). **O que a escola faz?** elementos para a compreensão da vida escolar. Uberlândia: EDUFU, 2019. p. 197- 228.

SILVA, Mariane Vieira da. **Impor, organizar, velar, cumprir e dirigir**: a direção escolar no ensino primário piauiense (1919-1947). Teresina, 2017. 136p. Dissertação (Mestrado em Educação – Universidade Federal do Piauí). Teresina: UFPI, 2017.

SOARES, José Roberto Henrique Souza; BATISTA, Eloyze Lorena Gomes; BRAGA, Clézia Aquino de. O estudo da cidade através da escola: como a educação influencia na construção do urbano. **Revista Rural & Urbano,** Recife, v. 01, n. 01, p. 136-142, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ruralurbano/article/view/241016. Acesso em: 11 abr. 2025.

SOARES, Norma Patricya Lopes. **Escola Normal em Teresina** (1864 – 2003): reconstituindo uma memória da formação de professores Teresina: UFPI, 2004. 175p. Dissertação (Mestrado em Educação – Universidade Federal do Piauí). Teresina: UFPI, 2004.

SOARES, Sidney. **Enciclopédia dos Municípios Piauienses**. Escola Tipográfica São Francisco – Congregação dos Frades Capuchinos. Fortaleza, 1972.

SOUSA, Jane Bezerra de. **Picos e a consolidação de sua rede escolar**: do grupo escolar ao ginásio estadual. Teresina, 2005. 156p. Dissertação (Mestrado em Educação – Universidade Federal do Piauí). Teresina: UFPI, 2005.

SOUSA, Jane Bezerra de. **Ser e fazer-se professora no Piauí no século XX**: a história de vida de Nevinha Santos. 2009. 236 f. Tese (Doutorado em Educação – Universidade Federal de Uberlândia), Uberlândia, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. *In*: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **Culturas escolares, saberes e práticas educativas:** itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p.163-189

SOUZA, Rosa Fatima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX:** ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Rosa Fatima de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. *In*: VIDAL, Diana Gonçalves. *et al*. (Org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. cap. 1, p. 21-56.

SOUZA, Rosa Fatima de. Lições da Escola Primária. *In*: SAVIANI, Dermeval *et al.* (Org.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2017.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1992.

TRILLA, Jaume. **A pedagogia da felicidade**: superando a escola entediante. Porto Alegre: Artmed, 2006.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A Casa e os seus Mestres:** A Educação no Brasil de Oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. *In*: Lopes, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 497-517.

VIDAL, Diana Gonçalves. A escola nova e o processo educativo. *In*: Lopes, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 399-422.

VIDAL, Diana Gonçalves. *et al*. (Org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves; ALCÂNTARA, Wiara Rosa. **História econômica da escola**: uma abordagem antropológica em circuito transnacional (1870-1910). São Paulo: Editora Unesp, 2024.

VILANOVA, Francisco Gomes. **Memórias de professoras piauienses**: itinerários escolares e experiências docentes (1940-1970). Teresina, 2014. 149p. Dissertação (Mestrado em Educação – Universidade Federal do Piauí). Teresina: UFPI, 2014.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Augustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

WERLE, Siclinde; CREMA, Everton Carlos. Merenda escolar: um prato cheio de histórias: uma análise histórica e cultural dos alimentos que fazem parte da merenda escolar. *In*: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE**, 2016. Curitiba: SEED/PR, 2018. V.1. (Cadernos PDE).

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELA - UFPI

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO GRUPO ESCOLAR AFONSO MAFRENSE EM ALTOS-PIAUÍ (1938 a 1971)
Pesquisador: LARYSSE SEPULVEDA SILVA
Área Temática:
Versão: 2
CAAE: 85246624.1.0000.5214
Instituição Proponente: CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROFESSOR MARIANO DA SILVA
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.459.364

Apresentação do Projeto:
1.1. Informações Gerais
A apresentação do projeto foi baseada em informações extraídas dos documentos "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2458518.pdf" e "PROJETOCEPLARYSSE.docx".

Este parecer refere-se à análise de resposta às pendências, emitidas pelo CEP/UFPI no parecer número 7.330.420, em 13/01/2025, referente ao projeto de pesquisa intitulado HISTÓRIA E MEMÓRIA DO GRUPO ESCOLAR AFONSO MAFRENSE EM ALTOS-PIAUÍ (1938 a 1971).

1.2. Equipe de Pesquisa
A pesquisadora responsável é a Sra. ¿LARYSSE SEPULVEDA SILVA¿.

1.3. Resumo do Projeto
A pesquisa tem como justificativa ¿Em linhas gerais, a escolha desta temática se justifica pela relevância de se investigar e conhecer a história e a memória do Grupo Escolar Afonso Mafrense que foi a primeira instituição pública de ensino do município de Altos e ainda encontra-se em pleno funcionamento, considerando o recorte temporal de 1938 à 1971, analisando sua implantação, a organização e a cultura escolar, desta forma preservando a história e a memória do Grupo Escolar Afonso Mafrense, pois, a instituição fez e faz parte do

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa ¿ CEP, de acordo com as atribuições definidas nas Resoluções CNS nº 466 de 2012 e nº 510 de 2016 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação protocolo de pesquisa.

o Solicita-se que seja enviado ao CEP-UFPI/CMPP o relatório parcial e o relatório final desta pesquisa. Os modelos encontram-se disponíveis no site: http://ufpi.br/cep

¿ Em atendimento as Resoluções CNS nº 466/2012 e 510/2016, cabe ao pesquisador responsável pelo presente estudo elaborar e apresentar ao CEP RELATÓRIOS PARCIAIS (semestrais) e FINAL. O relatório deve ser enviado pela Plataforma Brasil em forma de ¿notificação¿;

o Qualquer necessidade de modificação no curso do projeto deverá ser submetida à apreciação do CEP, como EMENDA. Deve-se aguardar parecer favorável do CEP antes de efetuar a/s modificação/ões.

o Justificar fundamentadamente, caso haja necessidade de interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

o O Comitê de Ética em Pesquisa não analisa aspectos referentes a direitos de propriedade intelectual e ao uso de criações protegidas por esses direitos. Recomenda-se que qualquer consulta que envolva matéria de propriedade intelectual seja encaminhada diretamente pelo pesquisador ao Núcleo de Inovação Tecnológica da Unidade.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2458518.pdf	13/01/2025 14:26:00		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOCEPLARYSSE.docx	13/01/2025 14:25:33	LARYSSE SEPULVEDA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Modelo_de__TCLElarysse.docx	13/01/2025 14:20:40	LARYSSE SEPULVEDA SILVA	Aceito
Declaração de	autorizacaoonofreafonso.pdf	29/11/2024	LARYSSE	Aceito

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELA - UFPI

Continuação do Parecer: 7.459.364

Instituição e Infraestrutura	autorizacaoonofreafonso.pdf	13:33:35	SEPULVEDA SILVA	Aceito
Outros	instrumentosdecoletadedadoslarysse.docx	27/11/2024 17:23:12	LARYSSE SEPULVEDA SILVA	Aceito
Cronograma	cronograma_atualizadolarysse.docx	27/11/2024 17:19:44	LARYSSE SEPULVEDA SILVA	Aceito
Outros	latteslaryssesepulveda.pdf	27/11/2024 17:06:44	LARYSSE SEPULVEDA SILVA	Aceito
Outros	confidencialidade.pdf	18/11/2024 18:30:45	LARYSSE SEPULVEDA SILVA	Aceito
Outros	ENCAMINHAMENTO.pdf	18/11/2024 18:29:34	LARYSSE SEPULVEDA SILVA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_PESQUISA.pdf	18/11/2024 18:23:33	LARYSSE SEPULVEDA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAOPESQUISADORA.pdf	18/11/2024 18:18:36	LARYSSE SEPULVEDA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTOLARYSSE.pdf	18/11/2024 18:03:15	LARYSSE SEPULVEDA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

TERESINA, 24 de Março de 2025

Assinado por:
HILRIS ROCHA E SILVA
(Coordenador(a))

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, sala do CEP UFPI (Bloco da Pró-Reitoria de Administração -
Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)2222-4824 **Fax:** (86)2222-4824 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br